



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

IANCA ALMEIDA DA SILVA

**TRANSIÇÃO ESCOLA-TRABALHO:
UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA ORIGEM SOCIAL SOBRE A INSERÇÃO
LABORAL DOS JOVENS NO BRASIL**

**CAMPINAS
2022**

IANCA ALMEIDA DA SILVA

TRANSIÇÃO ESCOLA-TRABALHO:
UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA ORIGEM SOCIAL SOBRE A INSERÇÃO
LABORAL DOS JOVENS NO BRASIL

Dissertação de mestrado apresentada ao
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas para a
obtenção do Título de Mestra em Demografia.

Supervisor/Orientadora: Profa. Dra. Joice Melo Vieira.

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELA ALUNA IANCA
ALMEIDA DA SILVA, E ORIENTADA
PELA PROFA. DRA. JOICE MELO
VIEIRA.

CAMPINAS
2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

Si38t Silva, Ianca Almeida da, 1996-
Transição escola-trabalho : uma análise da influência da origem social sobre a inserção laboral dos jovens no Brasil / Ianca Almeida da Silva. – Campinas, SP : [s.n.], 2022.

Orientador: Joice Melo Vieira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Desigualdades educacionais. 2. Educação. 3. Meritocracia. 4. Transição escola-trabalho. 5. Juventude. 6. Análise de regressão. 7. Ocupações - Brasil. I. Vieira, Joice Melo. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: School to work transition : an analysis of the influence of social origin on the labor insertion of young people in Brazil

Palavras-chave em inglês:

Educational inequalities

Education

Meritocracy

School to work transition

Youth

Regression analysis

Occupation - Brazil

Área de concentração: Demografia

Titulação: Mestra em Demografia

Banca examinadora:

Joice Melo Vieira [Orientador]

Rosana Aparecida Baeninger

Stella Maria Barbera da Silva Telles

Data de defesa: 25-02-2022

Programa de Pós-Graduação: Demografia

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-7129-785>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/0185795095393426>



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

A Comissão Julgadora dos Trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelas Professoras Doutoras a seguir descritas, em sessão pública realizada em 25 de fevereiro de 2022, considerou a candidata Ianca Almeida da Silva aprovada.

Profa. Dra. Joice Melo Vieira

Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger

Dra. Stella Maria Barbera da Silva Telles

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Dedico essa dissertação aos meus

AGRADECIMENTOS

Ao pensar na escrita desses agradecimentos, minha mente foi levada para longe. Passei pelos meus tempos de creche, ensino fundamental, médio e início da graduação. Pela minha infância, adolescência e início da minha vida adulta.

E pensando em todos esses momentos, a única constância foi eu mesma, meu caos, e contradições. Então, inicialmente, sou muito grata por ter desistido e insistido em mim inúmeras vezes. Por ter tido forças para ir atrás de justiça social à minha maneira, com as forças que tinha no momento. Muitas vezes, sobreviver, foi minha forma de militar.

Dedico um agradecimento especial para a minha avó Ci, minha mãe Amanda, minha orientadora Joice, e minha analista Grazi. Mulheres que muitas vezes me tomaram nas mãos e no colo, me guiaram na vida. Sem vocês, sem dúvida alguma este trabalho não existiria, muito menos a Ianca que o escreveu.

Agradeço às companheiras e companheiros que vararam madrugadas trabalhando comigo, me fazendo rir em meio a tanto cansaço e aprendizado. E todas as professoras e professores – desde o início da minha formação educacional–, que pacientemente me deram a oportunidade de formar essa colcha de retalhos de conhecimentos que reúno hoje.

Agradeço aos professores e equipe do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO, que me aceitou no programa de pós-graduação e me auxiliou em grande parte desta jornada.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

*O país de uma nota só
Não pretendo nada,
nem flores, louvores, triunfos.
nada de nada.
Somente um protesto,
uma brecha no muro,
e fazer ecoar,
com voz surda que seja,
e sem outro valor,
o que se esconde no peito,
no fundo da alma
de milhões de sufocados.
Algo por onde possa filtrar o pensamento,
a ideia que puseram no cárcere.
A passagem subiu,
o leite acabou,
a criança morreu,
a carne sumiu,
o IPM prendeu,
o DOPS torturou,
o deputado cedeu,
a linha dura vetou,
a censura proibiu,
o governo entregou,
o desemprego cresceu,
a carestia aumentou,
o Nordeste encolheu,
o país resvalou.
Tudo dó,
tudo dó,
tudo dó...
E em todo o país
repercute o tom
de uma nota só...
de uma nota só...*

Carlos Marighella, 1994

RESUMO

A população jovem do Brasil e do mundo tem sido um objeto de estudo intensamente abordado. Muito disso decorre da reconhecida participação dessa população no setor educacional e produtivo dos países. É justamente entre esses dois sistemas que se encontram as discussões sobre a transição escola-trabalho dos jovens. A pressão por qualificação e exigências meritocráticas desconsideram os diferenciais socioeconômicos e de origem social presentes no processo pelos quais os jovens transitam entre estes sistemas. Tendo em vista tais pontos questiona-se: a origem social dos jovens influi sobre seu nível educacional e destino no mercado laboral? E ao considerarmos a relevância da educação e crescente busca pela qualificação profissional no decorrer dos anos, o sistema educacional brasileiro atuaria como “equalizador social”, abrindo as mesmas oportunidades laborais para pessoas de origens sociais e características sociodemográficas distintas? Para responder a estes questionamentos, além de situarmos o contexto de políticas públicas e coortes de nascimento vivenciadas pelos jovens, utilizamos da triangulação Origem social– Nível educacional– Destino ocupacional, buscando cercar os pontos relevantes para o processo de transição. Os dados analisados são provenientes do School-to-work Transition Survey (SWTS), elaborado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), e aplicado no Brasil em 2013. A partir das análises descritivas e regressões logísticas multinomiais múltiplas, os resultados indicam que o nível educacional do jovem é o fator mais fortemente relacionado com o seu destino ocupacional. Contudo, tanto a origem social, quanto sexo e raça/cor possuem grandes influências sobre o nível educacional e ocupação dos jovens, resultando em diferenciais negativos expressivos para os jovens procedentes de grupos socialmente desprivilegiados.

Palavras-chave: Desigualdades educacionais; Educação; Meritocracia; Transição escola-trabalho; Juventude; Análise de regressão; Ocupações – Brasil.

ABSTRACT

The young population of Brazil and the world has been an object of study intensively addressed. This stems from the recognized participation of this population in the educational and productive sectors of the countries. It is precisely between these two systems that the discussions on the school-work transition of young people are found. The pressure for qualification and meritocratic requirements disregard the socioeconomic and social origin differences present in the process by which young people move between these systems. In view of these points, the question is: does the social origin of young people influence their educational level and destination in the labor market? And when we consider the relevance of education and the growing search for professional qualification over the years, would the Brazilian educational system act as a “social equalizer”, opening up the same job opportunities for people of different social origins and sociodemographic characteristics? To answer these questions, in addition to situating the context of public policies and birth cohorts experienced by young people, we used the triangulation Social Origin- Educational Level- Occupational Destination, seeking to surround the relevant points for the transition process. The analyzed data come from the School-to-work Transition Survey (SWTS), prepared by the International Labor Organization (ILO), and applied in Brazil in 2013. From the descriptive analysis and multiple multinomial logistic regressions, the results indicate that the young people's educational level is the factor most strongly related to their occupational destiny. However, both social origin, sex and race/color have great influences on the educational level and occupation of young people, resulting in significant negative differentials for young people from socially underprivileged groups.

Keywords: Educational inequalities; Education; Meritocracy; School to work transition; Youth; Regression analysis; Occupation – Brazil.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Brasil, 1984-2013: Diagrama de Lexis destacando os principais eventos históricos que devem ter impactado a trajetória de vida dos que eram jovens (15-29 anos) em 2013.....	23
FIGURA 2 – Triangulação origem social – Nível educacional – Destino ocupacional (OED) adaptada	36
FIGURA 3 – A teoria da educação baseada na meritocracia	42

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Brasil, 2013: Distribuição proporcional dos jovens (15-29 anos) de cada classe ocupacional por nível educacional	65
GRÁFICO 2 – Brasil, 2013: Distribuição proporcional dos jovens (15-29 anos) de cada nível de escolaridade por nível educacional paterno.....	66
GRÁFICO 3 – Brasil, 2013: Distribuição proporcional dos jovens (15-29 anos) de cada nível de escolaridade por nível educacional materno	67
GRÁFICO 4 – Brasil, 2013: Distribuição proporcional dos jovens (15-29 anos) de cada classe ocupacional por classe ocupacional da mãe	68
GRÁFICO 5 – Brasil, 2013: Distribuição proporcional dos jovens (15-29 anos) de cada classe ocupacional por classe ocupacional do pai.....	69
GRÁFICO 6 – Brasil, 2013: Distribuição proporcional dos jovens (15-29 anos) de cada nível de escolaridade por sexo	71
GRÁFICO 7 – Brasil, 2013: Razão de sexos dos jovens segundo o nível educacional	71
GRÁFICO 8 – Brasil, 2013: Distribuição proporcional dos jovens (15-29 anos) de cada classe ocupacional segundo o sexo	72
GRÁFICO 9 – Brasil, 2013: Razão de sexos dos jovens segundo a classe de ocupação.....	72
GRÁFICO 10 – Brasil, 2013: Distribuição proporcional dos jovens (15-29 anos) de cada sexo segundo renda familiar	73
GRÁFICO 11 – Brasil, 2013: Distribuição dos jovens (15-29 anos) em cada nível educacional alcançado segundo raça/cor.....	75
GRÁFICO 12 – Brasil, 2013: Distribuição proporcional dos jovens segundo sua raça/cor e nível educacional materno.....	76
GRÁFICO 13 – Brasil, 2013: Distribuição proporcional dos jovens segundo sua raça/cor e nível educacional paterno.....	76
GRÁFICO 14 – Brasil, 2013: Distribuição proporcional dos jovens de cada classe ocupacional segundo raça/cor.....	77
GRÁFICO 15 – Brasil, 2013: Distribuição proporcional dos jovens negros e brancos segundo a classe ocupacional paterna.....	79
GRÁFICO 16 – Resíduos da categoria “Fundamental incompleto ou menos” segundo o número de observações obtidas a partir do Modelo 1, Brasil, 2013	95
GRÁFICO 17 – Resíduos da categoria “Fundamental completo ou Médio incompleto” segundo o número de observações obtidas a partir do Modelo 1, Brasil, 2013.....	96
GRÁFICO 18 – Resíduos da categoria “Médio completo até superior incompleto” segundo o número de observações obtidas a partir do Modelo 1, Brasil, 2013.....	97
GRÁFICO 19 – Resíduos da categoria “Classe 2” segundo o número de observações obtidas a partir do Modelo 2, Brasil, 2013.....	98
GRÁFICO 20 – Resíduos da categoria “Classe 3” segundo o número de observações obtidas a partir do Modelo 2, Brasil, 2013	99

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Idade das três coortes de nascimento em estudo segundo anos calendário selecionados.....	24
TABELA 2 – Países nos quais o Survey de transição escola-trabalho foi implementado, segundo os parceiros de implementação, tamanho da amostra e período de referência	47
TABELA 3 – Variáveis selecionadas para a análise descritiva e utilizadas na construção dos modelos de regressão logística multinomial múltipla.....	54
TABELA 4 – Brasil, 2013: número de casos selecionados	56
TABELA 5 – Brasil, 2013: Distribuição percentual dos jovens (15-29 anos) segundo variáveis selecionadas.....	62
TABELA 6 – Resultados da regressão logística multinomial múltipla considerando como variável dependente “nível educacional do jovem” e categoria de referência “ ensino superior completo ou mais”	85
TABELA 7 – Resultados da regressão logística multinomial múltipla considerando como variável dependente “Ocupação do jovem” e categoria de referência “Classe 1”	86

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I – TRANSIÇÃO OU TRANSIÇÕES ESCOLA-TRABALHO?	19
1.1 Transição escola-trabalho: um processo individual e coletivo	19
1.2 Transição ou transições escola-trabalho?	31
1.3 Transições escola trabalho: origem é destino?	36
CAPÍTULO II – DADOS E MÉTODOS	46
2.1 O banco de dados	46
2.2 A aplicação do school-to-work transition survey no Brasil.....	49
2.3 Variáveis de interesse	51
2.4 Manipulação do banco de dados	55
2.5 Regressão logística multinomial múltipla.....	57
CAPÍTULO III – TRANSIÇÕES ESCOLA-TRABALHO: O EFEITO DA ORIGEM SOCIAL, RAÇA/COR E SEXO SOBRE O NÍVEL EDUCACIONAL E INSERÇÃO OCUPACIONAL DOS JOVENS.....	59
3.1 O perfil dos jovens brasileiros e sua origem social.....	60
3.2 Explorando a triangulação origem social, nível educacional e destino ocupacional	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	91
ANEXOS	95

INTRODUÇÃO

A relevância dos jovens nas sociedades decorre da sua grande participação na força motriz cultural, social e econômica. Atendo-nos a faceta socioeconômica da participação dos jovens na dinâmica de um país, um tema relevante é a transição do sistema educacional ao produtivo, ou seja, a transição escola-trabalho dos jovens. Tal transição é considerada um dos eventos centrais da passagem para a vida adulta que abrange um processo mais amplo de autonomização, independência financeira, obtenção de emprego, formação de família e domicílio independente (CARDOSO, 2008; FRESNEDA, 2009). O ponto que queremos destacar neste vasto campo de estudo é o processo da transição escola-trabalho marcado pela incerteza do destino ocupacional, especialmente dos jovens em maior vulnerabilidade social devido às múltiplas variáveis que podem influenciar as trajetórias dos indivíduos. Aqui será dada ênfase ao papel desempenhado pela origem social ao longo desse processo.

Junto às possibilidades de destino vem o peso do mérito sobre as trajetórias educacional e profissional dos jovens. O fundamento básico da meritocracia é a crença de que o sucesso depende principalmente dos esforços individuais, enquanto as desigualdades socioeconômicas e relacionadas às origens sociais devem perder força à medida que o indivíduo avança no sistema educacional e qualifica-se. A questão é, caso comprovado este enfraquecimento da importância da origem social para a conclusão de níveis educacionais mais elevados, isso seria o suficiente para transições escola-trabalho igualitárias?

Com essas provocações em mente, questiona-se nesta dissertação: a origem social dos jovens influi sobre seu nível educacional e destino no mercado laboral? E ao considerarmos a relevância da educação e crescente busca pela qualificação profissional no decorrer dos anos, o sistema educacional brasileiro atuaria como “equalizador social”, abrindo as mesmas oportunidades laborais para pessoas de origens sociais e características sociodemográficas distintas?

De antemão, deve-se esclarecer que nesse estudo entende-se que um equalizador social é um fator que coloca todas as pessoas em uma mesma condição de partida. As oportunidades educacionais e de desenvolvimento individual, quando abertas a todos indistintamente, poderiam cumprir esse papel.

Visando cercar o processo de transição escola-trabalho vivenciado pelos jovens brasileiros, a nossa proposta é fortemente inspirada por Bernardi e Ballarino (2016). Investigamos se a obtenção de um mesmo nível de escolaridade por jovens de origens sociais

distintas promove a mitigação das desigualdades socioeconômicas e se oferece oportunidades ocupacionais com níveis similares de prestígio.

Caso os pressupostos que orientam sociedades baseadas na meritocracia analisadas por Goldthorpe (2003) e Bernardi e Ballarino (2016) se manifestem no caso brasileiro, as mudanças a serem verificadas na estrutura social seriam expressivas. Estas questões podem ser observadas a partir da análise do percurso educacional dos jovens, características relacionadas à inserção ocupacional e a partir de estudos referentes a transmissão intergeracional das desigualdades ou (des)vantagens sociais. A transmissão intergeracional de desvantagens sociais pode ser estudada explorando-se a associação entre a posição que os pais ocupam na pirâmide social e as condições de inserção dos filhos no mercado de trabalho em termos tanto de prestígio quanto de salário. Esse tipo de análise mensura o quanto a posição e status do indivíduo no mercado laboral estão relacionados à sua origem social e às suas credenciais educacionais. Em sociedades democráticas e modernas de tipo ideal, espera-se que as credenciais educacionais sejam decisivas, enquanto a origem social não tenha um peso significativo para explicar a posição que o indivíduo ocupa no mundo produtivo. Já em sociedades desiguais e pouco democráticas, espera-se que origem social seja mais decisiva do que as credenciais educacionais para conquistar as melhores posições no mercado de trabalho. Por outro lado, nos casos em que as desigualdades são extremas e os direitos humanos fundamentais não são universais, o acesso à educação é privilégio de poucos, havendo sobreposição entre a estratificação educacional e socioeconômica. Ou seja, só os mais ricos alcançam os níveis educacionais mais elevados, de maneira que somente eles reúnem as credenciais que dão concretude à noção de mérito.

A hipótese central deste estudo é que o processo de transição escola-trabalho dos jovens brasileiros ainda varia segundo a origem social dos indivíduos. A origem social é um dos fatores determinantes do nível educacional alcançado pelos jovens bem como da classe de ocupação que exercem no mercado laboral. Isto, apesar da expansão educacional vivenciada no país durante os últimos anos e políticas públicas de integração dos jovens ao mercado de trabalho. Um corolário dessa hipótese é que o processo vivenciado pelos jovens dentro do sistema educacional apresenta desigualdades em todos os níveis educacionais. Quando o sistema educacional não assegura nem mesmo chances igualitárias de progressão de nível aos jovens, a possibilidade de equalização social é inviabilizada desde o princípio. Assim sendo, o mérito como critério suficiente para a conquista de trabalhos satisfatórios, bem remunerados e com garantias sociais é esvaziado de sentido.

Para operacionalizarmos a discussão, esta dissertação foi estruturada em três capítulos. O primeiro trata em seu cerne das múltiplas transições escola-trabalho vivenciadas pelos jovens brasileiros. Apresenta-se inicialmente uma breve revisão de literatura de matriz anglo-saxã e francesa, discutindo aspectos histórico-culturais e socioeconômicos. Também são mencionadas algumas das principais políticas públicas implementadas no cenário brasileiro entre os anos 1980 e 2013, com a finalidade de construir um panorama sobre o leque de oportunidades abertas àqueles que eram jovens (15-29 anos) por volta de 2013. A partir deste marco teórico, e com o auxílio do Diagrama de Lexis, buscamos situar a transição escola-trabalho vivenciada por aqueles que tinham idades entre 15 e 29 anos em 2013, identificando eventos históricos e alterações normativas que podem ter sido decisivos ao longo de suas trajetórias de vida. A elaboração do Diagrama de Lexis para realizar essa discussão é importante, especialmente, para discernir os eventos a que estiveram expostas as coortes de nascimento mais jovens e mais velhas que compõe esse grupo etário em análise.

Em seguida, exploramos múltiplos cenários de transição, tais como a saída precoce do sistema educacional e inserção vulnerável no sistema produtivo; a incerta inserção no mercado de trabalho de jovens que concluíram o ensino superior; e a situação peculiar do estudante trabalhador, ou talvez seja mais próximo da realidade assumir que se trata de trabalhadores que lutam para ser estudantes. A partir destas questões, refuta-se a ideia de uma transição escola-trabalho cristalizada e de padrão único, abrindo desta forma um leque de possibilidades de **transições** escola-trabalho permeadas por desiguais acessos à educação e ao mercado de trabalho, apesar das políticas públicas elencadas que visaram a suavização do processo.

Na sequência, discute-se a questão: “Origem é destino?” A partir do conceito de transmissão intergeracional das (des)vantagens, discute-se de que maneira e sob quais condições as características sociais da família de origem podem ser passadas aos jovens no processo de transição escola-trabalho. A comparação do destino dos jovens no mercado laboral segundo background familiar, nos abre a possibilidade de fazer análises estruturais sobre a sociedade brasileira, assim como questionar o quanto há de reprodução das (des)vantagens sociais de uma geração para outra (RIBEIRO; CARVALHAES, 2020; PASCHOAL, 2007).

Fechando o capítulo teórico, consideramos o contexto brasileiro e as possibilidades de avaliar se o sistema educacional funciona como um potencial equalizador social, enfraquecendo dessa forma as desigualdades segundo origem social, raça e sexo no processo de transição escola-trabalho. Para isso, contamos com os estudos feitos por Bernardi

e Ballarino (2016), que aprofundam na discussão sobre vantagens compensatórias e efeito dinamizador. De forma sucinta, estes conceitos referem-se às estratégias de famílias e círculos sociais abastados que visam compensar o insucesso escolar dos filhos, ou maximizar os sucessos escolares, com o objetivo de evitar uma mobilidade descendente dos seus, preservando sua posição na hierarquia social.

O Capítulo 2 aborda a metodologia empregada neste trabalho. Nele, dissertamos sobre a base de dados utilizada, o survey School to work transition (SWTS), realizado em vários países, incluindo o Brasil em 2013. Explicitamos como utilizaremos essa fonte de dados e a modelagem estatística para atingir o nosso objetivo de investigar o quanto a origem social e características sociodemográficas dos jovens podem, em alguma medida, influenciar em seu processo de transição escola-trabalho, pautando tanto o nível educacional alcançado pelos jovens quanto a inserção deles no mercado laboral.

Para analisarmos a relação entre a origem social e o nível educacional alcançado pelos jovens, observando se há influências das características sociodemográficas dos pais sobre o destino educacional e ocupacional dos filhos. Para isso, empregamos separadamente duas regressões logísticas multinomiais multivariadas. Na primeira, a variável dependente ou resposta é o “nível educacional alcançado” pelo jovem. Na segunda, a variável dependente é a “classe de ocupação” do jovem.

A inserção ocupacional dos jovens, é analisada à luz das discussões sobre estrutura ocupacional largamente abordada por Quadros e Maia (2010). A partir dos estudos feitos pelos autores, categorizamos a variável “ocupação do jovem” segundo as classificações da ISCO-08, correspondente em certa medida ao defendido pelos autores. A partir dessa estratégia metodológica, investigamos se o nível educacional se sobrepõe ao nível de influência da origem social dos jovens para explicar sua inserção ocupacional, tendo em vista a ideologia meritocrática hegemônica nas sociedades ocidentais e o contexto econômico e político vivenciado pelas coortes de jovens.

Os resultados indicam que o nível educacional do jovem é o fator mais fortemente relacionado a sua classe de ocupação. Junto a isso, as variáveis relacionadas à origem social perdem força com a progressão educacional e ocupacional dos jovens. Contudo, tanto a origem social, quanto sexo e raça/cor possuem grandes influências sobre o nível educacional e ocupação dos jovens, resultando em diferenciais negativos expressivos para os jovens procedentes de grupos socialmente desprivilegiados.

As mulheres, apesar de mais escolarizadas, concentram-se em classes de ocupações intermediárias. A população negra, por sua vez, é sub-representada nos níveis educacionais e classes de ocupação mais elevadas.

Se considerarmos um gradiente onde em um extremo estão idealmente as sociedades mais democráticas e modernas – caracterizadas pela universalização das oportunidades de desenvolvimento individual e pela prática de destinar as melhores posições na hierarquia social aos mais qualificados, independentemente de sua origem social – e, no outro extremo, as sociedades antidemocráticas e estamentais – nas quais todo o destino é traçado ao nascer, de acordo com a origem social, sendo a escolarização um privilégio exclusivo dos “bem-nascidos” – a sociedade brasileira claramente encontra-se em estágio intermediário. A educação fundamental se universalizou, a média e a superior estão em franco processo de expansão. Contudo, a origem social, raça/cor e sexo têm um peso significativo e obviamente ainda importam. Para os oriundos dos grupos sociais desprivilegiados, embora a educação formal não garanta a superação das desvantagens sociais, ela proporciona um caminho, ainda que estreito e acidentado, para quebrar expectativas de reprodução automática das desvantagens sociais.

CAPÍTULO I – TRANSIÇÃO OU TRANSIÇÕES ESCOLA-TRABALHO?

1.1 Transição escola-trabalho: um processo individual e coletivo

No mundo atual, a compreensão sobre o curso de vida confere centralidade às instituições sociais específicas em cada estágio do desenvolvimento humano. Durante a infância e adolescência, a escola e a família ocupam esse lugar. Na fase adulta, a centralidade da escola é substituída pelo trabalho (CAMARANO, 2006; DEBERT, 1999). A juventude está por definição entre a infância e a vida adulta. Ela é caracterizada, dentre outras coisas, justamente por esse momento de transição entre escola-trabalho. Depositam-se sobre os jovens as esperanças, expectativas e responsabilidades no que tange à continuidade das coletividades humanas no tempo e no espaço, bem como a produção de recursos e riquezas nacionais. A educação é vista como o principal mecanismo de preparação dos jovens para cumprir essas expectativas. Por outro lado, adotando-se a perspectiva dos indivíduos, mesmo quando há o empenho dos jovens na busca por qualificação educacional e profissional, nem sempre esse esforço se reflete na conquista igualitária de postos de trabalho correspondentes ao seu nível educacional, o que leva parte dos jovens a ocupações precarizadas ou à inatividade. O que nos interessa neste ponto, é questionar o quanto a origem social e outras características destes jovens influenciam em sua transição da escola ao mercado de trabalho, observando se diferenciais relevantes entre os jovens influem sobre seu nível educacional e oportunidades no mercado de trabalho.

Como veremos no decorrer desta dissertação, a transição escola-trabalho é um processo que se ramifica, incorporando diversas etapas importantes na vida dos indivíduos, sendo influenciada pelo contexto e políticas públicas empregadas. Sua relevância e complexidade inicia-se em sua definição, mas de forma geral, vale compreendê-la como a passagem do indivíduo do sistema educativo ao sistema produtivo (CARDOSO, 2008; FRESNEDA, 2009). A multiplicidade de formas de passagens presentes neste processo reflete na ampla compreensão do que seria em exato a transição escola-trabalho, assim como questões sobre o quão forte seria a possível influência da origem, e do desempenho escolar na inserção laboral dos jovens.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) qualifica a transição escola-trabalho como completa apenas quando resulta no encontro de postos de trabalho que atendam a critérios básicos de “decência”. Para um trabalho ser considerado decente, ele precisa reunir três condições: 1) o contrato deve ser escrito; 2) o vínculo precisa ser por tempo indeterminado; 3) o jovem deve estar satisfeito com o trabalho que desempenha, portanto, está

é uma dimensão de caráter subjetivo, dependendo de uma autoavaliação do jovem em relação ao trabalho. De acordo com Matsumoto e Elder (2010, p. 4):

In other words, a young person has not completed the transition when the work engaged in does not fulfil his/her potential as a productive actor; does not bring with it a heightened sense of self-worth; does not add value to a desired career path; does not provide an opportunity for social integration; and does not lead to the possibility to bring home a fair income in support of him/herself and his/her family. It is not until a young person has attained work that meets a very basic criteria of “decency”, namely a permanency that can provide the worker with a sense of security (fixed term employment), or a job that the worker feels personally satisfied with (satisfactory employment) that we claim the transition has been completed¹.

A OIT não foi a única a considerar aspectos nestes termos para tratar da empregabilidade dos jovens. Björn (2018) reconhece a relevância da juventude na composição populacional de alguns países e ressalta a necessidade de proporcionar-lhes postos de trabalhos decentes, tendo em vista os desafios enfrentados por eles. Dentre esses desafios que comprometem a obtenção de trabalhos satisfatórios pelos jovens estão: “a concentração de empregos nas áreas urbanas; a falta de emprego assalariado; falta de disposições contratuais, proteção social; restrições financeiras severas quando tentam abrir um negócio; discriminação étnica ou de gênero” (BJÖRN, 2018, p. 3).

De maneira geral, a literatura identifica, destaca-se duas correntes dedicadas a discutir tal transição dos jovens do sistema educativo ao produtivo: a vertente francesa que trata da inserção profissional, e a anglo-saxônica que utiliza a expressão *school-to-work transition* (em português, transição escola-trabalho).

Moraes e Rocha-de-Oliveira (2021) analisando os pontos de convergência e divergência entre essas correntes teóricas, afirmam que as mudanças sociais e econômicas ocorridas em 1970, junto a desestruturação do mercado de trabalho que resultou na redução de postos de trabalho qualificados e o aumento do desemprego são as questões sócio-históricas motrizes que motivaram as reflexões sobre o início da vida laboral dos jovens. Segundo os autores, apesar de compartilharem análises sobre “aspectos de convergência, rebaixamento de diplomas como um risco presente, particularidades dos caminhos de inserção e importância das instituições de educação superior” as correntes possuem diferenças conceituais estruturais

¹ Tradução livre: “em outras palavras, um jovem não completou a transição quando o trabalho a que se dedicou não cumpre seu potencial como ator produtivo; não traz consigo um elevado senso de autoestima; não agrega valor a uma carreira desejada; não oferece oportunidade de integração social; e não leva à possibilidade de trazer para casa uma renda justa para sustentar a si mesmo e sua família. Só depois de um jovem ter alcançado um trabalho que cumpra um critério muito básico de “decência”, nomeadamente uma permanência que possa dar ao trabalhador uma sensação de segurança (emprego a termo certo), ou um emprego que o trabalhador se sinta pessoalmente satisfeito (emprego satisfatório) que afirmamos que a transição foi concluída” (MATSUMOTO; ELDER, 2010, p. 4).

que quando articuladas propiciam uma melhor compreensão da discussão sobre a passagem dos jovens do sistema educacional ao produtivo (MORAES; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2021, p. 8).

Um aspecto interessante da compreensão francesa de inserção laboral dos jovens, refere-se ao fato desta ser vista como um **processo**. Rose (2018) ao tratar das produções de autores sobre o tema, considera na análise deste processo os diferentes caminhos que podem ser tomados; o sucesso que pode advir de determinada área de formação no encontro de um posto de trabalho; a qualidade do posto de trabalho encontrado, e os “graus de inserção em que a qualidade da inserção se aplica” (ROSE, 2018 *apud* MORAES; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2021, p. 3).

Segundo a perspectiva francesa, a inserção profissional é um processo individual e coletivo, na medida em que diz respeito a vivência e experiências de cada sujeito, que está inserido em um momento histórico compartilhado por uma geração. Cada geração partilha de elementos como políticas públicas educacionais e de determinada articulação entre o sistema educacional e empresarial.

A compreensão anglo-saxã por sua vez, trata da inserção dos jovens no sistema produtivo pelo viés do conceito de transição escola-trabalho:

A etapa de transição escola-trabalho é o principal momento em que os jovens pensam sobre a escolha de carreira. Nessa etapa, reflete-se sobre as habilidades individuais e a qualidade das tomadas de decisão, visto que impactam no sucesso da transição do espaço de estudos para o mercado de trabalho (NG E FELDMAN, 2007 *apud* MORAES; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2021, p. 6).

Desse modo, os autores tratam como base da transição a teorização sobre capital cultural, a partir da qual para bons resultados na transição escola-trabalho os jovens teriam de possuir bons antecedentes educacionais, buscando ampliar seu sucesso na inserção e garantir a nível global um quadro de trabalhadores bem qualificados (KRUMBOLTZ; WORTHINGTON, 1999 *apud* MORAES; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2021, p. 6).

Em suma, no tocante a essa dissertação, a base francesa nos dá margens para refletir sobre a inserção dos jovens como um **processo** que se desdobra ao longo da vida deles, contando com situações de emprego e desemprego, e considerando de forma relevante o contexto vivenciado individualmente, mas compartilhada por uma geração, da qual esse jovem faz parte. Já o modelo anglo-saxão, compreende essa inserção como uma mudança de status, mais ligado a decisões e ações individuais amparada por programas institucionais que visam orientar a construção da carreira dos jovens.

A combinação de ambas as teorizações, guardadas suas diferenças, nos concede um terreno fértil para a análise dos objetivos propostos nesta dissertação. Ressalta-se então o fato de a inserção laboral ser um processo individual e coletivo, devido ao compartilhamento de um contexto histórico vivenciado pelos jovens, como o abordado pela vertente francesa, e os efeitos das políticas públicas que visam suavizar essa passagem da escola ao trabalho amplamente debatido pela vertente anglo-saxã.

Operacionalizando a discussão, a proposta é analisarmos o nível educacional alcançado e a classe de ocupação na qual estão inseridos os jovens que tinham idades entre 15 e 29 anos em 2013. Levando-se em conta que a Demografia enquanto disciplina entende por coorte um conjunto de indivíduos que compartilham um evento ou experiência ao mesmo tempo (WUNSCH; TERMOTE, 1978, p. 7). Assim, pessoas que nascem em um determinado ano calendário são identificadas como pertencentes a uma mesma coorte de nascimento. Nesse estudo, a faixa etária considerada (15-29 anos) é relativamente ampla e combina diferentes coortes de nascimento. Nessa investigação é considerada como pertencente a uma mesma coorte pessoas nascidas em determinados lustros: 1984-1988; 1989-1993 e 1994-1998.

Com base nas coortes foi construído o diagrama de Lexis abaixo. Este é uma ferramenta útil na localização de eventos, apresentando no eixo horizontal os anos calendário (1980 a 2013) e no eixo vertical, as idades que os indivíduos pertencentes a uma determinada coorte tinham no momento de ocorrência dos eventos históricos. Esta técnica nos permite localizar os eventos de interesse no tempo, por meio de um período, ou duração decorrida.

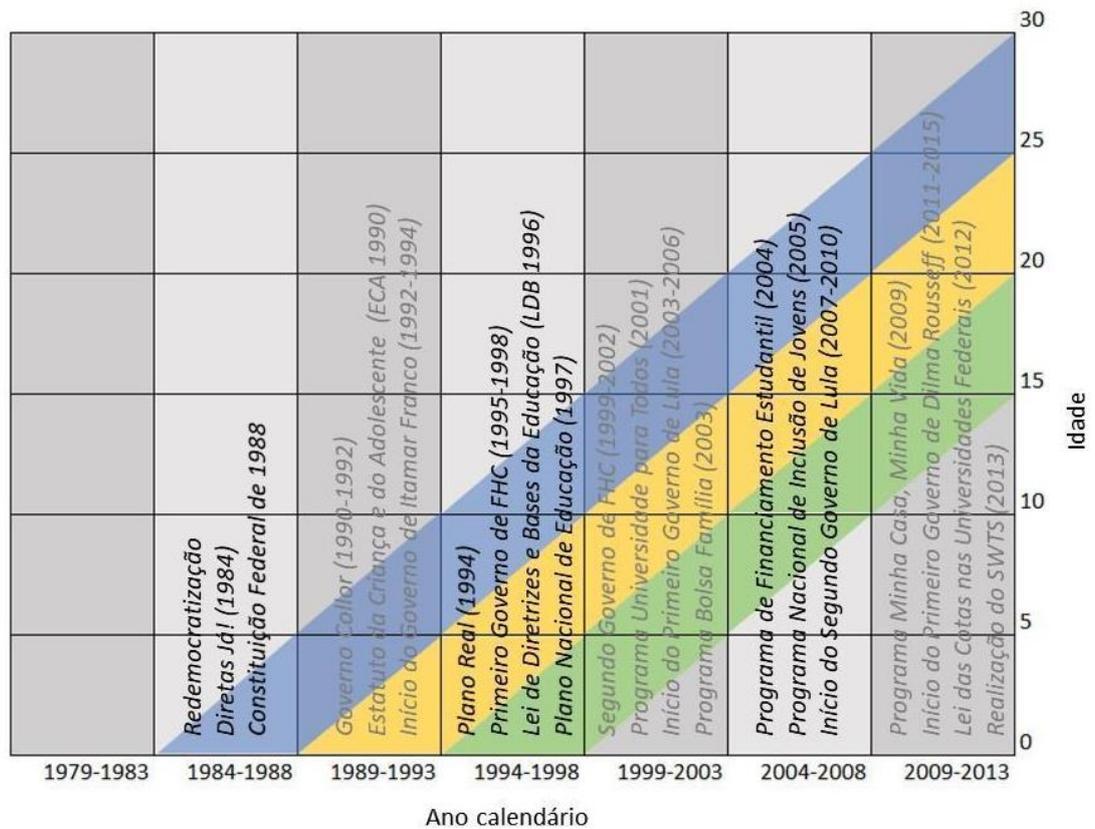
No diagrama construído para este trabalho, os três grupos de coortes acima mencionados estão representados pelas cores azul (nascidos entre 1984-1988); amarelo (nascidos entre 1989-1993) e verde (nascidos entre 1994-1998). Como dito acima, tal exercício teórico e metodológico é interessante para compreendermos as diferenciações presentes no processo de transição escola-trabalho dos jovens, segundo suas coortes e experiências históricas coletivas. Tanto o contexto coletivo quanto individual influencia o nível educacional alcançado, assim como a ocupação desempenhada por eles.

No diagrama, são indicados os governos, marcos legais e algumas políticas públicas que devem ter impactado a trajetória daqueles que eram jovens em 2013 (15-29 anos): Constituição de 1988; primeiro e segundo mandato do Ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002); Lei de Diretrizes e Base da Educação (1996); Plano Nacional de Educação (1997); primeiro e segundo mandato do Ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010); Programa Universidade para Todos (2001); Programa Bolsa Família (2003); Programa Nacional de Inclusão de Jovens (2005); Programa de Financiamento Estudantil

(2004); Programa Minha Casa, Minha Vida (2009); Primeiro mandato da Ex-presidente Dilma Rousseff (2011-2016); Lei n. 12.711, conhecida como “Lei das cotas” (2012).

Não é de nosso interesse discutir com profundidade os efeitos dos governos e políticas sobre a população brasileira, mas destacar quais políticas públicas podem ter condicionado o processo de transição escola-trabalho das três coortes aqui consideradas.

FIGURA 1 – Brasil, 1984-2013: Diagrama de Lexis destacando os principais eventos históricos que devem ter impactado a trajetória de vida dos que eram jovens (15-29 anos) em 2013



Fonte: Elaboração Própria

A tabela abaixo apresenta a progressão de idades exatas das coortes de nascimento em estudo em anos calendário específicos. A partir dela, objetiva-se uma melhor visualização do contexto nos quais estavam inseridos na idade exata *i*.

TABELA 1 – Idade das três coortes de nascimento em estudo segundo anos calendário selecionados

Coorte de nascimento	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2013
1994-1998	-	-	-	0-1	2-6	7-11	12-16	15-19
1989-1993	-	-	0-1	2-6	7-11	12-16	17-21	20-24
1984-1988	-	0-1	2-6	7-11	12-16	17-21	22-26	25-29

Fonte: Elaboração Própria.

Inicialmente, ressalta-se que o conceito de transição escola-trabalho tomou força no contexto do desenvolvimento do Estado de bem-estar social durante o pós-Segunda Guerra Mundial. Neste cenário, a entrada dos jovens na vida adulta foi marcada pelo seu ingresso no mercado de trabalho, tendo a educação como um ponto central neste processo. Tal movimento configura um padrão fordista de trajetória de vida assegurada pelo Estado com apoio familiar, principalmente nos países com economias mais avançadas (CARDOSO, 2008, p. 582). A partir desse escopo constrói-se um ideal de transição que acarreta suposições de um mesmo script linear para todas as realidades.

No caso da economia emergente brasileira, este padrão fordista de trajetória de vida não se estabeleceu plenamente devido à sua diferenciada conjuntura política, econômica e cultural em relação aos países centrais. Cardoso (2008), com base nos dados do censo de 1970, afirma que neste período a economia brasileira estava pautada no padrão desenvolvimentista, no qual a expectativa é de que a mão-de-obra jovem seja absorvida pela indústria em trabalhos manuais e de baixa ou média complexidade. Logo, a importância da educação formal era bem menos determinante na busca por oportunidades laborais do que atualmente, especialmente no momento de entrada na vida laboral (CARDOSO, 2008, p. 571).

Nos anos 1980, a chamada década perdida na qual nasce a coorte mais velha aqui considerada, o país continuou a colher frutos da mudança estrutural iniciada nos anos 1940, seguindo dessa forma um padrão desenvolvimentista articulado pelo Estado associado a capitais nacionais e estrangeiros. Santos e Gimenez (2015) investigando a participação dos jovens no mercado de trabalho, afirmam que nesta década a participação dos mesmos era uma das maiores em relação a outros países da América Latina. Os jovens com idades entre 15 e 24 anos compunham 55,3% da população brasileira em 1980, sendo mais de 40% dos presentes no mercado de trabalho (SANTOS; GIMENEZ, 2015, p. 156).

Na passagem dos anos 1980 para os 1990, o país vivencia certa estagnação, observa-se que a taxa de expansão econômica não acompanhou o intenso crescimento populacional, principalmente nas áreas urbanas (CARDOSO, 2008, p. 572). Como afirmam Santos e Gimenez:

As décadas de 1980 e de 1990 no Brasil foram marcadas por crises externas, elevada inflação, ajuste recessivo e exportador, reformas e políticas econômicas neoliberais, reduzido crescimento econômico, que contribuíram para deteriorar o mercado de trabalho nos anos 1980 e provocar uma profunda desestruturação do mercado e das relações de trabalho no Brasil nos anos 1990 (SANTOS; GIMENEZ, 2015, p. 156).

Neste contexto de crise externa, observa-se uma preocupante redução dos postos de trabalho em estabelecimentos minimamente estruturados, fato agravado pela crise brasileira interna. Remy; Queiroz e Silva Filho (2011) investigando a evolução do emprego formal no Brasil, afirmam que as mudanças estruturais da economia brasileira durante os anos 1990 levaram ao aumento do desemprego. Ao longo da década, até foram criadas vagas novas, porém em condições desvantajosas e mal remuneradas. Tal fato justifica-se em parte pelo aumento da informalidade, mudanças nas formas de produção e relações de trabalho, e do processo de terceirização, que apresenta crescente relevância no cenário brasileiro até os dias atuais (REMY; QUEIROZ; SILVA FILHO, 2011, p. 2-3).

Complementando, ao discutir a implementação do Plano Real em 1994 e seus impactos no desemprego do Brasil durante o primeiro mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1999), Reis e Camargo (2007) afirmam que a estabilização da inflação, aumento da rigidez salarial, e incerteza sobre a produtividade e experiência dos trabalhadores mais jovens resultaram em taxas significativas de desemprego para indivíduos com idades entre 18 e 20 anos.

No âmbito educacional, vale ressaltar a mais recente promulgação da Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) em 1996, instituída durante o primeiro mandato de FHC, que “define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição Federal de 1988” (LIMA; CABRAL; GASPARINO, 2009, p. 11126).

Apresentando princípios norteadores de políticas públicas educacionais brasileiras, três aspectos são destacados na LDB, sendo o principal a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; uma maior valorização dos profissionais da educação; e a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino. Outro ponto interessante a ser destacado, é o dever estatal em assegurar a gratuidade do ensino a jovens e adultos que não conseguiram cumprir o ciclo escolar dentro da idade regular.

Em decorrência, Lima; Cabral e Gasparino (2009), afirmam que “o Poder Público será responsável por viabilizar e estimular o acesso e a permanência do trabalhador na escola mediante ações integradas e complementares entre si” (LIMA; CABRAL; GASPARINO, 2009, p. 11126). Este é um ponto de extrema relevância abordado por esta dissertação, tendo em vista o lugar de destaque concedido à educação no processo de transição escola-trabalho dos jovens. Assegurar a conclusão deste ciclo básico escolar, é assegurar uma maior probabilidade de ingresso em postos de trabalhos decentes.

Em paralelo à elaboração da LDB houve em 1996 a aprovação da Emenda Constitucional (EC) nº 14 que abriu margens para a criação do Fundef (Fundo de Manutenção de Desenvolvimento da Educação e de Valorização do Magistério). Esta política tratou da necessidade de uma distribuição mais igualitária dos recursos para os Estados a serem investidos na educação básica, considerando a desigualdade econômica presente entre os municípios e Estados brasileiros. Segundo Gouveia e Souza (2015):

O mecanismo previsto no Fundef era de composição do fundo considerando os recursos disponíveis via vinculação constitucional de cada Estado federado e seus municípios e a sua redistribuição com base em um gasto por aluno ao ano mínimo definido nacionalmente (GOUVEIA; SOUZA, 2015, p. 50).

A lógica dos fundos remonta às regras básicas de financiamento da educação brasileira. A partir da Constituição de 1988, os 26 Estados e Distrito Federal deveriam investir recursos de acordo com o número de estudantes matriculados em sua rede de educação básica com base no Censo Escolar do ano anterior. A ideia por trás do fundo seria garantir um montante mínimo anual a ser investido na educação básica brasileira. Contudo, a ponderação do gasto por aluno demorou a ser implementada, fato que contribuiu para uma baixa capacidade de redistribuição nacional dos recursos. Em conjunto, os Estados mais ricos possuíam maiores recursos arrecadados a serem mobilizados e aplicados na educação básica, fato que comprometeu o objetivo de maior igualdade no acesso à educação dos Estados.

Após intensos debates, o Fundef foi substituído em 2007 pelo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), que se estendeu até 2020. O Fundeb passa a cobrir os demais níveis da educação básica, até o ensino médio, incluindo matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Além disso, o recurso que antes era de 15% das receitas dos impostos recolhidos dos Estados e DF, passam para 20%². Segundo o Portal do Ministério da Educação (MEC)³.

² Para mais informações. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/historico>. Acessado em: 28 mar. 2022.

A estratégia é distribuir os recursos pelo país, levando em consideração o desenvolvimento social e econômico das regiões – a complementação do dinheiro aplicado pela União é direcionada às regiões nas quais o investimento por aluno seja inferior ao valor mínimo fixado para cada ano. Ou seja, o Fundeb tem como principal objetivo promover a redistribuição dos recursos vinculados à educação (Ministério da Educação).

A partir de 2020 a Emenda Constitucional n° 108 o Fundeb passa a ser permanente, contando com um aumento da participação da União no financiamento da educação. Além disso, houve o aprimoramento do mecanismo de distribuição dos recursos pelos Estados e DF.

Aliado à estas políticas públicas educacionais, em 1998 o Plano Nacional de Educação⁴ (PNE) foi encaminhado ao congresso, sendo aprovado entre 2000 e 2001. Ele contém diretrizes igualmente relevantes e metas para a educação brasileira que deveriam ser cumpridas em até 10 anos. Dentre elas, destaca-se a melhoria da qualidade do ensino fornecido; a erradicação do analfabetismo:

A elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e a permanência, com sucesso, na educação pública e a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola e a participação das comunidades em conselhos escolares ou equivalentes (PNE, 2001 *apud* LIMA; CABRAL; GASPARINO, 2009, p. 1130).

Visto a relevância de tais políticas para o acesso e permanência dos estudantes ao ensino público básico, ressalta-se o impacto direto que tais medidas tiveram sobre a inserção educacional das três coortes de nascimento aqui consideradas.

A partir dos anos 2000, especificamente 2004, o cenário econômico brasileiro apresenta melhoras. As transações econômicas internacionais do Brasil foram favorecidas pelo crescimento econômico da China, junto à crescente exportação brasileira de *commodities* e produtos manufaturados (REMY; QUEIROZ; SILVA FILHO, 2011, p. 4). Esta década nos é especialmente importante pois as medidas tomadas impactam de forma mais direta os jovens da coorte mais velha. Possivelmente, na virada do milênio, eles estavam se inserindo ou já se

³ Para mais informações. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/fundeb>. Acesso em: 28 mar. 2022.

⁴ No intuito de viabilizar a ampliação e a melhoria da oferta do ensino superior, o PNE apresenta um conjunto de 25 metas a ser atingido no período de uma década, entre as quais se destacam: (i) criação de um Fundo de Manutenção da Educação Superior, para o qual seriam canalizados 75% dos recursos da União destinados à educação; (ii) ampliação do programa de Crédito Educativo, associando-o ao processo de avaliação das instituições privadas, de modo que atenda a 15% da população matriculada; (iii) incentivo à criação de cursos noturnos com propostas inovadoras, de cursos sequenciais e de cursos modulares; (iv) aumento anual de pelo menos 5% no número de mestres e de doutores formados no sistema nacional de pós-graduação; e (v) duplicação dos recursos financeiros destinados à pesquisa científica e tecnológica (CORBUCCI, 2002, p. 16).

encontravam no mercado de trabalho. Por volta de 2010, a segunda coorte de nascimento (1989-1993) idealmente deveria estar concluindo o ensino médio, ingressando no ensino superior e/ou mercado de trabalho. E, por fim, a coorte 1994-1998, que estaria em 2010 com idades entre 12 e 16 anos, presume-se que deveria ser composta por estudantes em tempo integral.

Entre 2004 e 2010 houve um aumento de ocupações formais, aumento de salários e redução da informalidade no mercado de trabalho. Esses fatos foram amplamente motivados pela taxa média de crescimento do PIB de 4% ao ano durante o período (SANTOS; GIMENEZ, 2015, p. 157; QUADROS; MAIA, 2010). Contudo, Remy; Queiroz e Silva Filho (2011) indicam que apesar do bom momento econômico vivenciado na década, das 9.715.989 vagas geradas entre 2000 e 2008, 59% foram ocupadas por homens, indicando uma preferência dos setores pela mão de obra masculina. A permanência deste cenário em 2013 poderá ser analisada a partir dos resultados deste trabalho no caso dos jovens.

Ao tratar deste cenário economicamente favorável, Gonzalez (2009) discute a implementação de políticas de incentivo à contratação de jovens. Segundo o autor, tais políticas de forma geral caminharam no sentido de reduzir os custos da contratação, transferências de parte do custo salarial para o Estado e incentivos fiscais. A ideia por trás dessas diretrizes consistia no estímulo às empresas em “manter o jovem empregado por um período suficiente para que ele adquira experiência e credenciais que afetem positivamente sua trajetória futura no mercado de trabalho” (GONZALEZ, 2009, p. 124).

Abordando diretamente algumas políticas, ressalta-se a criação entre 2001 e 2003 do Programa Bolsa Família (PBF), que unificou outros programas tais como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio-Gás. Em 2003 o programa atendia a 3,6 milhões de famílias; em 2009, 11,1 milhões de famílias; e em 2010, 12,7 milhões (SOARES, et al., 2010, p. 28). Segundo o IPEA (2010), o PBF:

não apenas se racionalizou o provimento de um mecanismo de transferência de renda na sociedade brasileira, como também se consolidou uma forma de benefício não vinculado aos riscos inerentes às flutuações do mercado de trabalho, uma forma de enfrentar o problema da pobreza para parcela da população trabalhadora ou não (SOARES et al., 2010, p. 7).

Visando estimar os efeitos do PBF sobre a pobreza, Soares et al. (2010) calcularam a porcentagem de pobres que haveria no Brasil sem o auxílio. Dessa forma, a diferença entre a taxa de pobreza segundo a distribuição de renda familiar per capita, com e sem o benefício resultam no efeito de redução da pobreza motivada pelo programa. Os autores destacam que a partir de 2009 o PBF faz com que as taxas de pobreza e extrema pobreza no

Brasil diminuam respectivamente em 1,9 e 1,6 pontos percentuais, em relação a um cenário sem este programa.

O cenário acima descrito mostra o contexto macrossocial vivenciado por todas as coortes de jovens abordadas neste estudo. Quando em situação de pobreza e extrema pobreza, os jovens procedentes e famílias que tiveram acesso ao programa receberam incentivos para a continuidade de seus estudos, uma vez que entre as principais condicionalidades do programa está a frequência escolar de crianças e adolescentes.

Durante o primeiro mandato do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2007), além do PBF temos o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) iniciado em 2005, com o foco em jovens com idades entre 18 e 24 anos (posteriormente, ampliado para abarcar pessoas de até 29 anos), sem o ensino fundamental completo. No segundo mandato do ex-presidente (2007-2011) houve a instituição da Medida Provisória (MP) 411/2007, na qual foi unificado o ProJovem junto ao programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e outros projetos já existentes. Para além, Gonzalez (2009) destaca a criação de um auxiliar do Programa Bolsa Família (PBF), o Benefício Variável Jovem (BVJ), que concedia benefícios a famílias com adolescentes entre 16 e 17 anos.

Nesta década, o cenário de auxílio financeiro e moradia tem como destaque em 2009 o lançamento do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), a maior política no âmbito habitacional do Brasil. Segundo Santos e Gimenez (2015) entre 2009 e 2013 mais de 1,4 milhão de unidades habitacionais foram entregues, beneficiando 7 milhões de pessoas pertencentes a famílias de baixa renda. Destaca-se que 50% das casas foram destinadas a famílias mais pobres e com muitos jovens, com renda de até R\$ 1.600,00; 459 mil (28%) para famílias com renda entre R\$ 1.600,00 e R\$ 3.100,00; e 353 mil moradias (22%) foram destinadas a famílias com renda de até R\$ 5.000,00” (SANTOS; GIMENEZ, 2015). Seguramente, entre os beneficiários deste programa estavam também jovens iniciando o seu núcleo familiar próprio.

De maneira geral, os jovens das coortes de nascimento de interesse estavam sob efeito dessa conjuntura macrossocial. E por conseguinte, devem ter sido beneficiados direta ou indiretamente por estas políticas econômicas citadas.

No âmbito educacional, observou-se uma expansão no número de instituições e matriculados no ensino superior brasileiro. Em dados, temos que:

Entre 2002 e 2012 o número de alunos no ensino superior dobrou no Brasil, passando de 3,5 milhões para mais de 7 milhões de alunos. Desse universo de matriculados em 2012, 5,9 milhões estavam em cursos presenciais e mais de 1 milhão de estudantes, em cursos à distância. Os ingressantes saltaram de 1,4 milhão para 2,7 milhões e os concluintes, de 479 mil para mais de 1 milhão de estudantes. A expansão do ensino médio e superior no Brasil nos anos 2000 ampliou o universo de matriculados para mais de 16,6 milhões de alunos nestes níveis de ensino. Tomando como referência a população total brasileira, em 2012, com idade entre 18 e 24 anos – 22,5 milhões de pessoas –, percebe-se que o número de matriculados no ensino médio e superior representava 73,3% da população desse grupo etário (SANTOS; GIMENEZ, 2015, p. 160).

Dentre as políticas educacionais, três programas destacam-se na expansão do ensino superior brasileiro, em 2001, o Programa Universidade para Todos (Prouni); em 2004, o Programa de Financiamento Estudantil (FIES); e em 2012 a lei n. 12.711, conhecida como “lei das cotas” implementada durante o segundo mandato da presidente Dilma Rousseff.

Os dois primeiros programas preveem, a seu modo, a concessão de bolsas de estudos totais ou parciais para estudantes ingressarem em universidades particulares. O PROUNI⁵ oferece bolsa de estudos integral ou parcial para pessoas com renda familiar bruta de até 1,5 salário-mínimo, ou 3 salários-mínimos por pessoa, estudantes egressos do ensino básico público, deficientes e autodeclarados pretos, pardos e indígenas. Em 2013, o programa contava com 1,2 milhões de bolsas vigentes, o que representa 17% do total de matriculados no ensino superior.

O FIES⁶, por sua vez, é um programa de financiamento de cursos de graduação subsidiado pelo Governo, que segue os mesmos critérios de renda citados anteriormente. A partir do FIES, “em 2010, foram firmados 75,9 mil contratos; em 2011, foram 153,5 mil; 2012, outros 377,6 mil; e em 2013, mais 556,5 mil contratos” (SANTOS; GIMENEZ, 2015, p. 161). Lembramos que cada contrato garante a matrícula de um estudante.

No que se refere a lei de cotas, esta estabelece que todas as IES federais e instituições de ensino técnico reservem 50% de suas vagas para estudantes de escolas públicas. Dentre este grupo, 50% devem ser de baixa renda, e sobre o montante total de egressos da escola pública deve haver vagas reservadas a pretos, pardos e indígenas, correspondendo a porcentagem dos mesmos na Unidade da Federação em questão (SANTOS, 2018, p. 44).

Em suma, a partir de 2003, principalmente, o Brasil vivenciou um período de crescimento econômico e avanços nas políticas educacionais no ensino básico e superior,

⁵ Para mais informações. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/>.

⁶ Para mais informações. Disponível em: <http://portalfies.mec.gov.br/>.

cujos impactos no mercado de trabalho junto a inserção laboral dos jovens deixou reflexos desde então.

A década dos anos 2000 inicia-se com dificuldades econômicas críticas que passam por algum alívio nos anos seguintes. O terreno de políticas públicas educacionais e econômicas propiciam uma suavização na transição escola-trabalho dos jovens. De acordo com o Diagrama de Lexis apresentado, as três coortes de interesse atingiram a idade mínima para o trabalho ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores (coortes 1984-1988 e 1989-1993, na Era Lula, e a coorte 1994-1998 no governo Dilma). Como veremos a seguir, apesar dessa suavização propiciada pelas políticas públicas mencionadas, a compreensão de uma transição linear de saída do sistema educacional e ingresso no sistema produtivo é equivocada, devido às desigualdades ainda presentes no cenário nacional, o que nos faz questionar se podemos falar em “transição”. Compartilhamos a perspectiva de que se tratam de transições escola-trabalho, refletindo a pluralidade e heterogeneidade da realidade social.

1.2 Transição ou transições escola-trabalho?

A proposta deste tópico é tratar das múltiplas formas de se transacionar entre o sistema educacional e produtivo brasileiro. Apesar dos avanços obtidos nos anos 2000, referentes à educação e economia, as desigualdades sociais ainda se apresentam de forma latente e inerentes à sociedade brasileira. Esta discussão abre reflexões sobre a presença de diferentes trajetórias educacionais dos jovens e conseqüente desiguais inserções no mercado de trabalho.

Discutindo inicialmente a importância do sistema educacional, uma questão a ser debatida é o abandono precoce do sistema de ensino por parte dos jovens, fato que está associado a uma entrada mais vulnerável no mercado de trabalho. Estudos indicam que o abandono escolar precoce é geralmente considerado quando o jovem deixa o sistema educacional antes da conclusão da escolaridade básica, ou antes dos 16 anos, idade legal mínima para o ingresso no mercado de trabalho (AZEVEDO, 2002, p. 19).

Uma das justificativas para o abandono escolar encontra-se na articulação entre origem social, exclusão dos jovens e a disponibilidade de determinados postos de trabalho, geralmente precários, que absorvem mão de obra com baixa qualificação oferecendo baixos salários (AZEVEDO, 2002, p. 15). Tal articulação atrai principalmente os jovens que possuem a necessidade de gerar renda e contribuir com o sustento familiar e/ ou que encontram conflitos no sistema escolar, sofrendo censura em relação ao seu desempenho, desmotivação e sentimento de inadaptação. Este conjunto de fatores acabam por potencializar

o abandono escolar precoce, e uma entrada no mercado de trabalho em condição de alta vulnerabilidade em ocupações que exigem pouca qualificação.

O observado nos indica que apesar da valorização e da pressão por credenciais educacionais para que um trabalhador possa almejar postos de maior qualificação, muitos jovens deixam precocemente o sistema educacional visando a inserção no mercado de trabalho para fazer frente a necessidades econômicas. A partir disso, observou-se que nos anos 2000, quanto mais cedo o jovem urbano deixou a escola, maior foi a probabilidade de que seu destino fosse o desemprego ou a inatividade (CARDOSO, 2008, p. 587).

Claramente, as posições e oportunidades são distribuídas de forma desigual de acordo com a condição dada pelo nascimento (CARDOSO, 2008, p. 570). Esta discussão nos é interessante, pois é ponto central que ajuda a delinear os múltiplos processos de transição escola-trabalho. A visão linear da transição escola-trabalho que pressupõe uma saída suave do jovem do sistema educacional e ingresso em postos de trabalho condizentes com as suas qualificações é um ideal difícil de se concretizar.

Ao refletirmos especificamente sobre os indivíduos que retomam os estudos mais tardiamente para cursar o ensino superior, Comin e Barbosa (2011) identificam um perfil de estudantes composto por trabalhadores adultos, que em muitos casos possuem uma trajetória educacional com várias interrupções e retomadas. Nesta perspectiva, o caso brasileiro passa a apresentar um padrão “invertido” de transição, contando com um perfil de jovens no sistema educacional superior que já se encontram no mercado laboral. Segundo os autores, “é a inserção profissional já alcançada pelos indivíduos e a busca por se manter e progredir no mercado de trabalho que explica esse movimento de volta à escola” (COMIN; BARBOSA, 2011, p. 79). Um dado que complementa o afirmado é que segundo os autores, em 2008, dois terços das pessoas que frequentavam cursos noturnos trabalhavam em tempo integral.

Deve-se reconhecer que a realidade dos jovens brasileiros em matéria de educação e trabalho é bastante heterogênea. Há os jovens que ascendem ao ensino superior logo após o ensino médio e o concluem sem interrupções. Há também os que concluem a educação superior já mais velhos, tendo retomado os estudos depois de terem se inserido de forma permanente no mercado de trabalho. Mas não podemos deixar de mencionar os jovens que estão fora do sistema produtivo e educacional, os chamados “nem-nem”. A proporção de jovens brasileiros inativos, com idades entre 17 e 22 anos, que não procuram trabalho e nem estudam, segundo dados do IBGE, foi de 14,1% em 2003 e 15,2% em 2011 (MENEZES-FILHO; CABANAS; KOMATSU, 2013, p. 4). Em 2018, por sua vez, entre os 47,3 milhões de jovens brasileiros de 15 a 29 anos, 13,5% estavam ocupados e estudando, 28,6% estavam

apenas estudando, 34,9% estavam apenas ocupados; e 23% não estavam trabalhando e nem estudando, compondo dessa forma o grupo de jovens chamados “nem-nem”⁷.

Com o objetivo de analisar justamente o crescimento da proporção de jovens “nem-nem” entre 2003 e 2011, a partir dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), Menezes-Filho; Cabanas e Komatsu (2013) decompueram as taxas de jovens em situação “nem-nem” segundo a taxa de entrada nessa situação e duração média dessa condição.

Os resultados apresentados pelos autores comprovam a alta rotatividade dos jovens no mercado de trabalho. Sendo que os principais fluxos de entrada e saída de jovens que compunham os “nem-nem” participavam primeiramente do grupo de jovens pertencentes a População Economicamente Ativa (PEA), seguido pelos jovens que estudavam. Ou seja, corre mais risco de entrar na condição “nem-nem” aqueles que trabalham do que aqueles que só estudam. As decomposições indicaram também que o aumento da duração na condição de “nem-nem” explica o crescimento das taxas dos jovens nessa situação. Contudo, o tempo que os jovens despendem na condição de nem-nem, é menor do que aquele despendido na condição de estudante; de trabalhador ou de estudante trabalhador.

Ao desagregar os resultados por sexo, identificou-se que as taxas de inatividade femininas são maiores do que as masculinas, assim como a sua duração média nesta condição. Considerando a escolaridade, as taxas de inatividade são significativamente superiores entre os menos escolarizados, ou seja, com ensino fundamental incompleto. Dessa forma, os autores concluem que o atraso ou saída do sistema escolar são fatores relevantes para o fluxo de jovens na condição de “nem-nem”, que passam a competir por postos precários no mercado de trabalho (MENEZES-FILHO; CABANAS; KOMATSU, 2013, p. 22-23).

Cardoso e Hermeto (2021) fazem considerações relevantes ao detalhar o perfil dos jovens que não estudam ou trabalham. Os autores destacam que a partir da revisão da literatura sobre o tema, dois aspectos devem ser mencionados. Primeiro que há evidências trazidas pela bibliografia de que na prática nem todos os jovens caracterizados como “nem-nem” estão em inatividade, pois muitos dedicam-se a tarefas domésticas. Segundo, há parcela significativa de mulheres que na verdade se dedicam a afazeres domésticos e que são encaixadas no conjunto de jovens que não estudam e não trabalham.

Usando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) DE 2015, os autores indicam que no geral os jovens com idades entre 15 e 29 anos que compõe o grupo de inativos dedicam mais horas ao trabalho doméstico do que os jovens que só

⁷ Agência nacional de notícias IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25801-nem-nem>. Acesso em: 01 ago. 2021.

estudam, estudam e trabalham, ou somente trabalham. Ressalta-se nestes resultados o fato da carga horária despendida pelas mulheres nas atividades domésticas serem expressivamente superiores à dos homens, assim como a naturalização da relação das mulheres com as tarefas domésticas e associadas ao cuidado, fato que possui um peso determinante nas taxas de inatividade feminina (CARDOSO; HERMETO, 2021, p. 17). Tais questões nos fazem refletir sobre a articulação do conceito de inatividade e afazeres domésticos, assim como o expressivo peso deste último na divisão do papel de gênero na sociedade brasileira.

Visto tais pontos, ao discutirmos a complexidade presente no conceito de transição escola-trabalho, observamos que: este deve ser tratado na verdade como **transições** escola-trabalho devido às várias possibilidades de trânsito do sistema educativo para o sistema produtivo, havendo inclusive a possibilidade de sobreposição da participação em ambos e sem dúvidas desiguais formas de transicionar.

Nesta investigação, assume-se como hipótese que a condição socioeconômica da família de origem tem forte influência sobre a transição escola-trabalho do jovem, o nível educacional alcançado e o tipo de inserção laboral. O percurso educacional e qualificação são elementos chave para explicar o tipo de inserção dos jovens no mercado laboral, assim como o contexto econômico e as políticas públicas empregadas visando suavizar essa passagem. Como indica Ribeiro (2006) “sem qualificações educacionais, não é possível, por exemplo, ocupar posições de profissionais liberais entre outras que proporcionam condições de vida relativamente mais confortáveis” (RIBEIRO, 2006, p. 835).

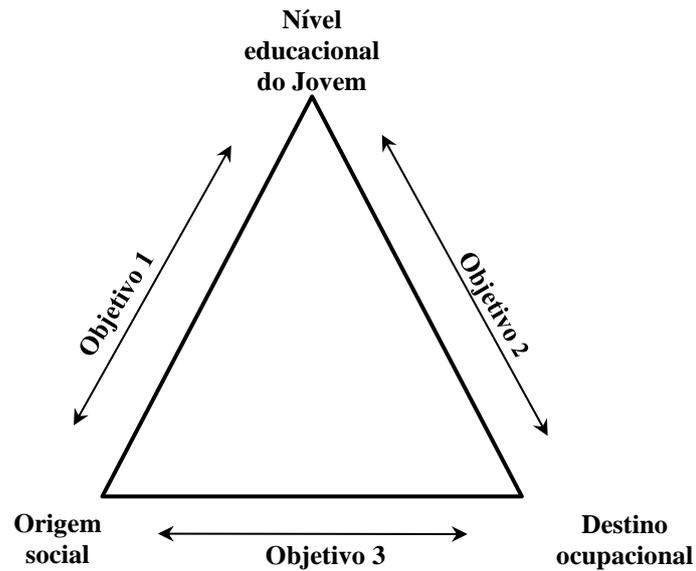
Uma escolaridade elevada e alta qualificação nem sempre se converte em boa inserção no mercado de trabalho, fato que abre margem para o questionamento de quais elementos estariam em jogo na seleção dos jovens qualificados no momento da inserção. Isso abre margens também para o questionamento de sociedades baseadas na meritocracia, tendo em vista que não só a qualificação e alcance educacional exercem influência na passagem.

Seguindo estes pontos temos um amplo leque que compõe o conceito de transição escola-trabalho, no qual observa-se trajetórias de jovens que a) abandonam o percurso educacional básico para inserirem-se no mercado de trabalho de forma precoce; b) Jovens presentes no ensino superior que conciliam a formação profissional junto a jornadas de trabalho, estes são por vezes definidos não como “estudantes que trabalham, mas trabalhadores que estudam” (COMIN; BARBOSA, 2011, p. 75); c) Jovens que alcançam e concluem o ensino superior, mas não conseguem uma inserção no mercado de trabalho; e por fim, d) jovens que não transitam, ou seja, que saem do sistema educacional e migram direto para a inatividade. Essa última alternativa é muito mais frequente entre as mulheres.

A exposição feita até o momento buscou dar uma breve noção sobre a abrangência do tema transição escola-trabalho que indica conexões com outras linhas de estudos, e uma profunda necessidade de escolhas metodológicas assertivas devido ao intrincado contexto em que se inserem as transições (BJÖRN, 2018, p. 2). As múltiplas transições apresentadas neste tópico guardam em seu pano de fundo questionamentos essenciais tais como: a origem social exerce influência sobre nível educacionais e inserção ocupacional dos jovens? A educação brasileira tem o potencial de equalizar as diferentes origens sociais dos jovens, dentre outras características, de modo a nivelá-los no ponto de partida para uma inserção igualitária no mercado de trabalho? O indicado até o momento sobre as formas de transicionar indicam que a educação é um fator relevante na inserção laboral, mas questões contextuais e características dos jovens também podem possuir influência sobre este processo.

Como forma de sintetizar visualmente os objetivos ambicionados temos a triangulação a seguir, na qual observa-se os pontos principais de relações Origem social – Nível educacional – Destino ocupacional dos jovens. As relações entre os vértices coincidem com nossos três objetivos específicos. O primeiro objetivo explora a relação entre a origem social e o nível educacional alcançado pelos jovens, observando se há influência do nível educacional da mãe sobre o nível educacional dos filhos. O segundo objetivo visa investigar a relação entre o nível educacional do jovem e seu destino ocupacional, observando se a educação atua como equalizador social dando as mesmas oportunidades ocupacionais a todos que atingem as mesmas qualificações. O terceiro objetivo diz respeito à transmissão intergeracional das desigualdades, ao explorarmos a possível influência da origem social do jovem sobre o seu destino ocupacional.

FIGURA 2 – Triangulação origem social – Nível educacional – Destino ocupacional (OED) adaptada



Fonte: Elaboração própria com base em Goldthorpe (2003).

As discussões feitas no tópico anterior trazem a necessidade de refletirmos sobre o contexto e políticas públicas implementadas no cenário brasileiro, assim como a maneira com que estas impactam de formas distintas nas coortes de jovens elencadas neste estudo. As questões abordadas no tópico atual nos fazem refletir sobre o quanto, apesar das iniciativas governamentais, as transições escola-trabalho permanecem desiguais. O tópico seguinte, nos faz refletir sobre o quanto os destinos ocupacionais dos jovens podem ser orientados pela origem social deles. Ou seja, origem é destino?

1.3 Transições escola trabalho: origem é destino?

As desigualdades socioeconômicas e a baixa fluidez social entre as classes sociais são largamente discutidas entre os estudiosos. Devido ao grande interesse nestes temas, são muitas as abordagens teóricas e metodológicas possíveis. São estudos correlatos aqueles sobre estratificação, mobilidade social, transmissão intergeracional de (des)vantagens sociais, entre outros.

A abordagem adotada nesta dissertação, considera aspectos da transmissão intergeracional de (des)vantagens, destacando o papel da origem social no processo de transição escola-trabalho dos jovens brasileiros. Ou seja, à luz deste conceito busca-se analisar o quanto os capitais disponíveis pelos familiares e o ambiente de criação em que o indivíduo cresce podem influenciar nos seus resultados socioeconômicos e educacionais ao longo da vida.

A discussão sobre origem de classe, ou origem familiar tem um longo repertório de debates em muitas áreas. Para Silva e Hasenbalg (2002), a origem familiar relaciona-se à distribuição de recursos familiares, assim como à socialização de novas gerações que nascem dentro desse círculo, orientando dessa forma as possíveis transmissões intergeracionais das desigualdades sociais (SILVA; HASENBALG, 2002, p. 55).

Segundo os autores, estes recursos presentes na família de origem, que orientam a socialização e possibilidades de mobilidade, podem ser divididos em capital social, cultural e econômico. Devido ao fato de o capital social agir principalmente nas relações interpessoais, e ser definido como recursos que facilitam ou permitem determinados resultados sociais, ele mobiliza elementos da estrutura social, atuando sobre a mobilidade dos indivíduos dentro desta (PARCEL; DEFUR, 2001, p. 882 *apud* SILVA; HASENBALG, 2002, p. 56).

O capital cultural, por sua vez, foi amplamente trabalhado por Pierre Bourdieu (1977) tratando da relação entre a esfera dos bens simbólicos e práticas culturais, reproduzindo e legitimando relações de classes (SILVA; HASENBALG, 2002, p. 67). Segundo a leitura de Silva e Hasenbalg (2002) o capital cultural é algo cultivado nas relações primárias da família, desenvolvendo desta forma um *habitus* de classe. Com o tempo, isso resulta no domínio da cultura apreciada e presente dentro do ambiente escolar. Em decorrência, “o capital cultural preexistente na família é transformado em qualificações e credenciais educacionais” (SILVA; HASENBALG, 2002, p. 68). Este conhecimento se amplia alcançando o modo como os indivíduos se portam, habilidades linguísticas, maneiras de apresentação, indicando uma origem familiar “cultura” resultando em diferentes retornos educacionais e profissionais (SILVA; HASENBALG, 2002, p. 68).

Por fim, o capital econômico pode ser observado a partir da ocupação do chefe de domicílio, ou renda *per capita* domiciliar, indicador elegido por Silva e Hasenbalg (2002). A renda domiciliar per capita, e sua distribuição, é muitas vezes utilizada como proxy do nível de bem-estar e qualidade de vida dos indivíduos.

Analisando a possibilidade de acesso a estes recursos presentes nas famílias de origem, temos a noção de vantagem compensatória, amplamente trabalhada por Bernardi e Ballarino (2016). Segundo os autores, tais vantagens baseiam-se nos meios que famílias privilegiadas mobilizam em prol dos filhos que tem um insucesso no desempenho educacional. Ao trabalharmos mobilidade intergeracional, caso estas vantagens das famílias de origem atuem no sentido de prevenir uma mobilidade social descendente dos filhos, há uma quebra no discurso de que os indivíduos atinjam determinado destino ocupacional a depender unicamente de seu alcance educacional e habilidades/talentos individuais.

Discorreremos melhor sobre este ponto no tópico seguinte. O que nos interessa neste momento é tratar brevemente sobre conceitos que dizem respeito a recursos familiares que podem ser utilizados em prol dos filhos, variando segundo as condições socioeconômicas dos pais. A partir disso, observa-se o potencial de influências decorrentes da família de origem no delineamento do destino socioeconômico dos filhos.

Nos estudos sobre origem de classe, há considerações sobre os aspectos mencionados acima, mas especificamente centrados na análise das ocupações dos pais e possíveis influências destas sobre as ocupações dos filhos. Segundo Ribeiro e Carvalhaes (2020), a classe de origem pode ser definida através da ocupação do pai durante o crescimento do filho, e o destino ocupacional do filho pode ser definido pelo posto de trabalho que ele próprio ocupa quando adulto.

Neste estudo, a escolaridade da mãe e a classe de ocupação dela são utilizadas como *proxies* da origem social do indivíduo. Por outro lado, o “sucesso” profissional e econômico do indivíduo também está correlacionado ao seu próprio nível de escolaridade, que **em parte**, depende de seu esforço individual.

Encadeando o raciocínio, para além da centralidade da educação para a mobilidade social, outro elemento relevante foi a crescente participação feminina no mercado de trabalho. Tendo em vista as variadas formas de composição familiar, e a relevância das mulheres na composição da renda domiciliar, principalmente dentro das famílias mais pobres e negras, nas quais as mulheres há tempos já participavam da composição do orçamento doméstico, Ribeiro (2020) afirma a necessidade não apenas de contar com as variáveis referentes aos pais, mas dedicar análises às variáveis maternas (RIBEIRO, 2020, p. 260).

Tendo em vista que tradicionalmente foram os homens que se dedicaram ao mercado de trabalho, a maioria dos estudos sobre mobilidade fundamenta-se na ocupação dos pais, e não das mães, para definir a origem socioeconômica. Contudo, com a crescente participação feminina no mercado de trabalho, diversos autores começaram a criticar essa abordagem. Será que, além da ocupação dos pais, seria relevante usar a ocupação das mães para definir as características socioeconômicas das famílias de origem? (RIBEIRO, 2020, p. 263).

A partir dessas reflexões sobre recursos familiares, origens, relevância educacional nos resultados ocupacionais e importância da mensuração das características das mulheres nos estudos sobre mobilidade social e desigualdades, por fim temos nossa definição de origem social. Esta se baseia na análise da ocupação e escolaridade da mãe, observando em que medida poderiam interferir na escolaridade e destino ocupacional dos filhos jovens.

Segundo Ribeiro e Carvalhaes (2020), os estudos desenvolvidos por Blau e Duncan (1967) analisando o “status ocupacional”, visando analisar “em que medida o status socioeconômico dos filhos está associado, por um lado, às características herdadas, tais como status ocupacional dos pais, raça, gênero etc., e, por outro lado, às características adquiridas, tais como nível educacional alcançado, experiência de trabalho etc.” (RIBEIRO; CARVALHAES, 2020, p. 29).

Tais discussões têm em paralelo a possível influência das características sociodemográficas paternas sobre o destino social dos filhos. Um conceito que representa grandemente esta questão, é a transmissão intergeracional das (des)vantagens. Sobre isso, Torche (2014) nos traz uma retrospectiva interessante dos estudos feitos sobre o tema na América Latina. A primeira geração de pesquisadores surgiu na década de 1960 e era composta majoritariamente por sociólogos (TORCHE, 2014, p. 625). O principal objetivo das pesquisas consistia no estudo das rápidas mudanças estruturais associadas à urbanização, e como ela impactou os processos de mobilidade social no século XX. Os resultados apontavam para um alto nível de mobilidade ascendente decorrente do processo de urbanização e industrialização que acabaram por alterar a estrutura de classe em uma única geração.

Paschoal (2007), dando sequência na complexidade sobre os estudos de mobilidade intergeracional, traz novas abordagens metodológicas para analisar em específico questões intergeracionais, que consideram exatamente o *background* familiar. A autora afirma que quanto mais intensa a influência das características dos pais, menor tende a ser a mobilidade intergeracional: “por exemplo, filhos de pais ricos, independentemente do seu esforço, podem herdar não só a riqueza da família, mas também a posição que seus pais ocupavam na distribuição de renda da população” (PASCHOAL, 2007, p. 9). Dessa forma, a mobilidade intergeracional pode então ser observada a partir do estudo da possível influência da posição ocupada pelos pais, segundo seu local na distribuição de renda, sobre a distribuição de características socioeconômicas dos filhos.

Os resultados dos estudos da Paschoal (2007) sobre mobilidade intergeracional decorreram da análise dos dados da PNAD de 1996, na qual ela selecionou homens e mulheres com idades entre 23 e 69 anos, que reportaram a escolaridade dos pais e não frequentam mais a escola. Ao aplicar regressões quantílicas em seus dados, Paschoal (2007) observou diferenciais de gênero na educação dos pais. A escolaridade materna influi mais no nível educacional alcançado pelos filhos do que a paterna (PASCHOAL, 2007, p. 70).

Ainda de acordo com Paschoal (2007), nos anos iniciais da educação básica há menor diferenciação entre as pessoas segundo idade, gênero e raça. Contudo, a raça torna-se progressivamente mais importante à medida que se avança no sistema educacional.

O estudo da possível influência da origem social sobre a transição escola-trabalho dialoga com o conceito de transmissão intergeracional das desigualdades ou (des)vantagens sociais. Tecemos a relação entre esses dois conceitos, porque assumimos que a desigual distribuição de bens entre a família e/ou os indivíduos é produto da estrutura social. É exatamente isso que nos motiva a estudar diferentes estruturas de oportunidades na transição escola-trabalho e a identificar que tipo de associação pode existir entre o destino ocupacional dos jovens no mercado de trabalho e sua origem familiar.

Tendo em vista a centralidade da educação em nossa abordagem da transmissão intergeracional das (des)vantagens, vale refletirmos sobre o quanto a educação brasileira permite que haja mudanças na estrutura social. Explicitando claramente nossas perguntas de pesquisa: a partir da análise do processo de transição escola-trabalho dos jovens brasileiros, a expansão educacional atuaria como equalizadora social, permitindo que jovens de mesma escolaridade e origem social distintas tivessem o mesmo destino ocupacional? Ou a origem social dos jovens teria mais influência do que sua escolaridade, ocasionando dessa forma uma transmissão intergeracional das (des)vantagens?

1.4 A educação é um equalizador social?

No tópico anterior vimos a amplitude de abordagens e resultados possíveis nos estudos sobre transmissão intergeracional das desigualdades/(des)vantagens sociais. A análise da associação entre as características socioeconômicas das famílias de origem em que os indivíduos cresceram e os alcances socioeconômicos e educacionais em sua vida adulta podem nos mostrar as dimensões das chances de mobilidade intergeracional. Por conseguinte, questionamos nesta pesquisa o quanto as características socioeconômicas das famílias de origem podem influir na transição escola-trabalho dos jovens.

Para mensurar estes e outros aspectos da realidade socioeconômica, diversos estudos enfatizam o nível educacional, devido a sua grande importância no momento da inserção no mercado de trabalho, bem como a possível influência da origem familiar sobre a titulação acadêmica. Ou seja, o nível educacional tem grande potencial de guardar relações com a origem social e o destino ambicionado pelos indivíduos.

Contudo, autores como Bernardi e Ballarino (2016) discutem criticamente sobre os ideais meritocráticos presentes nas sociedades modernas que acreditam possuir uma

democracia plena. Os autores indicam que as democracias ocidentais tendem a considerar que a posição econômica de um indivíduo na sociedade é determinada, exclusivamente, pelo seu nível educacional alcançado, refletindo supostamente seus méritos. Segundo os autores estas sociedades possuem uma noção de Educação Baseada na Meritocracia (EBM) (BERNARDI; BALLARINO, 2016, p. 2).

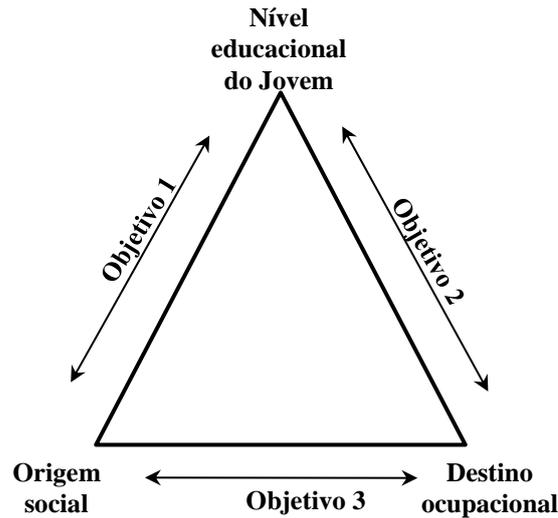
A meritocracia presume um cenário de ampliação das instituições educacionais, e com isso a ideia de que todos teriam acesso à educação de forma igualitária. Como o indicado pelos autores, o esforço empregado pelos jovens no percurso educacional é um dos fatores determinantes do nível de escolaridade alcançado, resultando em determinado tipo de inserção laboral. Logo, os que se esforçam mais conseguiriam atingir os níveis educacionais mais altos, assim como ocupações com maior prestígio social, renda, status entre outros marcadores de distinção, independentemente de suas origens sociais.

É neste sentido que tais sociedades compreendem a educação como equalizadora social, pois o enfraquecimento da influência da origem social em função do papel transformador da educação. Este conceito sugere que os indivíduos ao alcançarem o mesmo nível educacional teriam as mesmas chances de êxito no mercado de trabalho, apesar de possuírem diferentes origens sociais, gêneros, raças entre outros marcadores associados a distinções sociais.

Apesar dos grandes esforços das sociedades que visam uma dinâmica realmente democrática, admite-se que a igualdade de direitos não chega a configurar uma equidade de condições educacionais entre os cidadãos que as compõem, o que abre margem para os propósitos desta dissertação.

As discussões que traremos neste tópico têm como pano de fundo o questionamento sobre o potencial de equalização da educação brasileira levando em conta a forte expansão educacional em todos os níveis registrada nas últimas décadas. Como dito anteriormente, a abordagem aqui adotada trata da análise das relações presentes na triangulação Origem social (O), Nível educacional (E) e Destino de classe (D).

Operacionalizando essa discussão e fundamentando-se em estudos realizados entre os anos 1960 e 1970 sobre as sociedades modernas e a teoria da educação baseada na meritocracia, Goldthorpe (2003) destaca o triângulo abaixo para ilustrar as relações em questão.

FIGURA 3 – A teoria da educação baseada na meritocracia

Fonte: Goldthorpe (2003, p. 235), tradução livre.

Ao deixar clara as possíveis mudanças na interpretação da intensidade das ligações entre as arestas que ligam o triângulo segundo a sociedade analisada, observa-se a relação entre a classe de origem do indivíduo junto ao seu alcance educacional e possível destino de classe (GOLDTHORPE, 2003, p. 234-235). Segundo as leituras do autor, na teoria da educação baseada na meritocracia, a associação entre classe de origem e alcance educacional (O-E) tende a enfraquecer, devido a expansão e reformas educacionais feitas em muitas sociedades visando o aumento da igualdade de oportunidades educacionais. A associação entre o nível educacional e a classe destino (E-D), por sua vez, tende a ser mais forte, tendo em vista os maiores esforços dos jovens na busca pela sua realização e qualificação formal. Por fim, a associação entre a classe de origem e o destino de classe (OD|E) tende a diminuir, devido ao aumento da destinação via educação.

Em paralelo aos conceitos discutidos, Bernardi e Ballarino (2016) afirmam que em Sociedades Baseadas na Meritocracia, teríamos ao longo do tempo: 1) uma associação entre Origem e Educação gradualmente menor ou ausente; 2) uma associação entre Origem e Destino gradualmente menor ou ausente; e 3) uma associação entre Educação e Destino forte, ou gradualmente mais forte. Em suma, a noção da educação como um equalizador somente requer que a associação ED seja forte (BERNARDI; BALLARINO, 2016, p. 2).

O objetivo traçado por Bernardi e Ballarino (2016) é de preencher uma lacuna presente nos estudos sobre a transmissão intergeracional de (des)vantagens sociais em 14 países desenvolvidos. Dessa forma, analisam a associação entre o status dos indivíduos e de seus pais na educação e posição ocupacional alcançada – ou seja, o efeito da origem social

sobre o nível educacional e inserção laboral dos indivíduos – algo próximo do que ambicionamos nesta dissertação.

Baseado nos conceitos expostos, os autores testaram se dentre os indivíduos com o nível educacional idêntico, os que possuem famílias com maiores recursos ainda ocupam posições mais vantajosas no mercado de trabalho, ou, se as vantagens sociais obtidas via nascimento se mantêm ao longo do tempo. Caso comprovado que a origem social importa mais do que o nível educacional alcançado, tanto a tese da Educação Baseada na Meritocracia quanto a da Educação como Equalizador Social seriam refutadas (BERNARDI; BALLARINO, 2016, p. 2).

Relacionando as discussões de origem social e nível educacional alcançado, Bernardi e Ballarino (2016) trazem os conceitos de “família privilegiada” e vantagem compensatória. O privilégio dos quais algumas famílias desfrutam decorre do maior acesso e mobilização dos capitais antes mencionados. A articulação desses privilégios é posta em prática na intenção de evitar um rebaixamento social de um familiar. Nas palavras dos autores, “the notion of compensatory advantage predicts that better-off families have the means to compensate for the school failures of their offspring and to help them achieve a good occupational position despite their relatively low educational attainment”⁸ (BERNARDI E BALLARINO, 2014 *apud* BERNARDI; BALLARINO, 2016, p. 262). Dito de outra forma:

The idea of compensatory advantage thus suggests that, among individuals with the same level of education, social background should matter more in ‘rescuing’ those from the upper class who have failed at school and ‘lifting’ them up to a social position similar to that of the family of origin⁹ (BERNARDI; BALLARINO, 2016, p. 6).

O interessante é notarmos que esse auxílio vem não somente da família de origem, mas de uma rede de apoio de classe que pode e é mobilizada nestes momentos. A combinação entre elevado status econômico e acesso a contatos podem favorecer a entrada dos seus no mercado de trabalho em melhores posições. Dito de forma mais simples, no cotidiano brasileiro são as práticas correntes do “empurrãozinho” da família e o recurso aos “pistolões”.

⁸ Tradução livre: A noção de vantagem compensatória prevê que as famílias em melhor situação têm os meios para compensar os insucessos escolares de seus filhos e ajudá-los a alcançar uma boa posição ocupacional, apesar de seu desempenho educacional relativamente baixo (BERNARDI; BALLARINO, 2016, p. 262; BERNARDI, 2014).

⁹ Tradução livre: a ideia de vantagem compensatória sugere então que entre os indivíduos com o mesmo nível de educação, a origem social pode importar mais no “resgate” daqueles pertencentes às classes altas que falharam na escola, e “elevá-los” a uma posição social similar àquela de suas famílias de origem” (BERNARDI; BALLARINO, 2016, p. 6).

Para além, os autores apontam uma preferência dos empregadores por candidatos que possuem famílias com bens socioeconômicos (BERNARDI; BALLARINO, 2016, p. 270).

Ainda neste sentido, Bernardi e Ballarino (2016) dialogam com um estudo produzido por Hout (1988), no qual o autor afirma não encontrar associações entre origem e posto ocupacional entre indivíduos formados no ensino superior nos Estados Unidos.

Hout (1988) argumenta que o mercado de trabalho tende a ser mais meritocrático para os que possuem formação universitária, focando mais nas qualificações educacionais dos jovens que alcançaram o ensino superior do que para as pessoas com escolaridade mais baixa. Contudo, Bernardi e Ballarino (2016) ao estudarem um conjunto de países, encontraram na Noruega, Rússia, Espanha e EUA um “efeito dinamizador” da origem social, que se refere à persistência da presença da influência da origem social sobre o destino ocupacional dos indivíduos, mesmo no caso de pessoas mais escolarizadas.

Tal efeito, coloca sob suspeita a teoria de que a educação universitária funcionaria como equalizadora social, e de que o mercado de trabalho para os formados neste nível seria mais meritocrático, neutralizando a influência da origem social.

If it were more meritocratic, how could it be that, in a number of countries, university graduates born in high socio-economic status families enjoy a sizeable advantage in terms of income compared with those born in low socio-economic status families? Or, to put it differently, how can the labour market be meritocratic in terms of occupation but not in terms of income? (BERNARDI; BALLARINO, 2016, p. 264)¹⁰.

Ou seja, ao discutirmos vantagens compensatórias e “efeito dinamizador”, estamos falando em ações e estímulos compensatórios que os pais tendem a ativar diante de uma falha educacional dos filhos. Eles mobilizam seus capitais e redes para manter os filhos no mesmo nível socioeconômico de sua família de origem. Por outro lado, também podem maximizar os retornos escolares dos filhos, auxiliando-os a se colocarem ainda melhor no mercado de trabalho. Em síntese:

¹⁰ Tradução livre: Se fosse mais meritocrático, como poderia ser que, em vários países, os graduados universitários nascidos em famílias de alto nível socioeconômico gozem de uma vantagem considerável em termos de renda em comparação com os nascidos em famílias de baixo nível socioeconômico? Ou, dito de outra forma, como o mercado de trabalho pode ser meritocrático em termos de ocupação, mas não em termos de renda?

What we envisage, therefore, is the possibility that ‘defensive’ strategies of status and class maintenance among low educational achievers, which underlie the notion of compensatory advantage, coexist with more ‘offensive’ strategies of earnings maximization among higher achievers (BERNARDI; BALLARINO, 2016, p. 265)¹¹.

Estas discussões também subsidiam a análise da importância da família de origem na transição escola-trabalho dos jovens. Elas dialogam com os elementos apontados na bibliografia sobre mobilidade intergeracional que explora a associação entre as condições socioeconômicas de pais e filhos, mostrando que a origem social pode exercer influência sobre a configuração que a transição escola-trabalho tomará.

Dessa forma, ao refletirmos sobre como as desigualdades segundo origem social, sexo, raça/cor, e renda influem sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro visamos questionar se no caso brasileiro a educação tem funcionado como equalizadora social.

O capítulo seguinte apresenta a fonte de dados utilizada, a seleção de variáveis consideradas e a estratégia de modelagem estatística aplicada.

¹¹ Tradução livre: O que vislumbramos, portanto, é a possibilidade de que estratégias "defensivas" de status e manutenção de classe entre os de baixo desempenho educacional, que fundamentam a noção de vantagem compensatória, coexistam com estratégias mais "ofensivas" de maximização de ganhos entre os de maior desempenho.

CAPÍTULO II – DADOS E MÉTODOS

2.1 O banco de dados

O Survey sobre transição escola-trabalho, em inglês “*school-to-work transition*”, utilizado nesta pesquisa apresenta alguns avanços de informações sobre a população jovem brasileira. Um deles é a coleta de informações e viabilidade da construção de indicadores que tratam das etapas da transição da escola ao trabalho, qualidade do vínculo laboral do jovem e o nível educacional e ocupação dos pais (ELDER, 2009, p. 3, MÓDULO 1).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT)¹², principal responsável pela elaboração do survey, é uma agência que faz parte da Organização das Nações Unidas desde 1919. Dentre os principais objetivos da OIT estão: indicar caminhos para a formulação de políticas públicas; estabelecer padrões de trabalho; e elaborar programas que apontem meios de construção de “trabalhos decentes” para homens e mulheres. Segundo a organização, na elaboração da primeira onda do survey, em 2003, foi desenvolvido inicialmente questionários estruturados visando coletar informações referentes ao mercado de trabalho para jovens de 15 a 29 anos, tratando da igualdade de gênero no emprego jovem¹³. Essa primeira onda do survey foi realizada na Indonésia, Sri Lanka e Vietnã.

Em 2004, o conceito de transição escola-trabalho foi mais bem fundamentado e respaldado pelas questões presentes no survey. Nesta fundamentação, a OIT introduz um elemento de qualidade na definição da transição. Segundo a organização, temos a premissa de que o jovem:

A person has not “transited” until settled in a job that meets a very basic criteria of “decency”, namely a permanency that can provide the worker with a sense of security (e.g. a permanent contract), or a job that the worker feels personally satisfied with¹⁴ (ELDER, 2009, p. 7, MÓDULO 1).

Após essa reformulação, houve um segundo momento de aplicação da pesquisa no Azerbaijão, China, Egito, República Islâmica do Irã, Jordânia, Kosovo, Quirguistão, Mongólia, Nepal e Síria.

¹² Disponível em: <https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/lang--en/index.htm>. Acesso em: 01 set. 2021.

¹³ Para mais informações relacionadas a articulação da produção da pesquisa entre a OIT e MasterCard Foundation. Disponível em: https://www.ilo.org/employment/areas/youth-employment/work-for-youth/WCMS_191853/lang--en/index.htm. Acesso em: 01 set. 2021.

¹⁴ Tradução livre: não ‘transitou’ da escola ao trabalho até se estabelecer em um emprego que atenda a critérios muito básicos de ‘decência’, ou seja, uma permanência que possa proporcionar ao trabalhador uma sensação de segurança (por exemplo, um contrato permanente), ou um trabalho com o qual o trabalhador se sente pessoalmente satisfeito (ELDER, 2010, p. 7, MÓDULO 1).

A partir de uma PPP (Parceria Público Privada) entre a OIT e a Fundação Mastercard em 2010, foi criado o Projeto *Work4Youth* (W4Y). Este projeto continuou com o forte objetivo defendido pela OIT de promover trabalhos “decentes” para os jovens, produzindo informações sobre a inserção deles no mercado de trabalho, principalmente nos países em desenvolvimento. A OIT afirma que com um orçamento de 14,6 milhões de dólares americanos foram aplicados questionários em mais 28 países entre 2011 e 2016. Na tabela abaixo é possível observarmos os países nos quais a pesquisa foi realizada a partir de 2011.

TABELA 2 – Países nos quais o Survey de transição escola-trabalho foi implementado, segundo os parceiros de implementação, tamanho da amostra e período de referência

País	Parceiro de implementação	Tamanho da amostra (15-29 anos)	Cobertura geográfica	Período de referência
Armênia 2012	Serviço Nacional de Estatística	3.216	Nacional	Out-Nov
Armênia 2014		2.710		Set-Out
Bangladesh 2013	Bureau of Statistics	9.197	Nacional	Jan-Mar
Benin 2012	Institut National de la Statistique et de l'Analyse Économique	6.917	Nacional	Dez
Benin 2014-2015		4.306		Dezembro de 2014 a janeiro de 2015
Brasil 2013	ECO Assessoria em Pesquisas	3.288	Nacional	Jun
Camboja 2012	Instituto Nacional de Estatística	3.552	10 províncias	Jul-Ago
Camboja 2014		3.396	Nacional	Jul-Ago
Colômbia 2013	Departamento Administrativo Nacional de Estadística	6.416	Urbano	Set-Nov
Congo, Rep. De 2015	Direção Générale de la Formation Qualifiante et de l'Emploi	3.276	Nacional	Mai-jun
República Dominicana 2015	Banco Central De La República Dominicana	3.554	Nacional	Jul-Set
Egito 2012	Agência Central de Mobilização Pública e Estatística (CAPMAS)	5.198	Nacional	Nov-Dez
Egito 2014		5.758		Nov-Dez
El Salvador 2012	Dirección General de Estadística y Censos	3.451	Nacional	Nov-Dez
El Salvador 2014		3.604		Out-Dez
FYR Macedônia 2012	Escritório de Estatística Estadual	2.544	Nacional	Jul-Set
FYR Macedônia 2014		2.474		Jul-Out
Jamaica 2013	Instituto de Estatística da Jamaica	2.584	Nacional	Fev-Abr
Jamaica 2015		3.666		Jun-Set
Jordan 2013	Departamento de Estatística	5.405	Nacional	Dezembro de 2012 a janeiro de 2013
Jordan 2015		3.749		Mar-abr
Quirguistão 2013	Comissão Nacional de Estatística	3.930	Nacional	Jul-Set
Líbano 2014-2015	Instituto de Consulta e Pesquisa	2.627	Nacional	Nov-Jan

Libéria 2012	Instituto Liberiano de Estatística e Serviços de Geoinformação	1.876	Nacional	Jul-Ago
Libéria 2014		2.416		Jun-Jul
Madagascar 2013	Institut National de la Statistique	3.102	Nacional	Mai-Jun
Madagascar 2015		5.044		Abr-Mai
Malawi 2012	Escritório Nacional de Estatísticas	3.102	Nacional	Ago-Set
Malawi 2014		3.097		Set
Moldova, Republic 2013	National Bureau of Statistics	1,158	National	Jan-Mar
Moldova, Republic 2015		1,189		Mar
Montenegro 2015	Statistical Office of Montenegro	2,998	Nacional	Set-Out
Nepal 2013	Center for Economic Development and Administration	3,584	Nacional	Abr-Mai
Occupied Palestinian Territories 2013	Central Bureau of Statistics	4,32	National	Ago-Set
Occupied Palestinian Territories 2015		4,141		Jun-Jul
Peru 2012-2013	Instituto Nacional de Estadística e Informática	2,464	Urban	Dez-Fev
Russian Federation 2012	Russian Federal State Statistics Service	3,89	11 regions	Jul
Russian Federation 2015		3,415		Mar
Samoa 2012	Bureau of Statistics	2,914	Nacional	Nov-Dez
Serbia 2015	Statistical Office of the Republic of Serbia	3,508	Nacional	Mar-Abr
Tanzânia 2013	University of Dar-es-Salaam, Department of Statistics	1,988	Nacional	Fev-Mar
Togo 2012	Direction Générale de la Statistique et de la Comptabilité Nationale	2,033	National	Jul-Ago
Togo 2014		2.708		Mar-abr
Tunísia 2013	Institut National de la Statistique	3.000	Nacional	Fev-Mar
Uganda 2013	Bureau of Statistics	3.811	Nacional	Fev-Abr
Uganda 2015		3.049		Jan-Abr
Ucrânia 2013	Centro Ucrainiano para Reformas Sociais	3.526	Nacional	Fev
Ucrânia 2015		3.202		Abr-Mai
Vietname 2012-2013	Escritório de Estatística Geral	2.722	Nacional	Dez-jan
Vietname 2015		2.234		Mai-Jun
Zâmbia 2012	IPSOS Zâmbia	3.206	Nacional	Dez
Zâmbia 2014		3.296		Out-Dez

Fonte: OIT (2013). School – Work Transition Survey (SWTS).

De forma geral, observa-se que apesar das alterações, o objetivo do survey é coletar dados para auxiliar na compreensão e resolução de desafios que podem ser

encontrados por governantes e formuladores de políticas públicas com enfoque na população jovem e suas dificuldades no decorrer da transição da escola ao trabalho.

Apesar da amplitude de países cobertos pela pesquisa, os formuladores do survey fazem algumas ressalvas. Devido à mudança no planejamento da aplicação dos questionários e mudanças metodológicas com a elaboração do projeto W4Y em parceria com a Fundação Master Card, as pesquisas aplicadas entre 2004 e 2006 não são compatíveis às aplicadas após esse período. Os questionários foram fortemente revisados e alinhados ao modelo de pesquisa aplicado para a compreensão da força de trabalho e da trajetória laboral dos jovens. Apesar da limpeza feita nas bases de dados visando diminuição das inconsistências, ainda há variações consideráveis entre países devido a diferenças na formulação do questionário e categorias adotadas como resposta para as perguntas. Em decorrência, é importante ter em mente a dificuldade e até mesmo impossibilidade de comparação entre países devido às diferentes metodologias de amostragem aplicadas. Por fim, a possível falta de dados de alguns países decorre da indisponibilidade de dados brutos, ou falta de recursos para randomizar e estender a cobertura para além do setor formal de emprego do país. Mais informações estão presentes no site da OIT¹⁵.

2.2 A aplicação do school-to-work transition survey no Brasil

Como mencionado anteriormente, o Survey Transição Escola-Trabalho desenvolvido em parceria entre a OIT e a Fundação Mastercard através do projeto *Work4Youth* foi aplicado no Brasil em 2013. A pesquisa de campo ficou a cargo da ECO Assessoria em Pesquisas.

Segundo Venturi e Torini (2014), a pesquisa é estatisticamente representativa dentre os jovens com o recorte etário selecionado de 15 a 29 anos, compondo uma amostra de 3.288 indivíduos. Trata-se de uma abordagem probabilística considerando a distribuição em 160 municípios¹⁶, discriminando os locais de áreas urbanas e rurais, capitais e interior; e contemplando 25 unidades da federação. Sobre a amostragem, os autores indicam que:

¹⁵ Disponível em: https://www.ilo.org/employment/areas/WCMS_159352/lang--en/index.htm. Acesso em: 09 ago. 2021.

¹⁶ Sendo eles: Rio Branco, Brasília, Manaus, Fonte Boa, Humaitá, Belém, Marituba, Ananindeua, Ourém, Alenquer, Breu Branco, Barcarena, São Félix do Xingu, Porto Velho, Alta Floresta d'oeste, Buritis, Cacoal, Palmas, Goiatins, Araguaína, Brasília, Goiânia, Aparecida de Goiânia, Firminópolis, Morrinhos, Formosa, Campo Grande, Sonora, Nova Andradina, Nova Andradina, Cuiabá, Várzea Grande, Feliz Natal, Água Boa, Rondonópolis, Maceió, Marechal Deodoro, Major Isidoro, São Sebastião, União dos Palmes, Salvador, São Sebastião do Passé, Simões Filho, Central, Ibicoara, Maragogipe, Camamu, Casa Nova, Serrinha, Teixeira de Freitas, Fortaleza, Pacatuba, Caucaia, Piquet Carneiro, Aurora, Sobral, São Luís, São José de Ribamar, Cândido Mendes, Magalhães de Almeida, Vargem Grande, São Domingos do Maranhão, Coroatá, João Pessoa, Santa Rita, Juazeirinho, Pombal, Campina Grande, Recife, Ipojuca, Abreu e Lima, Olinda, Inajá, Bom Jardim,

A amostragem foi feita de forma probabilística nos primeiros estágios (sorteio dos municípios, dos setores censitários, dos bairros e dos domicílios), combinada com controle de cotas de sexo, idade e por condição do ponto (urbano ou rural) para a seleção dos indivíduos (estágio final) (VENTURI; TORINI, 2014, p. 9).

Por fim, a margem de erro estimada para a amostra probabilística é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos, contando com um intervalo de confiança de 95% (VENTURI; TORINI, 2014, p. 9). Os autores afirmam que o cuidado com a amostragem decorre da necessidade em obter uma amostra representativa dos jovens brasileiros, permitindo dessa forma expandir os resultados para o universo.

Para a implementação das pesquisas, a OIT disponibilizou pontos básicos a serem tratados nos questionários aplicados nos países. Esse modelo básico de questionário podia ser adaptado segundo o contexto. Venturini e Torini (2014) afirmam que no Brasil, o tempo médio da aplicação do questionário foi de 40 minutos, com um total de 147 perguntas divididas em blocos, sendo eles:

- Informações sobre o dia de aplicação da entrevista, sobre o entrevistador, duração da entrevista e localização da aplicação (Estado, urbano/rural, capital/região metropolitana/interior);
- Informação pessoal, sobre a família e o domicílio;
- Educação/formação institucional, histórico de atividades e aspirações;
- Pessoas que interromperam a sua educação/formação;
- Quadro de perguntas com a trajetória laboral dos jovens;
- Critérios de trabalhos;
- Os jovens trabalhadores;
- Trabalhadores com remuneração e assalariados (empregados);
- Trabalhadores por conta própria/empregadores;
- Trabalhadores que contribuem com o trabalho familiar;
- Jovens à procura de emprego;
- Jovens que não trabalham / jovens desalentados;

Bezerros, Carpina, Teresina, Caracol, Campo Maior, Parnaíba, Natal, São Gonçalo do Amarante, Guamaré, Nova Cruz, Mossoró, Aracaju, Riachão do Dantas, Itaporanga d'ajuda, Curitiba, Lapa, Almirante, Tamandaré, São José dos Pinhais, Altônia, Salto do Lontra, Castro, Irati, Maringá, Cascavel, Porto Alegre, Esteio, Alvorada, Viamão, Crissiumal, Terra de Areia, Farroupilha, Teutônia, Pelotas, Florianópolis, Biguaçu, Jacinto, Machado, Concórdia, Joinville, Blumenau, Vitória, Guarapari, Cariacica, Mimoso do Sul, Linhares, Belo Horizonte, Ibirité, Betim, Contagem, Arinos, Berilo, Poté, Conselheiro Pena, Carmópolis de Minas, Januária, Ouro Preto, Andradas, Uberlândia, Juiz de Fora, Rio de Janeiro, Itaguaí, Belford Roxo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Miracema, Rio das Ostras, Macaé, Angra dos Reis, São paulo, Cajamar, Ferraz de Vasconcelos, Mogi das Cruzes, Suzano, Osasco, São Bernardo do Campo, Riolândia, Lavínia, Américo Brasiliense, Martinópolis, Lençóis Paulista, Mogi Guaçu, Salto, Registro, Ribeirão Preto, Sumaré, São José dos Campos e Santos.

- Jovens não incluídos na força de trabalho;
- Informações de referência.

2.3 Variáveis de interesse

As variáveis de interesse foram selecionadas segundo os objetivos desta dissertação, que de forma geral, questionam o quanto a origem social e características sociodemográficas dos jovens influenciam em seu processo de transição escola-trabalho. A partir da idade declarada na pesquisa, identificou-se, aproximadamente, o ano de nascimento dos entrevistados. Com essa informação, foram construídas coortes de nascimento agrupadas em lustros. Isso nos permite traçar uma relação com o contexto social e político nos quais os jovens estavam inseridos desde o nascimento.

Com estes pontos em mente, o objetivo 1 visa analisar a relação entre a origem social e o nível educacional alcançado pelos jovens. Como proxies de origem social, adotamos as variáveis relativas à escolaridade e classe de ocupação da mãe tanto na análise descritiva quanto nas estratégias de modelagem. As variáveis relativas à escolaridade e classe de ocupação do pai foram utilizadas apenas na análise descritiva. Essa decisão foi tomada porque a qualidade da informação referente ao pai era mais baixa (maior número de missings e não sabe responder). A partir da análise descritiva, traçamos o perfil dos jovens, descrevemos sua escolaridade e classe de ocupação, bem como tabulamos essas características segundo sua origem social.

Aplicamos um modelo de regressão logística multinomial múltipla, pois a variável dependente “Nível educacional” do jovem possui 4 categorias: 1. Fundamental incompleto ou menos; 2. Fundamental completo a médio incompleto; 3. Médio completo até superior incompleto; 4. Superior completo ou mais. A hipótese a ser testada é se a origem social influencia mais a escolaridade do jovem do que outras variáveis sociodemográficas tais como sexo e raça.

O objetivo 2, por sua vez, busca investigar a relação entre o nível educacional e o destino ocupacional do jovem, observando se a educação brasileira atua como equalizador social. Por fim, o objetivo 3 explora quais as relações entre origem social e nível educacional sobre os resultados ocupacionais dos jovens. Estes objetivos abrem margens para analisarmos conjuntamente a transmissão intergeracional das (des)vantagens ao compararmos características de pais e filhos. Para isso, também aplicamos análises descritivas e um modelo de regressão logística multinomial multivariada. A variável dependente do modelo foi construída a partir de uma recodificação da variável original “Ocupação do jovem”. Essa

transformação será discutida mais à frente. Nesse momento, esclarecemos que a variável resposta tem 3 categorias ordinais: Classe 1, Classe 2 e Classe 3.

Ocupações que não se enquadram nas três classes ocupacionais construídas foram agrupadas na categoria “outros”. Essa categoria foi excluída da modelagem devido ao baixo número de casos. Nela estão contidos os casos referentes a pessoas que declararam as seguintes opções ocupacionais: Nenhum; do lar/dona de casa; outras ocupações gerais; aposentado(a)/pensionista; não respondeu/não se aplica; não sabe/não conheceu o pai (a mãe); recusa.

A hipótese a ser testada é se a origem social, que tem como proxies a escolaridade e a classe ocupacional da mãe, tem maior poder explicativo do que a escolaridade do jovem no que tange à sua classe ocupacional no mercado de trabalho.

Nesse segundo modelo, foram considerados os jovens que trabalhavam e que haviam declarado a ocupação atual. Importante ressaltar que a ocupação é compreendida como uma aproximação ou *proxy* do comportamento de classes da sociedade brasileira (ERIKSON; GOLDTHORPE; PORTOCARERO, 1979), permitindo uma análise do lugar no qual os jovens se localizam na pirâmide ocupacional brasileira. A análise da condição dos jovens na estrutura ocupacional, nos permite observar o acesso dos mesmos a “distintas oportunidades que o desenvolvimento e a divisão social do trabalho abrem para se obter uma fonte de remuneração” (QUADROS, 2003, p. 2). Para além, o estudo das ocupações nos permite observar as desigualdades presentes no mercado de trabalho, a distribuição e acesso ao poder monetário e de status social, assim como a influência política dos indivíduos na sociedade (QUADROS; MAIA, 2010, p. 447).

No que se refere a este trabalho em específico, a comparação das classes ocupacionais de pais e filhos junto às demais variáveis, propicia a discussão sobre a transmissão intergeracional das desigualdades, assim como refletir sobre a mobilização de capitais da família de origem que podem potencializar sua inserção ocupacional. A operacionalização da classificação das ocupações baseou-se em Quadros e Maia (2010). Essa classificação visa a obtenção de 3 grupos relativamente homogêneos internamente no tocante ao poder e status socioeconômico correspondentes. Utilizando as categorias fornecidas pela ISCO-08¹⁷, largamente trabalhada pela OIT, a classificação das ocupações em grupos menores pode ser observada na tabela de variáveis selecionadas (ver Tabela 3).

¹⁷ Mais informações disponível em: <https://ilostat.ilo.org/es/resources/concepts-and-definitions/classification-occupation/>.

Na classe ocupacional 1, correspondente às ocupações de maior prestígio social, temos: gestores, profissionais liberais e militares, técnicos e profissionais associados, devido ao fato de alguns gestores e profissionais liberais terem diretamente ou não o controle de médias, pequenas e grandes corporações. Os profissionais técnicos e associados detêm maiores qualificações profissionais, diplomas e, frequentemente, estão empregados no setor público.

A Classe 2 é heterogênea e dotada de um nível de prestígio social intermediário, composta por trabalhadores do comércio; trabalhadores de apoio administrativo; e trabalhadores do setor de serviços de média complexidade. E por fim a Classe 3, na qual temos reunidos a base da pirâmide, composta por trabalhadores domésticos, agrícolas, ocupados em postos que exigem baixa qualificação, comumente alocados no setor informal da economia.

Esta classificação tenta refletir “padrões socioeconômicos determinados pela inserção dos ocupados no mercado de trabalho. Em outras palavras, embora alguns grupos estejam subordinados a outros, não é possível quantificar essa relação” (QUADROS; MAIA, 2010, p. 462). O ideal para identificarmos a heterogeneidade presente dentro das classes, seria uma análise segundo a distribuição de renda interna às classificações, fato que nos auxiliaria na compreensão das desigualdades presentes na estrutura ocupacional brasileira. Para dar conta dessa crítica dos autores, no âmbito desta dissertação, foi adicionada a variável “renda familiar” do jovem ao processo de modelagem e em alguns pontos relevantes da análise descritiva.

Na tabela abaixo temos de forma detalhada as variáveis selecionadas a partir do banco de dados, junto a suas categorias originais e as recodificações necessárias para a execução do estudo.

TABELA 3 – Variáveis selecionadas para a análise descritiva e utilizadas na construção dos modelos de regressão logística multinomial múltipla

Variável	Categorias originais	Categorias Alteradas
Região	1. Norte; 2. Centro-oeste; 3. Nordeste; 4. Sul; 5. Sudeste.	1. Norte; 2. Centro-oeste; 3. Nordeste; 4. Sul; 5. Sudeste (categoria-base).
Sexo	1. Masculino; 2. Feminino.	1. Masculino (categoria-base); 2. Feminino.
Idade quinquenal	1. 15 a 19 anos; 2. 20 a 24 anos; 3. 25 a 29 anos.	1. 15 a 19 anos; 2. 20 a 24 anos; 3. 25 a 29 anos (categoria-base).
Raça/cor	1. Branca; 2. Preta; 3. Parda; 4. Amarela; 5. Indígena; 6. Outras 7. Moreno; 8. Negro; 9. Moreno claro; 10. Mulato; 11. Moreno escuro; 12. Não respondeu	1. Branco (categoria-base); 2. Negro; 3. Outros
Nível educacional	1. Ensino fundamental; 2. Ensino médio; 3. Superior tecnológico; 4. Superior graduação; 5. Pós-graduação.	1. Fundamental incompleto ou menos; 2. Médio completo até superior incompleto; 3. Superior completo ou mais (categoria-base).
Nível educacional do pai	1. Ensino fundamental; 2. Ensino médio ou técnico; 3. Ensino superior; 4. Pós-graduação; 9. Sem escolaridade formal; 997. Não sabe.	1. Ensino fundamental ou menos; 2. Ensino médio ou técnico; 3. Ensino superior ou pós-graduação (categoria-base); 4. Não sabe.
Nível educacional da mãe	1. Ensino fundamental; 2. Ensino médio ou técnico; 3. Ensino superior; 4. Pós-graduação; 9. Sem escolaridade formal; 997. Não sabe.	1. Ensino fundamental ou menos; 2. Ensino médio ou técnico; 3. Ensino superior ou pós-graduação (categoria-base); 4. Não sabe.
Ocupação do pai¹⁸	1. Gerente; 2. Profissionais; 3. Técnicos e profissionais associados; 4. Trabalhadores de apoio administrativo; 5. Trabalhadores de serviços e vendas; 6. Trabalhadores qualificados da agricultura, silvicultura e pesca; 7. Artesãos e profissões relacionadas; 8. Operadores de fábricas, máquinas; 9. Ocupações elementares; 0. Ocupações das forças armadas.	Classe 1: gerentes, profissionais liberais e ocupações das Forças Armadas, técnicos e profissionais associados (categoria-base); Classe 2: trabalhadores de apoio administrativo, trabalhadores de vendas e serviços; artesãos e profissões relacionadas; Classe 3: operadores de máquinas e montadores; trabalhadores agrícolas, florestais e pesqueiros, e ocupações elementares.

¹⁸ ISCO-08. Disponível em: <https://ilostat.ilo.org/es/resources/concepts-and-definitions/classification-occupation/>.

Ocupação da mãe	1. Gerente; 2. Profissionais; 3. Técnicos e profissionais associados; 4. Trabalhadores de apoio administrativo; 5. Trabalhadores de serviços e vendas; 6. Trabalhadores qualificados da agricultura, silvicultura e pesca; 7. Artesãos e profissões relacionadas; 8. Operadores de fábricas, máquinas; 9. Ocupações elementares; 0. Ocupações das forças armadas.	Classe 1: gerentes, profissionais liberais e ocupações das Forças Armadas, técnicos e profissionais associados(categoria-base); Classe 2: trabalhadores de apoio administrativo, trabalhadores de vendas e serviços; artesãos e profissões relacionadas; Classe 3: operadores de máquinas e montadores; trabalhadores agrícolas, florestais e pesqueiros, e ocupações elementares.
Ocupação do jovem	1. Gerente; 2. Profissionais; 3. Técnicos e profissionais associados; 4. Trabalhadores de apoio administrativo; 5. Trabalhadores de serviços e vendas; 6. Trabalhadores qualificados da agricultura, silvicultura e pesca; 7. Artesãos e profissões relacionadas; 8. Operadores de fábricas, máquinas; 9. Ocupações elementares; 0. Ocupações das forças armadas.	Classe 1: gerentes, profissionais liberais e ocupações das Forças Armadas, técnicos e profissionais associados(categoria-base); Classe 2: trabalhadores de apoio administrativo, trabalhadores de vendas e serviços; artesãos e profissões relacionadas; Classe 3: operadores de máquinas e montadores; trabalhadores agrícolas, florestais e pesqueiros, e ocupações elementares.
Renda familiar ¹⁹	1. até r\$ 678,00; 2. mais de r\$ 678,00 a r\$ 1.356,00; 3. mais de r\$ 1.356,00 a r\$ 2.034,00; 4. mais de r\$ 2.034,00 a r\$ 2.712,00; 5. mais de r\$ 2.712,00 a r\$ 3.390,00; 6. mais de r\$ 3.390,00 a r\$ 4.746,00; 7. mais de r\$ 4.746,00 a r\$ 6.780,00; 8. mais de r\$ 6.780,00 a r\$ 10.170,00; 9. mais de r\$ 10.170,00 a r\$ 13.560,00; 10. mais de r\$ 13.560,00 a r\$ 20.340,00; 11. mais de r\$ 20.340,00 a r\$ 33.900,00; 12. mais de r\$ 33.900,00; 13. não teve; 14. não sabe; 15. recusa.	1. Até 2 salários mínimos (1.356,00); 2. Entre 3 e 4 salários mínimos (2.034,00 e 2.712,00); 3. Entre 5 e 6 salários mínimos (3.390,00 e 4.746,00) ; 4. Acima de 6 salários mínimos (categoria-base) (6.780,00); 5. Outros.

Fonte: OIT (2013). School – Work Transition Survey (SWTS).

2.4 Manipulação do banco de dados

O banco de dados completo conta com 3288 casos, quando ativado o peso de expansão da amostra, eles representam 51.289.762 de jovens brasileiros. Contudo, para o objetivo 1 que visa analisar o nível educacional dos jovens, estamos interessados apenas naqueles que frequentaram/frequentam a escola, o que nos levou a perder três casos.

Para o objetivo 2 e 3, estamos interessados nos jovens que frequentam/frequentaram escola e que trabalham. Logo, o número de casos que atende a essa condição corresponde a

¹⁹ Segundo o IPEA, o salário mínimo no ano de 2013 era de R\$ 678,00 reais. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/exibeserie.aspx?stub=1&serid1739471028=1739471028>. Acesso em :15 dez. 2021.

1.553 jovens, o que equivale a 25.1297.32 de jovens quando a amostra é expandida. Durante o processo de modelagem visando cumprir os objetivos 2 e 3, a categoria “outros” da variável dependente “classe ocupacional” apresentou número de observações insuficiente. Dessa forma, excluímos essa categoria do modelo, o que levou a uma perda de 0,13% da amostra. Mais detalhes podem ser observados na tabela abaixo.

TABELA 4 – Brasil, 2013: número de casos selecionados

	Total de jovens	Amostra expandida	Amostra	Proporção do total de jovens de 15-29 anos (amostra expandida) %
Objetivo 1	Total de jovens com idades entre 15-29 anos	51289762	3288	100
	Casos filtrados pela Variável "Frequentou a escola?", categoria 1= Sim	51289762	3285	100
Objetivo 2 e 3	Total de jovens com idades entre 15-29 anos	51289762	3288	100
	"Frequentou a escola?", categoria 1= Sim	51289762	3285	100
	"Está trabalhando atualmente?" categoria 1= Sim	24736731	1553	48,23
	Classe de ocupação do jovem, sem a categoria "Outros"	24671851	1525	48,10

Fonte: OIT (2013). School – Work Transition Survey (SWTS).

A tabela abaixo nos traz as variáveis selecionadas a partir do banco de dados para este estudo. As variáveis sociodemográficas elencadas para todos os objetivos são: grande região, sexo, raça/cor e idade quinquenal. As variáveis utilizadas para mensurarmos características da origem social dos jovens, são o nível educacional e a ocupação materna.

Devido ao objetivo de analisarmos os fatores mais fortemente relacionados com o nível educacional e ocupacional dos jovens, estas são tidas como variáveis dependentes nas modelagens. Mais detalhes podem ser observados na tabela a seguir.

Houve imputação de dados nos casos em que os missings não superam 5% da amostra. O método de imputação utilizado baseou-se na moda, ou seja, atribuímos aos casos omissos o valor correspondente à categoria mais frequente. Em razão de haver menor precisão sobre a informação da escolaridade do pai, optamos por trabalhar apenas com as informações da mãe como *proxies* de origem social.

A análise descritiva e a modelagem foram realizadas utilizando-se os softwares R e SPSS. Foram executados testes Qui-quadrado que permitem observar se há relação entre a

variável dependente e independente, assim como se a frequência do evento observado desvia significativamente da frequência esperada. O teste tem como hipótese nula (H_0) a não associação entre a variável dependente e independente. Enquanto a hipótese alternativa (H_a) é de que existe tal associação. Dessa forma, quando o p-valor assume valores acima de 0,05 resultam na rejeição da H_a , indicando que não há associação entre as variáveis. Valores abaixo de 0,05 nos fazem aceitar a hipótese alternativa, ou seja, há associação entre as variáveis.

2.5 Regressão logística multinomial múltipla

Fávero (2009) afirma que de forma geral, a regressão logística é empregada para descrevermos o comportamento entre uma variável dependente e variáveis independentes. Segundo o autor, a regressão destina-se a “investigar o efeito das variáveis pelas quais os indivíduos, objetos ou sujeitos estão expostos sobre a probabilidade de ocorrência de determinado evento de interesse” (FÁVERO, 2009, p. 440).

Para este trabalho foram selecionadas duas variáveis dependentes “nível educacional” e “classe ocupacional” do jovem. A primeira possui 4 categorias de resposta, enquanto a segunda 3 categorias. Nessas situações, onde o número de categorias da variável resposta é maior do que 2, recomenda-se a aplicação da regressão logística multinomial múltipla. Este faz parte de um conjunto de modelos exponenciais, pois não há uma relação direta entre a variável dependente e independente, sendo necessário uma função logística exponencial para traçarmos essa relação que segue a seguinte fórmula indicada por Fávero (2009):

$$p = \frac{e^{\alpha + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_k X_k}}{1 + e^{\alpha + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_k X_k}} \quad (\text{Equação 1})$$

No qual p refere-se a probabilidade de ocorrência do evento de interesse, X o vetor de variáveis independentes e α que são os parâmetros do modelo. Vale ressaltar que os α são estimados a partir da máxima verossimilhança visando maximizar a probabilidade de ocorrer os dados esperados, ou seja, estima-se valores que são os mais ajustados à realidade dos dados. Para além, o $\ln(p/1-p)$ trata do logit da equação, e $(p/1-p)$ a razão de chance de ocorrência do evento de interesse (*odds*).

Nos modelos de regressão logística multinomial múltipla, deve-se escolher uma categoria da variável dependente como a de referência, visando a comparação com as demais. No caso da variável “nível educacional”, a categoria “ensino superior ou mais” foi escolhida

como referência. E no caso da variável “classe ocupacional”, a categoria de referência foi a “Classe 1”.

CAPÍTULO III – TRANSIÇÕES ESCOLA-TRABALHO: O EFEITO DA ORIGEM SOCIAL, RAÇA/COR E SEXO SOBRE O NÍVEL EDUCACIONAL E INSERÇÃO OCUPACIONAL DOS JOVENS

A multiplicidade de variáveis atuantes sobre os indivíduos em sociedade resulta na possibilidade de inúmeras formas de transitar entre o sistema educacional e produtivo. Ou seja, inúmeras formas de passar pelo processo de transição escola-trabalho. Nesta dissertação, buscamos tratar das principais formas de transicionar indicadas pela literatura, assim como das variáveis consideradas mais relevantes pelos que discutem o tema, enfatizando a possível influência da origem social no processo de transição escola-trabalho dos jovens brasileiros em 2013.

A operacionalização da análise do processo de transição escola-trabalho, seguiu o sugerido por Goldthorpe (2003) e Bernardi e Ballarino (2016) ao recorrer à triangulação O-E-D. Isto é, analisando as relações entre Origem social- Nível educacional- Destino ocupacional dos jovens. Fato que, a partir das variáveis disponíveis em nossa base, coloca o nível educacional e ocupação de pais e jovens no centro da análise.

A hipótese que buscamos testar neste estudo é se o processo de transição escola-trabalho dos jovens brasileiros ainda varia segundo a origem social, raça/cor e sexo dos indivíduos. Caso ela seja confirmada, esses fatores teriam influência tanto sobre o nível de escolaridade alcançado pelos jovens, quanto sobre sua classe ocupacional, apesar das políticas públicas implementadas visando oferecer acesso mais igualitário ao sistema educacional e gerar oportunidades de emprego de melhor qualidade para a população jovem. Tendo em vista o fato de que uma escolaridade elevada não garante necessariamente uma inserção de qualidade no mercado de trabalho, caso a origem social, sexo e raça/cor dos jovens possuam relevante influência no processo de transição escola-trabalho do que a escolaridade, o papel da educação como equalizadora social estará em xeque.

Estas questões articulam-se com a noção da Educação Baseada na Meritocracia (EBM) discutidas por Bernardi e Ballarino (2016). Muitos cidadãos das sociedades que se afirmam democráticas presumem que a ampliação do sistema educacional, e seu acesso de forma “igualitária” garantiriam aos jovens as mesmas chances de progressão educacional. E dessa forma, acesso meritocrático aos melhores postos de trabalho. A educação como equalizadora é compreendida então como o enfraquecimento da influência da origem social dos jovens com o aumento do nível educacional. Contudo, o enfraquecimento da influência da origem social, seria o suficiente para garantir oportunidades educacionais e ocupacionais igualitárias?

Adiantando alguns resultados obtidos, a educação é o fator mais fortemente relacionado com o destino ocupacional dos jovens. Porém, logo depois dela, a origem social, o sexo e a raça/cor são fatores muito significativos para explicar a variabilidade da situação educacional e laboral dos jovens brasileiros.

Tendo em vista estes pontos, neste capítulo discutiremos os resultados desta pesquisa, tratando dos fatores referentes à educação e ocupação de forma conjunta, vide o entrelaçamento de ambos para a compreensão do processo de transição escola-trabalho dos jovens. Inicialmente, discute-se os resultados obtidos a partir da análise descritiva em seguida os resultados dos modelos empregados para o estudo de nossos objetivos.

3.1 O perfil dos jovens brasileiros e sua origem social

A tabela abaixo traz a distribuição proporcional dos jovens, segundo as variáveis relacionadas às suas características sociodemográficas, origem social e destino. Destaca-se o equilíbrio entre as porcentagens de homens e mulheres e a prevalência de jovens negros (pretos + pardos) em relação a jovens brancos e de outras raças/cores.

Segundo os dados do censo de 2010, os brancos representavam 47,7% da população brasileira, enquanto os negros 50,7%²⁰. Comparando com os dados da amostra usada neste estudo, a população negra encontra-se superestimada em cerca de 8%, e a população branca subestimada em cerca de 13%. Embora não sejam dados oriundos de um mesmo levantamento, deve-se destacar que na população jovem há proporcionalmente mais negros do que na população em geral.

Ao observarmos a distribuição do nível educacional dos pais, verifica-se que as mães são mais escolarizadas do que os pais. Outro dado interessante é que 16,9% dos jovens não sabem precisar o nível educacional paterno, esse percentual se reduz para 4,90% quando a pergunta se refere ao nível educacional materno. Tal fato nos fez optar por utilizar as variáveis paternas apenas na análise descritiva. Tendo em vista a histórica relevância da participação feminina na composição da renda domiciliar principalmente nas famílias negras e pobres (RIBEIRO, 2020), assim como a forte relação entre a educação materna e a educação dos filhos (PASCHOAL, 2007), essa decisão tende a não comprometer as análises.

A escolaridade dos jovens está concentrada de maneira mais ou menos similar nas categorias ensino fundamental e médio completo. Já no caso de suas mães e pais, a

²⁰ Disponível em: <https://dssbr.ensp.fiocruz.br/a-nova-composicao-racial-brasileira-segundo-o-censo-2010/#:~:text=Dos%20191%20milh%C3%B5es%20de%20brasileiros,e%20817%20mil%20como%20ind%C3%ADgenas.>

concentração é muito maior no estrato de escolaridade mais baixa. Isso decorre dos diferentes momentos de escolarização dessas duas gerações, e das políticas públicas empregadas no sentido de ampliar o acesso e permanência dos jovens no sistema educacional básico, principalmente a partir da Lei de diretrizes e base da educação (1996) e do Plano Nacional de Educação (1997).

Ao analisarmos as distribuições segundo a classe de ocupação dos pais e do jovem, observa-se que a classe de ocupação 1 possui entre 11% e 13% tanto de pais quanto de filhos. Além disso, a distribuição dos pais entre as classes 2 e 3 é similar (cerca 30% em cada), enquanto os jovens apresentam uma proporção de 58% concentrada na classe de ocupação 2.

A classe de ocupação é considerada neste trabalho como uma *proxy* de destino ocupacional. Compreender o lugar dos jovens e dos pais na estrutura ocupacional nos auxilia no estudo do acesso a remuneração, status social e influência política dos indivíduos na sociedade (QUADROS; MAIA, 2010, p. 447). Pertencer a classes de ocupação mais baixas representa uma privação do acesso a esses elementos, assim como pertencer a classe mais alta representa um forte acesso aos mesmos.

O cruzamento desta análise com os diferenciais sociodemográficos nos concede uma dimensão das desigualdades presentes na estrutura ocupacional brasileira, as populações mais vulneráveis economicamente e politicamente. Além de nos permitir a comparação das classes de ocupações dos pais e filhos nos dando certa dimensão da transmissão intergeracional de tais (des)vantagens entre gerações.

TABELA 5 – Brasil, 2013: Distribuição percentual dos jovens (15-29 anos) segundo variáveis selecionadas

Variável	Proporção%
Região	Proporção %
Norte	9,1
Centro-oeste	7,6
Nordeste	29,1
Sul	13,7
Sudeste	40,5
Total	100,0
Sexo	Proporção %
Masculino	49,9
Feminino	50,1
Total	100,0
Faixa etária	Proporção %
15 a 19 anos	35,0
20 a 24 anos	31,9
25 a 29 anos	33,1
Total	100,0
Raça/cor	Proporção %
Branco	34,1
Negro	58,4
Outros	6,8
Total	99,3
Nível educacional paterno	Proporção %
Ensino fundamental ou menos	57,6
Ensino médio ou técnico	19,3
Ensino superior ou mais	6,2
Não sabe	16,9
Total	100,0
Nível educacional materno	Proporção %
Ensino fundamental ou menos	65,1
Ensino médio ou técnico	22,7
Ensino superior ou mais	7,3
Não sabe	4,9
Total	100,0
Nível educacional do jovem	Proporção %
Fundamental incompleto ou menos	28,0
Fundamental completo até médio incompleto	33,1
Médio completo até superior incompleto	35,0
Superior completo ou mais	4,0
Total	100,0
Classe de ocupação paterna	Proporção %
Classe 1	12,8
Classe 2	34,7
Classe 3	36,2
Outros	16,3
Total	100,0
Classe de ocupação materna	Proporção %
Classe 1	11,6
Classe 2	18,6
Classe 3	33,1
Outros	36,7
Total	100,0
Classe de ocupação do jovem	Proporção %
Classe 1	13,0
Classe 2	56,2
Classe 3	28,5
Outros	2,3

Total	100,0
Renda Familiar	Proporção %
Até 2 salários mínimos	42,1
Entre 3 e 4 salários mínimos	28,5
Entre 5 e 6 salários mínimos	12,0
Acima de 6 salários mínimos	6,2
Outros	9,2
Total	98,0

Fonte: OIT (2013). School – Work Transition Survey (SWTS).

Em linhas gerais, o resultado da análise descritiva indica que:

- À medida que se avança na hierarquia das classes ocupacionais, observa-se uma diminuição da participação de jovens com baixa escolaridade.
- Há fortes indícios de que boa parte dos filhos são mais escolarizados do que seus pais. Por exemplo, entre os jovens com ensino superior completo, 40,6% têm pais com baixa escolaridade, e 32,8% têm mães com baixa escolaridade.
- Quanto à classe ocupacional, a geração dos pais está concentrada na base da pirâmide ocupacional (Classes 2 e 3). Já os filhos estão concentrados na classe de ocupação intermediária (Classe 2).
- 45,65% dos filhos de pais que estão na classe ocupacional 3, permanecem eles próprios nessa mesma categoria. Isso indica a imobilidade ocupacional intergeracional de acordo com os critérios utilizados nessa pesquisa. Já no topo da pirâmide ocupacional, 26,25% dos filhos de pais que pertencem à classe ocupacional 1, já estão eles próprios inseridos nessas posições de destaque, a despeito de sua juventude. De modo geral, há indícios de que os filhos estão mais bem posicionados na pirâmide ocupacional do que seus pais. Contudo, é inegável que há uma tendência de reprodução das (des)vantagens, como veremos mais adiante.
- Embora as moças sejam mais escolarizadas do que os rapazes, elas são economicamente menos ativas do que eles. Há uma inversão da participação feminina no sistema educacional e produtivo, tendo em vista que elas prevalecem no sistema educacional, inclusive nos níveis educacionais mais altos, mas são sub-representadas nas classes de ocupação, inclusive nas classes mais altas. Para além, as mulheres são sub-representadas nas rendas familiares de melhor remuneração e possuem distribuição equilibrada com os homens nas rendas mais baixas de até 2 SM.

- Há uma correspondência interessante entre o nível educacional dos jovens, sua classe de ocupação e a sua raça/cor. Os jovens negros são sub-representados nos níveis educacionais e nas classes de ocupações mais altas, assim como seus pais. A baixa proporção de presença dos jovens negros nos níveis educacionais mais altos, se reverbera na baixa proporção de presença nas ocupações mais altas, indicando uma articulação entre essas variáveis.

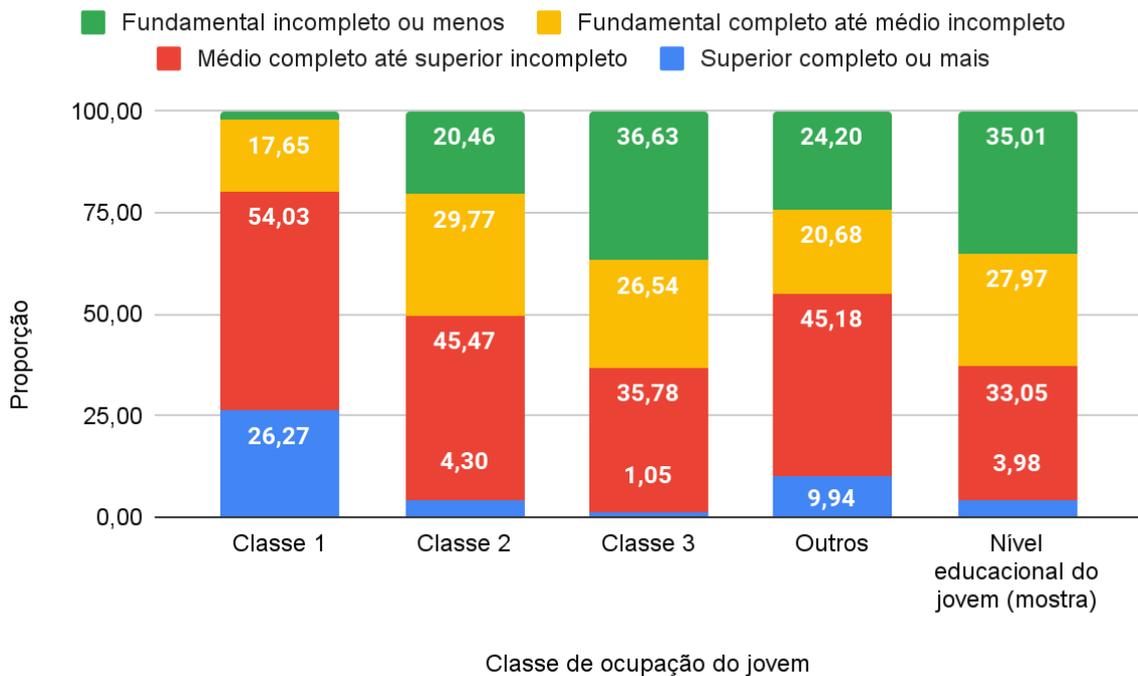
Analisando a distribuição educacional dos jovens segundo sua classe de ocupação, observa-se que, quanto mais elevada hierarquicamente é a classe de ocupação, ocorre uma diminuição da participação dos jovens com baixa escolaridade. Dessa forma, na classe de ocupação 1, temos 26,27% de jovens com ensino superior completo ou mais e 54,03%, com ensino médio completo ou superior incompleto. Há uma porcentagem mínima de jovens com fundamental incompleto ou menos.

Enquanto na classe de ocupação 3 temos 36,63% com ensino fundamental incompleto ou menos; 26,54% com ensino Fundamental completo ou médio incompleto; e 35,78% com ensino médio completo e superior incompleto.

Observa-se então uma prevalência de jovens mais escolarizados na classe de ocupação 1. Em contrapartida, a classe de ocupação mais baixa (Classe 3) apresenta uma heterogeneidade segundo os níveis educacionais dos jovens. Contudo, é clara a menor participação dos jovens com ensino superior ou mais nesta categoria.

Os resultados da modelagem nos darão dimensões mais claras do quanto o nível educacional do jovem influi no seu lugar dentro da estrutura ocupacional brasileira, mas resultados obtidos por Remy; Queiroz e Silva Filho (2011) ao analisar a evolução do emprego formal nos anos 2000, indicam que o mercado de trabalho apresentou preferências por homens com segundo grau completo, oferecendo salários baixos de até 2 salários mínimos no setor de serviços ou comércio, ou seja, ocupações com baixa remuneração e alta precariedade. Interessante ressaltar que as análises desses autores a partir dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) apontaram que os trabalhadores altamente qualificados também encontravam dificuldades de alocação na estrutura produtiva brasileira.

GRÁFICO 1 – Brasil, 2013: Distribuição proporcional dos jovens (15-29 anos) de cada classe ocupacional por nível educacional



Fonte: OIT (2013). School – Work Transition Survey (SWTS).

A sequência de gráficos a seguir, explora a informação referente ao nível de escolaridade e classe ocupacional dos filhos e dos pais. Observa-se que uma significativa proporção de jovens ainda não superou o nível de escolaridade de seus pais, muito embora seja necessário sempre ter em mente que parte deles são ainda adolescentes e seguem inseridos no sistema educacional. Por outro lado, é nítido que é muito mais comum que a geração dos filhos alcance escolaridade média e superior quando comparado à geração de seus pais. Logo, é possível reconhecer que há mobilidade educacional intergeracional.

Vale ressaltar que os jovens analisados nesta pesquisa pertencem a coortes diferentes que viveram distintos momentos de políticas públicas educacionais e laborais implementadas nas últimas décadas, assim como distintos momentos econômicos do Brasil. Portanto, tendo em vista as políticas públicas elaboradas visando a ampliação do acesso à educação, não surpreende a proporção de 40,55% de jovens com alta escolaridade terem pais com baixa escolaridade.

Essa proporção aumenta quando analisada a escolaridade materna. Segundo a distribuição do nível educacional dos jovens segundo a escolaridade materna, 81,66% dos que possuem baixa escolaridade têm mães no mesmo nível educacional. Quando observamos os jovens com alta escolaridade, vemos que 31,58% dos mesmos possuíam mães com alta

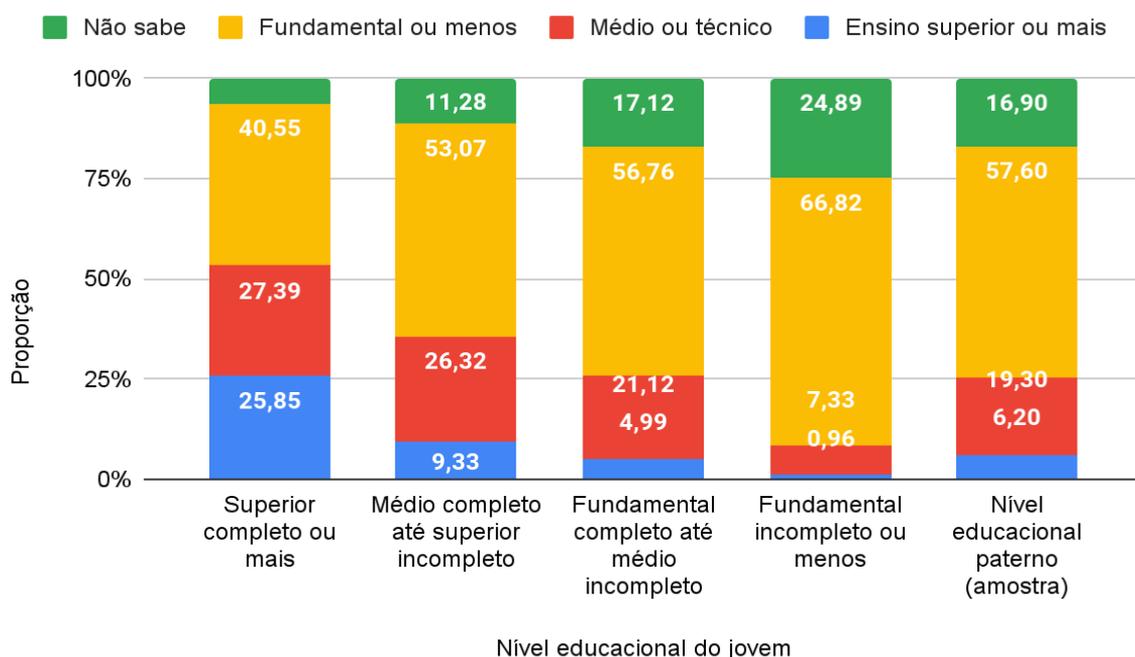
escolaridade. A proporção de jovens com alta escolaridade e mães com baixa escolaridade é de 32,85%.

Estes resultados, indicam que jovens filhos de pais com baixa escolaridade conseguem em certa medida superar a escolaridade dos pais. Mas a proporção de permanência dos filhos no mesmo nível educacional dos pais deve ser objeto de atenção de políticas públicas.

Especificamente a transmissão intergeracional da baixa escolaridade é um dado preocupante, vide políticas como a LDB e PNE elaboradas durante o governo do então presidente FHC, que impactaram o decorrer da vida educacional de todas as coortes, com ênfase na coorte de jovens com idades entre 25 e 29 anos, e os objetivos de tais políticas que visavam garantir a gratuidade do ensino básico assim como sua ampliação de acesso. Porém, se pensarmos no fluxo do sistema educacional, os jovens entre 15 e 18 anos ainda estão em fase de completar o ensino médio. Portanto, esse quadro de reprodução das desvantagens educacionais ainda pode se alterar ao longo do tempo, especialmente para esse grupo.

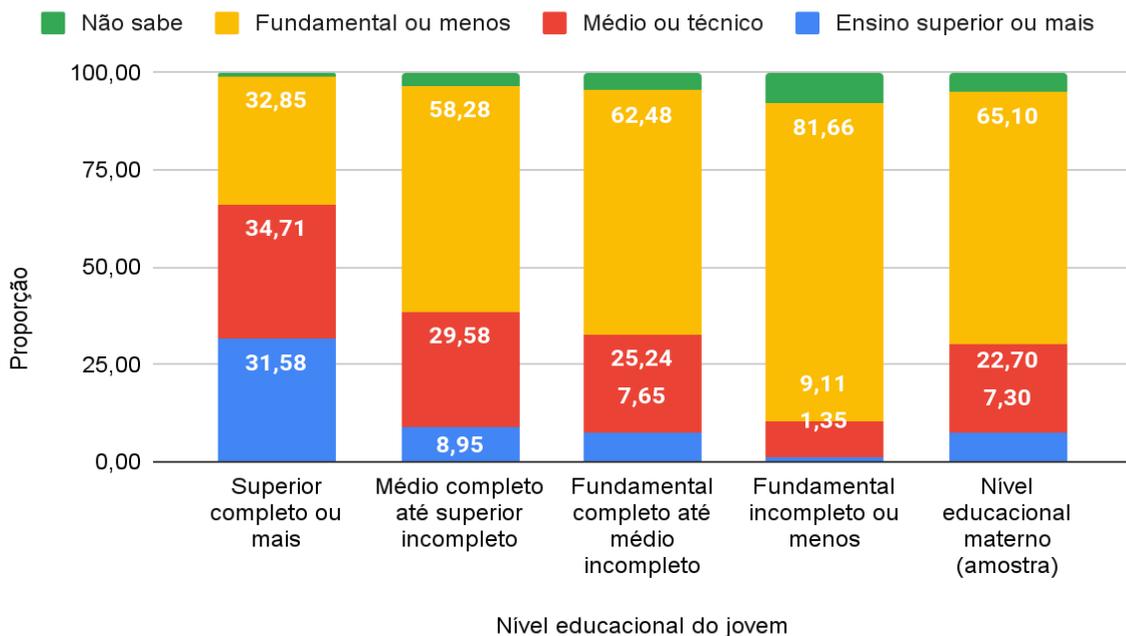
A superação da escolaridade dos pais, por sua vez, pode ser creditada a estas políticas públicas vigentes, bem como a leva de melhora econômica vivenciada no Brasil a partir de meados dos anos 1990 com a implantação do Plano Real e o controle da inflação. Esse quadro macrossocial certamente afetou elementos da origem dos jovens.

GRÁFICO 2 – Brasil, 2013: Distribuição proporcional dos jovens (15-29 anos) de cada nível de escolaridade por nível educacional paterno



Fonte: OIT (2013). School – Work Transition Survey (SWTS).

GRÁFICO 3 – Brasil, 2013: Distribuição proporcional dos jovens (15-29 anos) de cada nível de escolaridade por nível educacional materno



Fonte: OIT (2013). School – Work Transition Survey (SWTS).

Seguindo as análises, os dois gráficos abaixo trazem a distribuição da classe ocupacional dos jovens segundo a classe ocupacional do pai e da mãe. Em ambos, vemos a permanência de grande parte dos jovens na mesma classe de ocupação dos pais. A exemplo, nota-se que 45,65 % dos jovens da Classe 3 tinham pais da mesma classe. E 26,25% dos jovens da classe 1, tinham mães na mesma condição.

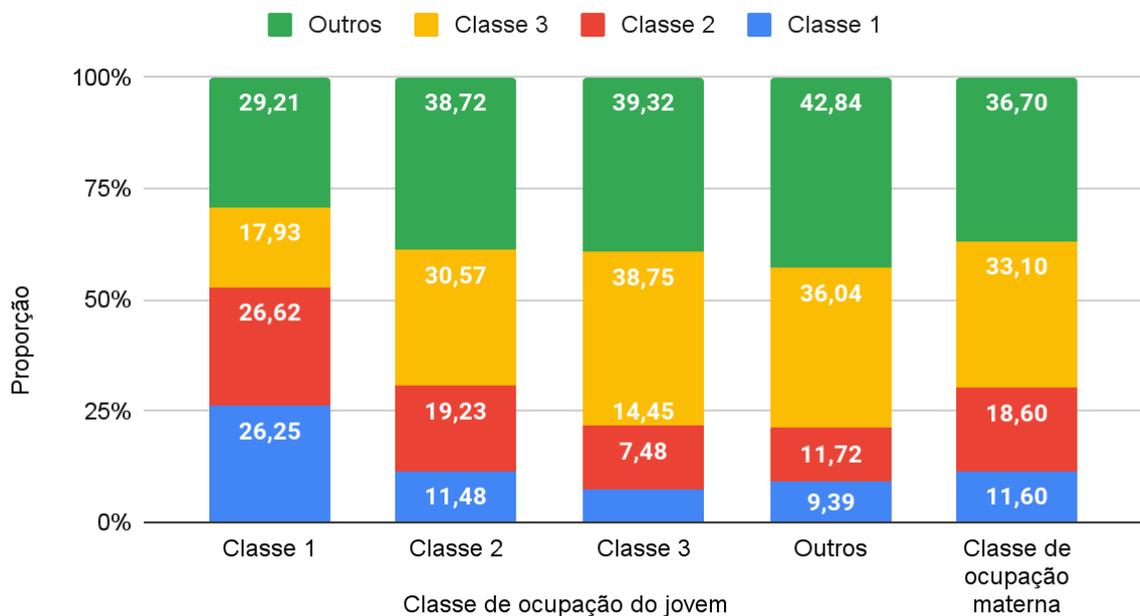
No entanto, outro fato relevante são os jovens que desempenham atividades de uma classe ocupacional hierarquicamente superior àquela de seus pais. No Gráfico 4, a proporção de jovens da Classe 1 com mães vindas das Classes 2 e 3 é de 26,62% e 17,93 %, respectivamente. Esta proporção é menor do que nas distribuições das demais classes, mas indica uma heterogeneidade na classe mais alta de ocupação dos jovens. A heterogeneidade da distribuição dos jovens na classe superior segundo a classe ocupacional do pai. Observa-se que 33,18% dos jovens da Classe 1 tinham pais procedentes da Classe 2; e outros 24,89% tinham pais pertencentes à Classe 3.

Destaca-se neste ponto as políticas públicas em voga no cenário brasileiro. Durante o primeiro e segundo mandato do ex-presidente Lula foram postas em prática diversas políticas públicas educacionais, políticas de incentivos à inclusão dos jovens no mercado de trabalho e políticas de transferência de renda, que de certa forma possibilitaram a permanência dos jovens no sistema educacional. Ressalta-se que a transição escola-trabalho das coortes de nascimento 1984-1988 e 1989-1993 possivelmente foram beneficiadas pelo

momento econômico vivenciado no país entre os anos 2000 e 2010, assim como pelo cenário de políticas mencionado. Estas condições de contexto podem justificar a heterogeneidade observada na classe de ocupação mais alta em 2013, tal qual a superação da classe de ocupação dos pais pelos jovens.

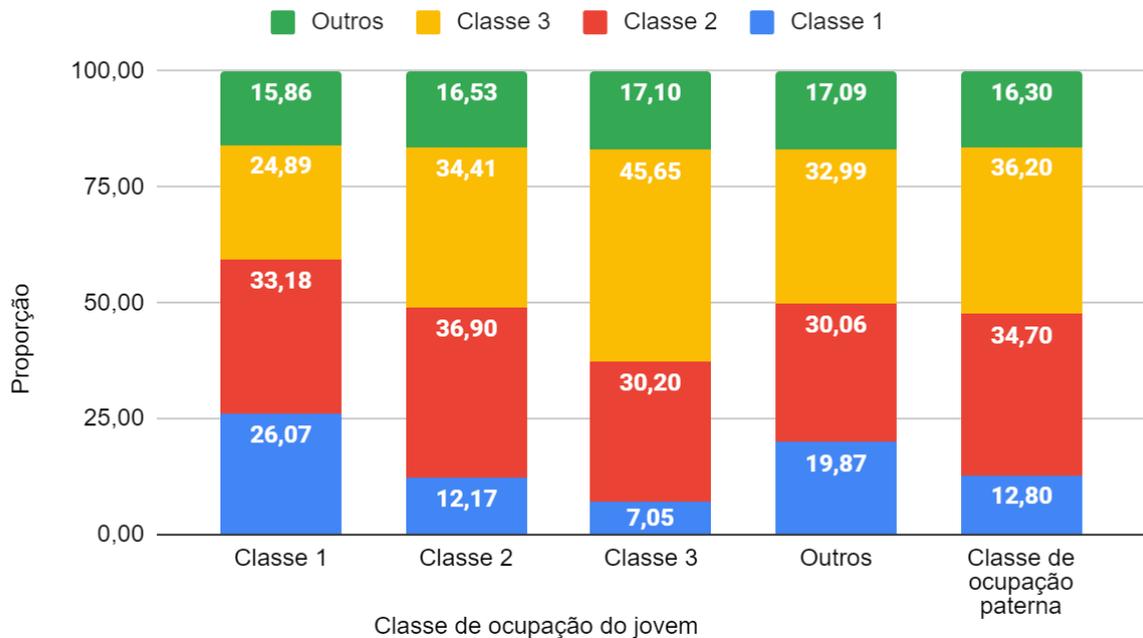
Logo, podemos analisar essas questões a partir de duas perspectivas. Por um lado, famílias com condições socioeconômicas mais vulneráveis possuem menos capitais a serem mobilizados na ascensão dos filhos para além das classes de origem, devido a urgências econômicas como o discutido anteriormente. Por outro lado, as famílias mais privilegiadas mobilizam um rol de capitais sociais que beneficiam seus filhos (BERNARDI; BALLARINO, 2016). A mobilização de tais recursos caminha no sentido de evitar o rebaixamento social dos membros familiares, fato que auxilia na manutenção dos filhos no mesmo status social ou ocupação de seus familiares.

GRÁFICO 4 – Brasil, 2013: Distribuição proporcional dos jovens (15-29 anos) de cada classe ocupacional por classe ocupacional da mãe



Fonte: OIT (2013). School – Work Transition Survey (SWTS).

GRÁFICO 5 – Brasil, 2013: Distribuição proporcional dos jovens (15-29 anos) de cada classe ocupacional por classe ocupacional do pai



Fonte: OIT (2013). School – Work Transition Survey (SWTS).

Tendo em vista a centralidade da educação na discussão sobre transição escola-trabalho, o acesso igualitário a ela influi sobre uma inserção laboral igualmente equitativa. Contudo, alguns pontos da análise descritiva indicam principalmente diferenciais de sexo e raça/cor segundo os níveis educacionais, despertando assim nosso interesse interpretativo.

O cruzamento entre as variáveis referentes ao sexo, nível educacional e classe de ocupação resultaram nos gráficos que se seguem. O Gráfico 6 apresenta a proporção de homens e mulheres em cada nível de escolaridade alcançada até o momento da pesquisa. O Gráfico 7 traz a razão de sexo de cada nível de escolaridade. O interessante em analisar esses dois pontos juntos decorre da possibilidade de evidenciarmos a presença crescente das mulheres especialmente nos níveis educacionais mais elevados. Isto é visto quando observamos a inversão na razão de sexos entre o ensino fundamental e superior, e ao compararmos os 47,05% de mulheres no ensino fundamental, os 54,21% de mulheres presentes no ensino superior em contraposição aos 50% das mesmas na amostra. Ou seja, as mulheres são levemente sub-representadas nos níveis educacionais mais baixos e sobrerrepresentadas nos níveis educacionais mais elevados. Contudo questiona-se: essa sobrerrepresentação permanece nas classes de ocupação?

Ao observarmos a classe de ocupação segundo o sexo também vemos um aumento da participação feminina segundo a classe, contudo há uma predominância de

homens em todas as classes. Tal fato se evidencia ao observarmos no Gráfico 9, referente à razão de sexo, no qual fica nítida a queda na participação masculina nas ocupações mais altas, indicando uma progressão na equidade entre os sexos no acesso a tais ocupações. Mas também é clara a razão de sexo²¹ acima de 100, indicando ainda maior participação masculina em todas as classes de ocupação.

O Gráfico 10 traz a distribuição dos jovens de cada sexo segundo sua renda familiar. Nele vemos que ambos os sexos apresentam distribuições equilibradas entre 3 e 4 SM, e até 2 SM. Ressalta-se que entre as mulheres há uma proporção um pouco maior que pertence ao estrato mais baixo de renda (diferença de 2% percentuais a mais em relação aos homens. Porém, esse dado precisa ser interpretado com cuidado, pois essa diferença está dentro da margem de erro que é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos).

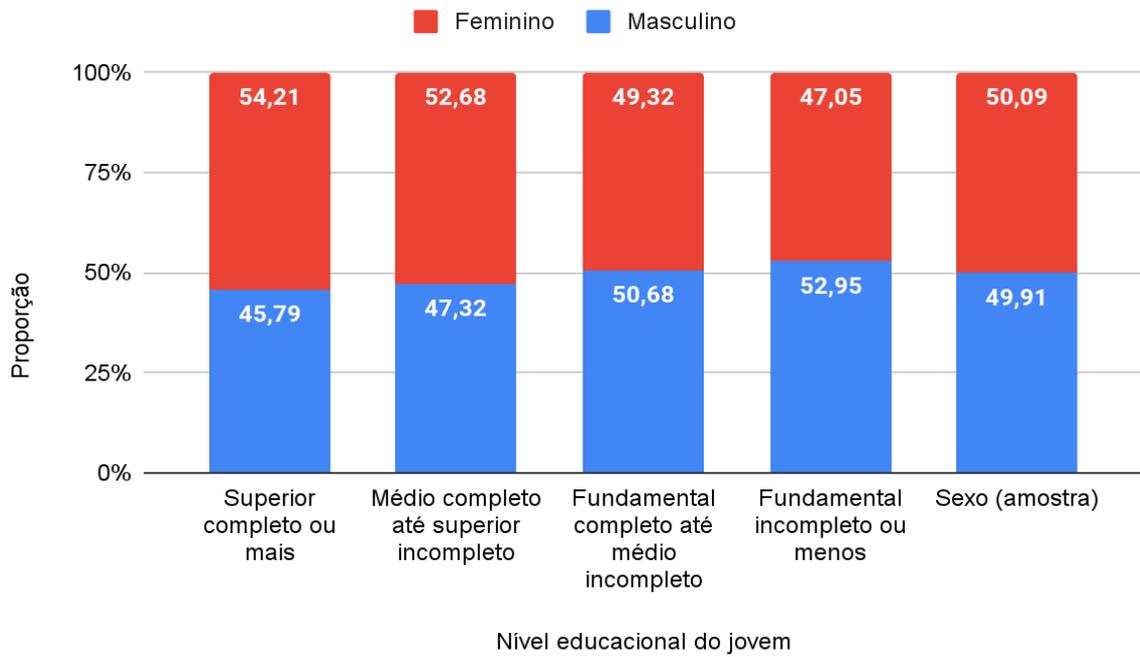
Leone e Portilho (2018) e Leone e Baltar (2006), discutindo amplamente a inserção de homens e mulheres altamente escolarizados no mercado de trabalho, destacam a paulatina conquista das mulheres na luta para irem além da ocupação de postos de trabalhos precários e baixa escolarização. (LEONE; BALTAR, 2006, p. 359). Segundo os autores, em 2002 a diferença de rendimento entre homens e mulheres era de 20% a favor dos homens. A partir de nossos dados, essa diferença se estreita, mas permanece nas rendas mais elevadas. Tal estreitamento pode ser creditado em parte ao fato de estarmos considerando apenas a fase inicial das trajetórias laborais desses indivíduos. É plausível supor que à medida que avançam em idade e que as mulheres assumem papéis de cuidadoras, esse gap tende a aumentar.

Gostaríamos de destacar que a alta escolarização feminina auxilia na redução das desigualdades de gênero segundo a classe ocupacional. No entanto, ela é insuficiente para produzir um cenário igualitário entre os sexos no mercado de trabalho. Neste sentido, Leone e Portilho (2018) afirma que:

A segregação ocupacional por sexo, expressa na concentração ocupacional das mulheres em um conjunto reduzido de ocupações (definidas como tipicamente femininas), não é necessariamente superada pelo seu maior acesso ao curso superior. As mulheres com elevado grau de instrução se concentram preferencialmente em profissões como enfermagem e educação, com níveis de remuneração inferiores às profissões tidas como masculinas (engenheiros) (LEONE; PORTILHO, 2018, p. 234).

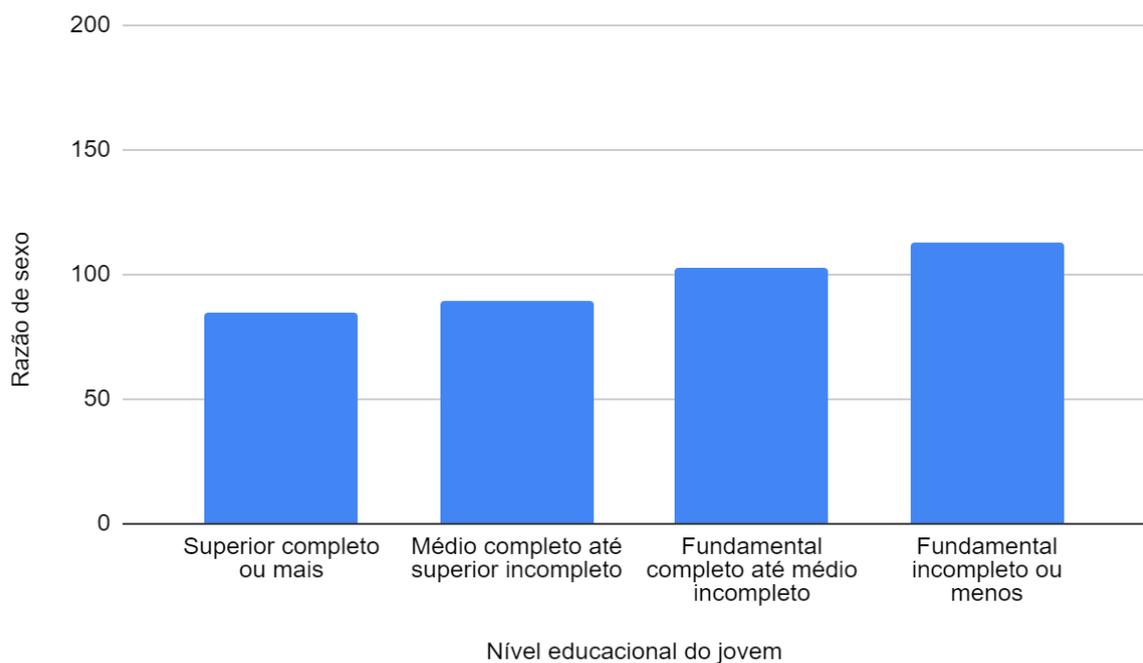
²¹ O método de cálculo da razão de sexos é a divisão do número de residentes do sexo masculino sobre o número de residentes do sexo feminino. O resultado é multiplicado por 100. Um número acima de 100 indica maioria masculina (DATASUS).

GRÁFICO 6 – Brasil, 2013: Distribuição proporcional dos jovens (15-29 anos) de cada nível de escolaridade por sexo



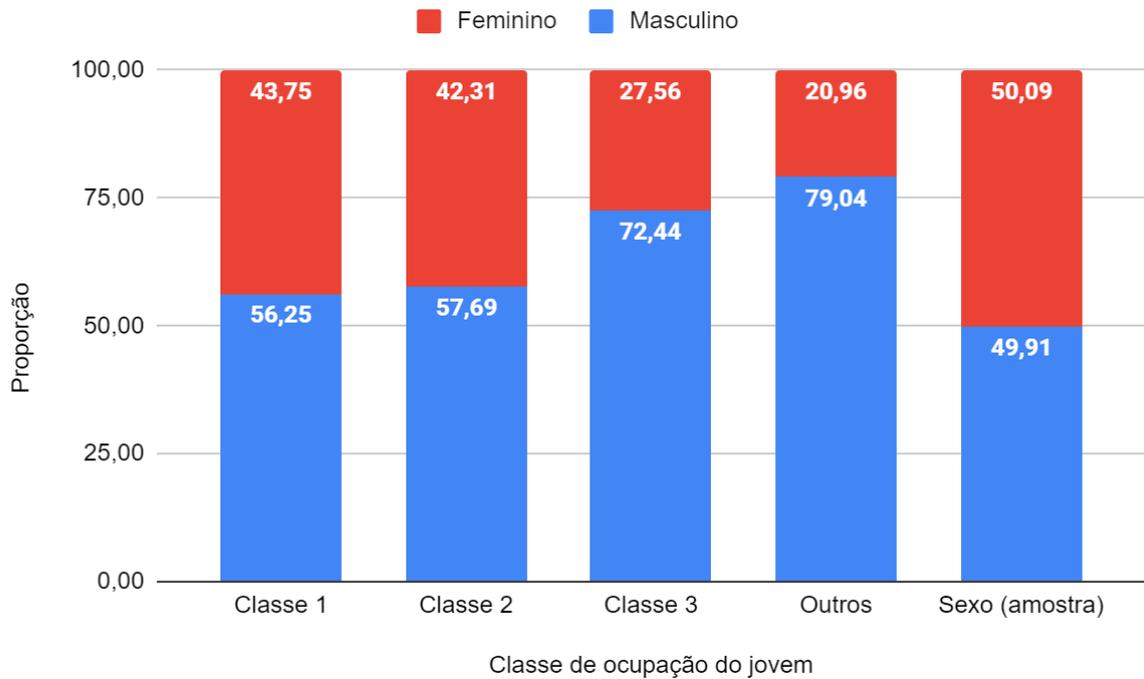
Fonte: OIT (2013). School – Work Transition Survey (SWTS).

GRÁFICO 7 – Brasil, 2013: Razão de sexos dos jovens segundo o nível educacional



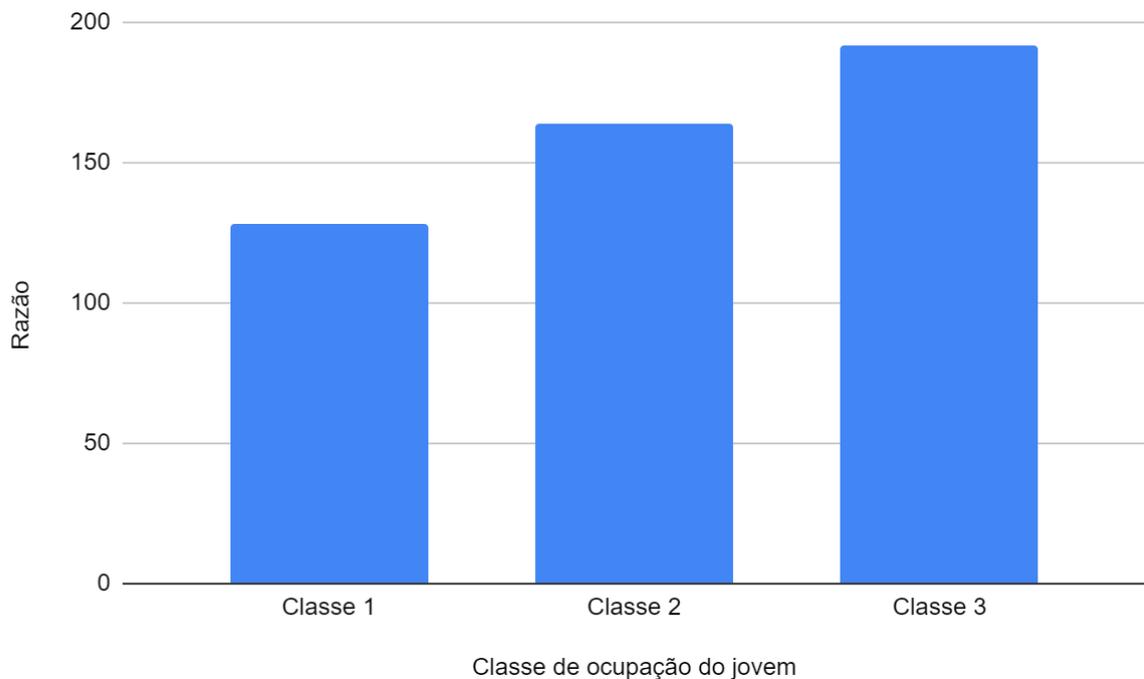
Fonte: OIT (2013). School – Work Transition Survey (SWTS).

GRÁFICO 8 – Brasil, 2013: Distribuição proporcional dos jovens (15-29 anos) de cada classe ocupacional segundo o sexo



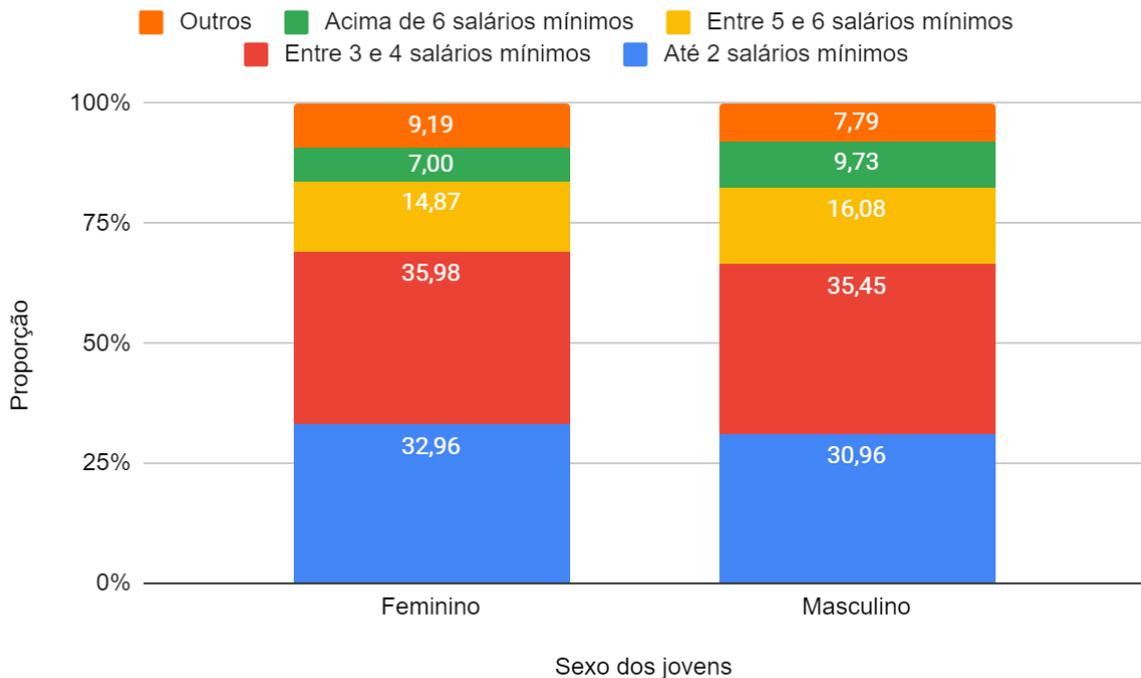
Fonte: OIT (2013). School – Work Transition Survey (SWTS).

GRÁFICO 9 – Brasil, 2013: Razão de sexos dos jovens segundo a classe de ocupação



Fonte: OIT (2013). School – Work Transition Survey (SWTS).

GRÁFICO 10 – Brasil, 2013: Distribuição proporcional dos jovens (15-29 anos) de cada sexo segundo renda familiar



Fonte: OIT (2013). School – Work Transition Survey (SWTS).

Valle Silva (2003), ao discutir estratificação educacional, a define como “a relação entre as características de origem socioeconômica dos alunos na entrada do sistema escolar e as características individuais observáveis na sua saída, bem como os mecanismos por meio dos quais essa relação é estabelecida” (VALLE SILVA, 2003, p. 105). O quão democrático e aberto é o sistema escolar, depende então da dimensão da correlação entre a origem social familiar dos alunos, desempenho acadêmico e, acrescentaríamos a progressão educacional dos mesmos durante o processo de escolarização.

Apesar de não constar em nosso marco teórico, trazer tal definição a essa altura da dissertação nos auxilia nas reflexões que seguem, tendo em vista os diferenciais vivenciados por jovens brancos e negros e seus pais dentro do sistema educacional, laboral e, consequentemente, em seu processo de transição escola-trabalho.

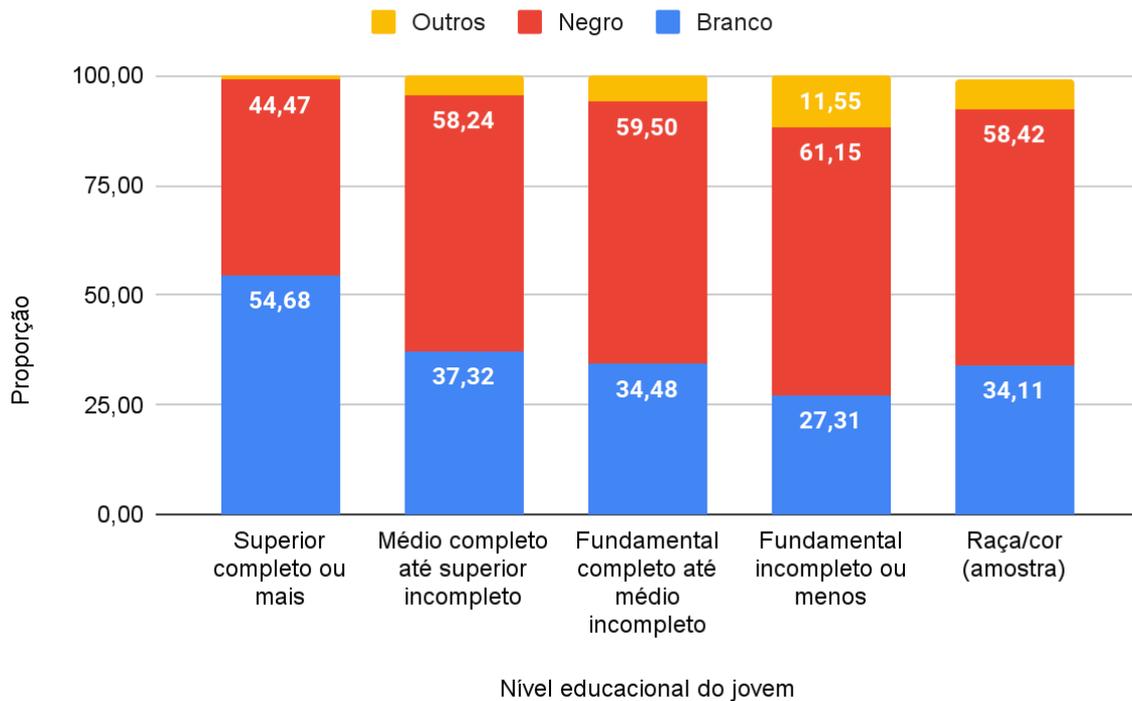
Conforme os dados apresentados na Tabela 5, a população negra corresponde a 58,42% dos jovens de nossa amostra, enquanto a população branca 34,11%. Quando analisamos os níveis educacionais segundo raça/cor, espera-se uma correspondência ou proximidade a estas porcentagens iniciais. Contudo, o que se observa é a proporção de 54,68 % de jovens brancos com alta escolaridade e 44,47% da população negra nesta condição, ou seja, um diferencial de 10,21% entre brancos e negros altamente escolarizados.

Quando analisamos jovens com baixa escolaridade, a proporção de jovens negros nessa condição é mais que o dobro daquela dos jovens brancos, sendo de 61,15% em oposição a 27,31%. Tais proporções indicam uma prevalência de brancos altamente escolarizados, enquanto a população negra está sobrerrepresentada nos níveis educacionais mais baixos.

Os resultados caminham no sentido das conclusões tratadas por Valle Silva (2003) ao discutir a expansão escolar e a estratificação no Brasil em 1981, 1990 e 1999. Segundo o autor, apesar dos avanços de inclusão educacional vivenciados no cenário brasileiro, os jovens brancos “não só desfrutam de maiores vantagens nas transições escolares ao longo de todo processo, como estas vantagens parecem crescer conforme se faz a progressão dentro do sistema” (VALLE SILVA, 2003, p. 133). No entanto, Valle Silva (2003) ressalta que ao longo do tempo tais diferenciais tendem a ser mitigados, ou seja, os diferenciais entre brancos e negros estavam se reduzindo ao longo das décadas.

Vale ressaltarmos que a maior presença de jovens negros no ensino superior em anos recentes decorre do possível efeito das políticas educacionais como o FIES, PROUNI e a “lei de cotas” que atuaram no sentido de expandir o ensino superior público e privado, com recortes que beneficiaram especialmente os jovens mais vulneráveis socioeconomicamente, dentre eles a população negra. Sendo instituídas a partir de 2001, tais políticas beneficiaram e beneficiam todas as coortes, mas principalmente as duas mais jovens aqui analisadas (1989-1993 e 1994-1998).

GRÁFICO 11 – Brasil, 2013: Distribuição dos jovens (15-29 anos) em cada nível educacional alcançado segundo raça/cor



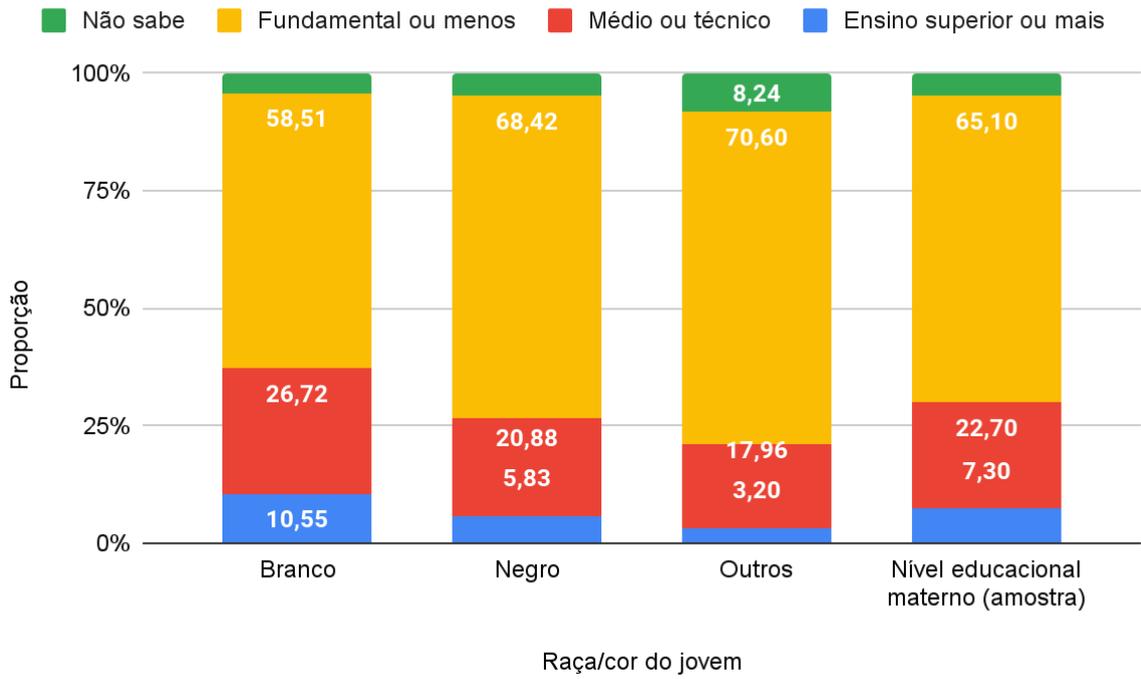
Fonte: OIT (2013). School – Work Transition Survey (SWTS).

Ao observarmos nos gráficos seguintes a comparação entre a raça/cor dos jovens e escolaridade dos pais, temos que os jovens negros possuem uma maior proporção de pais com baixa escolaridade do que os brancos. Observa-se que 65,10% dos jovens brasileiros independentemente da raça/cor, possuem mães com baixa escolaridade. Os negros estão sobrerrepresentados entre aqueles com mães com baixa escolaridade (68,42% deles estão nessa condição), enquanto os brancos estão sub-representados, já que 58,51% deles têm mães com ensino fundamental ou menos.

Apenas 7,3% do total de jovens brasileiros tem mães com alta escolaridade. Comparando a raça/cor dos jovens, 5,83% dos negros são filhos de mães com alta escolaridade, enquanto 10,55% dos brancos têm mães com ensino superior completo ou mais. Como o observado no gráfico referente a educação paterna, os dados caminham no mesmo sentido, com os jovens brancos possuindo pais com níveis educacionais mais altos em relação à população total, sendo que o oposto ocorre com os negros.

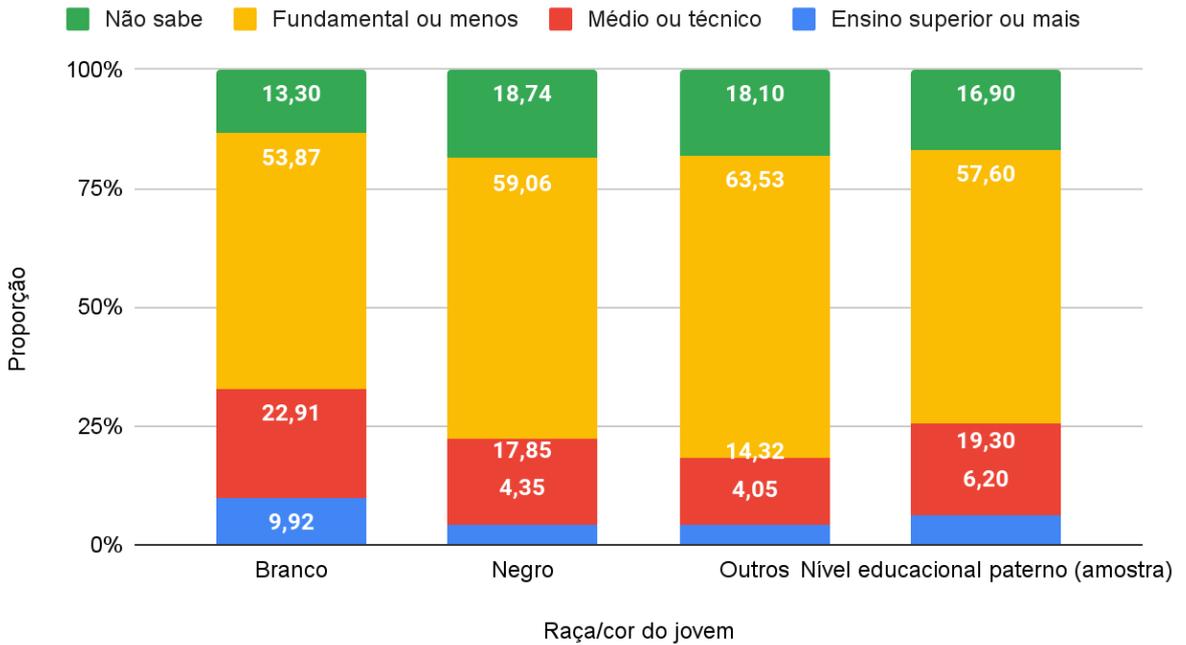
O quão influente é a raça/cor dos jovens sobre o nível educacional e classe de ocupação ficará mais evidente nos resultados da modelagem, e poderemos dessa forma mensurar em certa medida o quanto a cor influi sobre os níveis educacionais alcançados pelos jovens.

GRÁFICO 12 – Brasil, 2013: Distribuição proporcional dos jovens segundo sua raça/cor e nível educacional materno



Fonte: OIT (2013). School – Work Transition Survey (SWTS).

GRÁFICO 13 – Brasil, 2013: Distribuição proporcional dos jovens segundo sua raça/cor e nível educacional paterno

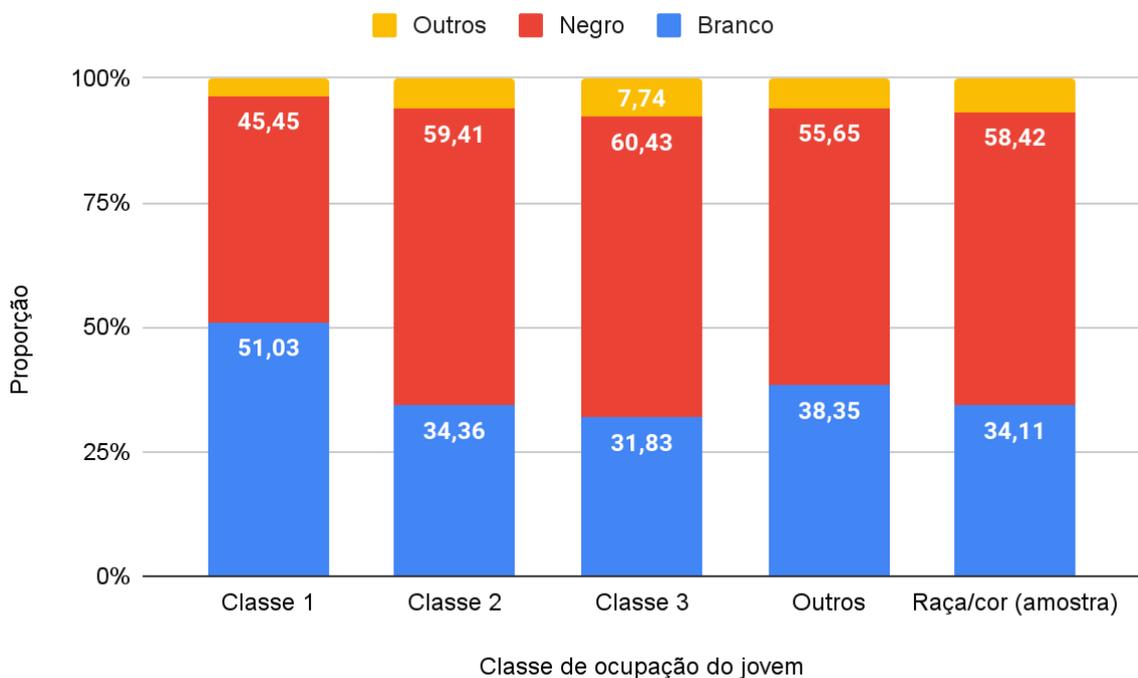


Fonte: OIT (2013). School – Work Transition Survey (SWTS).

Assim como nos resultados sobre o nível educacional dos jovens, os dados sobre a classe ocupacional e raça/cor indicam uma sub-representação da população negra na classe mais alta. Enquanto a população branca é sobre-representada na classe de ocupação mais elevada.

Para além, observa-se uma tendência de diminuição da participação dos jovens negros nas classes ocupacionais à medida que elas aumentam em prestígio. Ou seja, a proporção de jovens negros é maior nas classes da base da pirâmide ocupacional, enquanto a proporção de jovens brancos é maior no topo.

GRÁFICO 14 – Brasil, 2013: Distribuição proporcional dos jovens de cada classe ocupacional segundo raça/cor



Fonte: OIT (2013). School – Work Transition Survey (SWTS).

Junto ao gráfico anterior temos o gráfico a seguir, no qual observa-se o cruzamento da raça/cor dos jovens e a classe de ocupação paterna²². A distribuição da população total de jovens é equilibrada entre as Classes 2 e 3 da ocupação paterna (ao redor de 30%). Para a Classe 1, temos uma proporção de 12,80%. Quando observado segundo a raça/cor dos jovens, a distribuição proporcional equilibrada entre as Classes 2 e 3 permanece tanto para os jovens brancos quanto para os negros. Contudo, os pais de jovens brancos são

²² Consideramos aqui a classe de ocupação do pai e omitimos a da mãe, mas os resultados são muito similares.

sobrerrepresentados na Classe 1, com 16,89%, enquanto os jovens negros possuem 10,69% de pais na mesma classe.

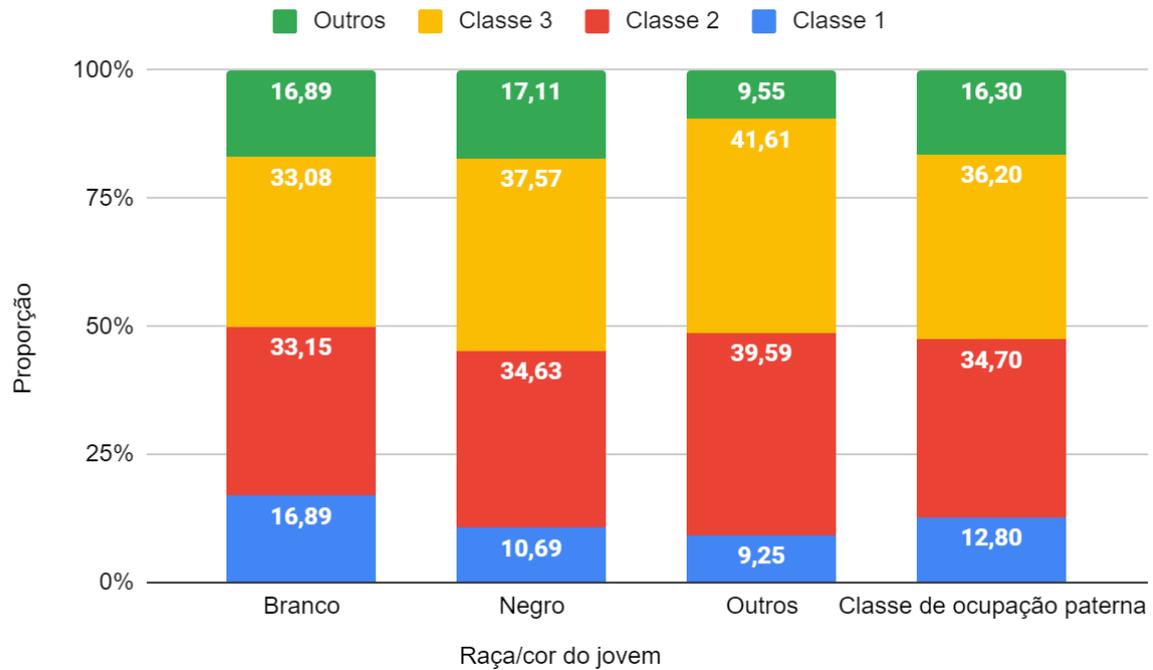
Tais fatos se alinham aos gráficos anteriores, na medida em que se observa uma sobrerrepresentação da população branca tanto nos níveis educacionais mais altos, quanto nas classes ocupacionais mais altas. Esses resultados corroboram a discussão apresentada no primeiro capítulo.

Em suma, os dados indicam que a população negra se concentra em níveis educacionais mais baixos, e empregam-se em ocupações concentradas na base da pirâmide ocupacional. Isso, apesar das políticas públicas de expansão do acesso ao ensino básico e superior. Uma justificativa para estes diferenciais seria considerar que os negros são mais jovens do que os brancos e poderiam não ter vivido o suficiente para cumprir a mesma escolaridade dos brancos e alcançado os mesmos tipos de ocupações. Todavia, a idade média dos jovens segundo raça/cor é praticamente igual: 21,77 anos para os brancos e 21,99 anos para os negros.

Buscando justificativa para os diferenciais presentes nos dados, temos os estudos de Lima e Prates (2015) que, ao discutir as desigualdades raciais no Brasil, trazem inúmeros estudos indicando as desigualdades educacionais como determinantes do tipo de inserção laboral dos jovens segundo raça/cor, assim como fator associado ao seu lugar na estrutura ocupacional. Os achados desses estudos convergem com os sugeridos em nossa análise descritiva, pois a origem social dos negros é de partida desprivilegiada quando comparada àquela dos brancos em termos gerais.

Concluindo, ao discutir a situação dos jovens graduados segundo raça/cor, os autores ressaltam que “no que diz respeito aos investimentos em educação superior, o pertencimento ao grupo de graduados é fator importante, porém não decisivo para diminuir a desigualdade racial e social” (LIMA; PRATES, 2015, p. 188).

GRÁFICO 15 – Brasil, 2013: Distribuição proporcional dos jovens negros e brancos segundo a classe ocupacional paterna



Fonte: OIT (2013). School – Work Transition Survey (SWTS).

Os resultados indicam dessa forma, um contexto que possibilita uma superação por parte dos jovens de suas condições de origem no sentido educacional e ocupacional. Contudo, constata-se grandes desigualdades de sexo e raça/cor no processo. Tal fato resulta claramente em diversas, se não desiguais, conformações de **transições** escola-trabalho.

Ao observarmos o sexo dos jovens, vemos que apesar de sobrerrepresentadas educacionalmente, as mulheres são sub representadas no mercado de trabalho. Os negros, por sua vez, apresentam maiores desvantagens comparativamente em relação aos brancos.

3.2 Explorando a triangulação origem social, nível educacional e destino ocupacional

Nesse tópico são apresentados os resultados obtidos a partir dos modelos mencionados no segundo capítulo. Seguindo a análise dos resultados, as Tabelas 6 e 7 apresentam a razão de chances (*Odds ratio*), intervalo de confiança e significância dos coeficientes gerados através dos dois modelos de regressão logística multinomial múltipla produzidos. A partir da *Odds ratio* podemos analisar a mudança proporcional que ocorre na probabilidade de pertencer à categoria de referência da variável resposta. No caso da Tabela 6, a categoria da variável resposta utilizada como referência é o nível educacional “Ensino superior ou mais”; e na Tabela 7, “Classe 1” de ocupação.

Inicialmente, os resultados dos modelos indicam em linhas gerais que:

- Como esperado, a variável idade quinquenal é a mais fortemente relacionada com o nível educacional do jovem. Quanto mais velho, maior a chance de apresentar um nível educacional mais elevado.
- O fator mais fortemente relacionado com a ocupação dos jovens é o nível educacional deles próprios. A partir disso, constatou-se que jovens com menor nível educacional possuem maiores chances de estarem em postos mais baixos na estrutura ocupacional.
- O nível educacional dos jovens apresenta diferenciais segundo região, sexo e raça/cor. Observou-se que os mesmos diferenciais atuam sobre o lugar dos jovens na estrutura ocupacional.
- O nível educacional e a classe ocupacional materna exercem influências expressivas sobre o nível educacional do jovem. Filhos de mães com baixa escolaridade possuem altas chances de estarem na mesma situação educacional que suas mães. O avançar da escolaridade materna está associado a que os filhos também apresentam maior escolaridade. Da mesma forma, a classe de ocupação materna exerce influência sobre o nível educacional dos jovens. Jovens de baixa escolaridade comparado àqueles de alta escolaridade, possuem mais chances de terem mães inseridas nas classes ocupacionais mais baixas.
- O nível educacional e a classe de ocupação maternas exercem influências sobre o lugar dos jovens na estrutura ocupacional. Jovens pertencentes às classes ocupacionais mais baixas comparado àqueles das classes mais altas possuem maiores chances de terem mães com baixa escolaridade. Observa-se uma associação entre o aumento do nível educacional das mães e a pertença dos filhos à classe ocupacional intermediária. Uma relação similar é percebida no que diz respeito à classe ocupacional materna. Jovens que estão nas classes ocupacionais 2 e 3 em contraste com aqueles da Classe 1, possuem maiores chances de serem filhos de mães que estão na base da pirâmide ocupacional. Vale ressaltar que, à medida que o nível educacional do jovem se eleva, enfraquece o poder explicativo da origem social sobre a pertença à classe ocupacional de maior prestígio.
- As mulheres apresentam menores chances de terem baixa escolaridade do que os homens. Contudo, possuem maiores chances de concentrarem-se nas classes intermediárias de ocupação.

- Os jovens negros têm maiores chances de pertencerem ao grupo de mais baixa escolaridade se comparados aos brancos, assim como maiores chances de encontrarem-se nas classes ocupacionais 2 e 3 (de prestígio intermediário e baixo, respectivamente).
- A renda dos jovens, como esperado, tende a aumentar quanto maior for o prestígio da classe ocupacional de pertencimento.

Os resultados da modelagem sobre a classe de ocupação dos jovens indicam que o fator mais fortemente relacionado com a inserção ocupacional é seu nível educacional, e não as características sociodemográficas ou a origem social. Contudo, estas ainda são variáveis estatisticamente significativas para explicar o lugar dos jovens na estrutura ocupacional brasileira. Como visto anteriormente na análise descritiva, tanto a origem social quanto às características socioeconômicas dos jovens exercem grande influência sobre o seu nível educacional e classe ocupacional.

Por conseguinte, os jovens com baixo nível educacional possuem maiores chances de encontrarem-se em ocupações mais baixas na estrutura ocupacional. Esse diferencial diminui quando observamos os jovens com o ensino médio completo ou superior incompleto. Estes, possuem 3,31 e 8,89 vezes mais chances de estarem nas classes de ocupação 2 e 3 respectivamente quando comparados aos jovens com ensino superior ou mais. Esta forte relação corrobora os achados de pesquisas realizadas previamente por Valle Silva (2003) e Leone e Portilho (2018), dentre outros autores.

Os resultados referentes à renda dos jovens mostram que aqueles de baixa renda estão bem distribuídos entre as Classes 2 e 3 da estrutura ocupacional. Entre os que recebem salários mais altos, entre 5 e 6 salários-mínimos (de 3.390,00 a 4.068,00 reais), observa-se maiores chances de se encontrarem nas classes intermediárias de ocupação, e menos nas classes baixas. Logo, como era de se esperar, a renda mais alta está associada à escolaridade mais elevada e pertença a classes ocupacionais de maior qualificação.

Considerando os estudos de Paschoal (2007) sobre mobilidade social intergeracional, temos que quanto maior a influência das características dos pais, menor a possibilidade de mobilidade intergeracional. Neste sentido, as variáveis maternas que traduzem elementos da origem social do jovem indicam pontos relevantes.

Na Tabela 6, a variável dependente é a escolaridade do jovem. A categoria base de comparação é sempre os jovens com ensino superior completo ou mais em contraste com cada um dos grupos de escolaridade dos demais. Analisando a variável escolaridade da mãe, a

referência são aqueles que têm mãe com superior completo ou mais. Os filhos de mulheres com fundamental completo ou menos tinham 10,42 vezes mais chance do que os filhos das universitárias de terem ensino fundamental incompleto ou menos, frente a terem ensino superior completo ou mais. Eles também apresentam 52,24 vezes mais chance do que os filhos das universitárias de terem ensino fundamental completo/médio incompleto.

Os filhos de mulheres com ensino médio ou técnico tinham 5,93 vezes mais chance do que os filhos das universitárias de terem ensino fundamental completo/médio incompleto, frente a terem ensino superior completo ou mais. Observando esses dados, nota-se como tendência geral que à medida que a escolaridade da mãe aumenta, diminuem as chances dos filhos pertencerem às categorias de escolaridade mais baixa.

Percebe-se então, que a baixa escolaridade materna guarda fortes relações com a baixa escolaridade dos filhos, mas que as chances de os filhos superarem a educação materna também é relevante.

As condições socioeconômicas das famílias também influem sobre o nível educacional dos jovens, tendo em vista as necessidades de contribuição com a renda domiciliar, tal qual vimos na análise descritiva. A partir disso, há diferenças expressivas entre os jovens de acordo com a classe de ocupação materna. Os filhos de mulheres da Classe 3, a base da pirâmide ocupacional, têm chances bem maiores de pertencerem ao grupo com escolaridade fundamental incompleta ou menos. Comparado aos jovens com título universitário, os jovens com fundamental incompleto que são filhos de mães pertencentes a classe de ocupação 2 possuem uma chance 53% maior de terem fundamental incompleto do que os filhos de mães da classe ocupacional de maior prestígio (Classe 1).

Já os filhos de mulheres da Classe 3 tinham 6,13 vezes mais chance do que os filhos das mulheres da Classe 1 de terem ensino fundamental incompleto ou menos, frente a terem ensino superior completo ou mais.

Ao analisarmos o efeito da educação materna sobre a ocupação dos filhos (Tabela 7), temos que os jovens com mães que possuem baixa escolaridade apresentam mais chances de estarem em ocupações mais baixas em relação aos filhos das mães altamente escolarizadas. Com o aumento da educação materna para ensino médio ou técnico, as chances dos jovens de pertencerem a ocupações mais baixas diminuem, e os jovens apresentam maiores chances de estarem nas classes de ocupações intermediárias.

Os efeitos da ocupação materna sobre a ocupação dos jovens, indicam que filhos de mães ocupadas em postos de baixa qualificação (Classe 3) possuem 82% e 83% maiores chances respectivamente de estarem eles próprios em ocupações de Classe 2 e 3. Quando

avancamos para as mães na Classe 2, esse diferencial diminui, prevalecendo as chances dos filhos estarem nas classes intermediárias em relação aos filhos de mães da Classe 1.

Dessa forma, os resultados relacionados à origem indicam que filhos de mães com baixa escolaridade e classe ocupacional 3 possuem chances consideráveis de encontrarem-se nas mesmas condições. A possibilidade de mobilidade existe, porém, a imobilidade não é um desafio menor.

A desvantagem relativa se atenua para os filhos de mães com ocupações intermediárias na estrutura ocupacional e com ensino técnico/médio, diminuindo dessa forma a probabilidade de seus filhos pertencerem a classes de ocupações baixas, agrupando-se também nas ocupações intermediárias. Ou seja, apesar do nível educacional do jovem ser o fator mais fortemente relacionado com a sua classe ocupacional, a escolaridade e a classe ocupacional da mãe são variáveis significativas e possuem fortes relações com o nível educacional e classe ocupacional dos jovens.

Apesar de reconhecermos que a classe ocupacional do jovem é fortemente guiada pelo nível educacional dele, e que a origem social também é um fator importante nesse processo, analisamos a seguir o quanto as variáveis sociodemográficas influem tanto no nível educacional, quanto na classe ocupacional dos jovens. Com isso queremos dizer que, para além da educação e da origem social, sexo e raça/cor importam.

Como visto na análise descritiva, as mulheres detêm maior participação no sistema educacional do que os homens. Esse ponto também é marcante quando se considera a modelagem estatística. Segundo os resultados do modelo, as mulheres possuem em todos os cenários menores chances de terem baixa escolaridade em relação aos homens, ou seja, possuem maiores chances de comporem a população de jovens com ensino superior ou mais. Por exemplo, elas detêm chances 42% de menores de terem ensino fundamental completo/médio incompleto do que os homens.

Contudo, os resultados da modelagem referente à classe de ocupação dos jovens, indica que as mulheres apresentam razões de chances maiores de concentrarem-se nas classes intermediárias de ocupação, e menores chances de ocuparem as classes mais baixas. Estes resultados corroboram aqueles da análise descritiva.

Logo, os resultados em conjunto indicam que apesar da elevada escolaridade feminina em relação aos homens, e apesar dos avanços educacionais e laborais visando a diminuição das disparidades, as mulheres concentram-se nas classes intermediárias. Em outras palavras, apesar de a escolaridade feminina tende a ser mais alta do que a masculina,

no mercado de trabalho elas ainda tendem a ocupar posições subalternas ou ao menos com menor poder de decisão e prestígio.

Os jovens negros, por sua vez, apresentam no geral maiores chances de estarem em condições de baixa escolaridade, do que seus pares brancos. Os jovens negros têm 2,27 vezes mais chances de terem até o ensino fundamental completo ou médio incompleto do que os jovens brancos. No tocante às classes de ocupação, a população negra em relação a população branca possui 47% e 43% maiores chances de se encontrarem nas classes de ocupação 2 e 3, respectivamente.

As chances de terem menor escolaridade e estarem nas classes de ocupação intermediárias e baixas da estrutura ocupacional brasileira, nos mostra as desigualdades raciais tanto no sistema educacional quanto laboral. Os negros estão claramente em situação de desvantagem.

Por fim, uma terceira questão relevante são os diferenciais regionais. É mais provável que os jovens do Sudeste e Centro-Oeste sejam altamente escolarizados do que aqueles residentes no Nordeste, Norte e Sul do país. Os jovens da região Centro-Oeste por sua vez parecem estar em situação de vantagem em termos educacionais inclusive frente aos seus pares do Sudeste. Os jovens da região Norte, comparado aos do Sudeste, têm 3,33 vezes mais chance de pertencer ao grupo com ensino fundamental incompleto ou menos do que pertencer ao grupo com ensino superior. Os diferenciais regionais diminuem em intensidade quando analisamos as razões de chance relacionadas ao ensino médio completo até superior incompleto.

Por outro lado, quando observamos as classes ocupacionais (Tabela 7), chama a atenção o fato de os jovens do Nordeste e Centro-Oeste apresentarem menores chances de pertencerem às classes de ocupação 2 e 3 (base da pirâmide ocupacional) do que os jovens do Sudeste. Uma hipótese explicativa seria que, apesar das vantagens educacionais dos residentes no Sudeste, talvez já exista há tempos profissionais mais velhos altamente qualificados. Vale lembrar que o Sudeste é há décadas uma área de atração de profissionais altamente qualificados de todas as idades. Logo, mesmo tendo uma escolaridade relativamente alta, os jovens dessa região enfrentam maiores desafios para se firmarem na classe ocupacional 1, de maior prestígio e nível hierárquico. De todas as formas, essa é apenas uma reflexão especulativa, sendo necessário mais estudos sobre as desigualdades regionais e possibilidades de adequação entre nível educacional e o lugar que o indivíduo ocupa na estrutura produtiva.

TABELA 6 – Resultados da regressão logística multinomial múltipla considerando como variável dependente “nível educacional do jovem” e categoria de referência “ ensino superior completo ou mais”

Variável e categoria	Fundamental incompleto ou menos				Fundamental completo até médio incompleto				Médio completo até superior incompleto			
	Sig	Odds	Lower	Upper	Sig	Odds	Lower	Upper	Sig	Odds	Lower	Upper
Intercepto	0,00	0,10	-3,69	-3,68	0,00	0,03	-2,31	-2,30	0,00	0,72	-0,33	-0,32
Idade quinquenal – Categoria de referência “25 a 29 anos”												
Idade Quinquenal – 15 a 19 anos	0,00	855,44	5,82	5,85	0,00	342,40	6,74	6,77	0,00	73,40	4,28	4,31
Idade Quinquenal – 20 a 24 anos	0,00	4,69	1,06	1,06	0,00	2,89	1,54	1,55	0,00	2,82	1,03	1,04
Região – Categoria de referência “Sudeste”												
Região – Norte	0,00	3,33	1,33	1,34	0,00	3,79	1,19	1,21	0,00	1,75	0,55	0,57
Região – Centro-Oeste	0,00	0,73	-0,39	-0,38	0,00	0,68	-0,31	-0,30	0,00	0,45	-0,79	-0,78
Região – Nordeste	0,00	1,97	1,12	1,13	0,00	3,08	0,67	0,68	0,00	1,85	0,61	0,62
Região – Sul	0,00	1,65	1,02	1,03	0,00	2,78	0,50	0,51	0,00	1,11	0,10	0,11
Raça/cor – Categoria de referência “Branco”												
Raça/cor – Negro	0,00	1,86	0,82	0,82	0,00	2,27	0,62	0,63	0,00	1,65	0,50	0,51
Raça/cor – Outros	0,00	8,88	2,97	3,00	0,00	19,82	2,17	2,20	0,00	6,57	1,87	1,90
Sexo – Categoria de referência “Masculino”												
Sexo – Feminino	0,00	0,66	-0,54	-0,54	0,00	0,58	-0,42	-0,41	0,00	0,81	-0,21	-0,21
Nível educacional materno – Categoria de referência “Superior ou mais”												
Nível educacional materno – Fundamental ou menos	0,00	10,42	3,95	3,96	0,00	52,24	2,34	2,35	0,00	5,43	1,69	1,70
Nível educacional materno – Médio ou técnico	0,00	3,30	1,77	1,79	0,00	5,93	1,19	1,20	0,00	2,97	1,08	1,09
Classe de ocupação materna – categoria de referência “Classe 1												
Classe de ocupação materna – Classe 2	0,00	1,53	0,24	0,25	0,00	1,27	0,42	0,43	0,00	1,18	0,16	0,17
Classe de ocupação materna – Classe 3	0,00	6,13	1,90	1,91	0,00	6,71	1,81	1,82	0,00	3,68	1,30	1,31

Fonte: OIT (2013). School – Work Transition Survey (SWTS).

TABELA 7 – Resultados da regressão logística multinomial múltipla considerando como variável dependente “Ocupação do jovem” e categoria de referência “Classe 1”

	Classe 2				Classe 3			
	Sig	Odds	Lower	Upper	Sig	Odds	Lower	Upper
(Intercept)	0,00	0,31	-1,16	-1,15	0,00	0,06	-2,71	-2,69
Idade quinquenal – Categoria de referência “25 a 29 anos”								
Idade Quinquenal – 15 a 19 anos	0,00	2,28	0,82	0,83	0,00	1,73	0,55	0,56
Idade Quinquenal – 20 a 24 anos	0,00	1,51	0,41	0,42	0,00	1,19	0,18	0,18
Raça/cor – Categoria de referência “Branco”								
Raça/cor – Negro	0,00	1,44	0,38	0,39	0,00	1,43	0,36	0,36
Raça/cor – Outros	0,00	1,43	0,35	0,37	0,00	1,50	0,40	0,41
Sexo – Categoria de referência “Masculino”								
Sexo – Feminino	0,00	1,14	0,13	0,14	0,03	0,60	-0,51	-0,50
Região – Categoria de referência “Sudeste”								
Região – Norte	0,00	2,03	0,72	0,74	0,00	1,68	0,51	0,53
Região – Centro-Oeste	0,00	0,71	-0,30	-0,29	0,00	0,61	-0,50	-0,49
Região – Nordeste		0,57	-0,55	-0,54		0,52	-0,64	-0,63
Região – Sul	0,00	0,74	-0,30	-0,29	0,00	0,95	-0,01	0,00
Nível educacional do jovem – Categoria de referência “ Superior ou mais”								
Nível educacional – Fundamental incompleto ou menos	0,00	29,70	3,38	3,40	0,00	134,96	4,89	4,92
Nível educacional – Fundamental completo até médio incompleto	0,00	5,01	1,61	1,62	0,00	14,25	2,65	2,67
Nível educacional – Médio completo até superior incompleto	0,00	3,31	1,20	1,20	0,00	8,89	2,18	2,19
Nível educacional materno – categoria de referência “ Superior ou mais”								
Nível educacional materno – Fundamental ou menos	0,00	1,30	0,26	0,27	0,00	2,03	0,70	0,72
Nível educacional materno– Médio ou técnico	0,00	1,47	0,04	0,05	0,00	0,85	-0,16	-0,15
Classe de ocupação materna – Categoria de referência "Classe 1"								

Classe de ocupação materna – Classe 2	0,00	1,11	0,10	0,11	0,00	0,90	-0,10	-0,09
Classe de ocupação materna – Classe 3	0,00	1,82	0,59	0,60	0,00	1,83	0,60	0,61
Renda familiar do jovem – Categoria de referência “Acima de 6 salários mínimos”								
Renda familiar – Até 2 salários mínimos	0,00	2,31	0,84	0,85	0,00	2,81	1,03	1,04
Renda familiar – Entre 3 e 4 salários mínimos	0,00	1,23	0,21	0,21	0,00	1,11	0,10	0,11
Renda familiar – Entre 5 e 6 salários mínimos	0,00	1,21	0,19	0,20	0,00	0,76	-0,27	-0,26

Fonte: OIT (2013). School – Work Transition Survey (SWTS).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desejo de uma educação inclusiva e democrática, e um mercado de trabalho que reconheça de fato as qualificações dos indivíduos é algo almejado pela maioria das sociedades contemporâneas. Nessa dissertação, a articulação das relações entre origem social, nível educacional, ocupação e características sociodemográficas dos indivíduos, foi utilizada para cercarmos as variáveis atuantes sobre o processo de transição escola-trabalho dos jovens brasileiros em 2013.

O contexto teórico das discussões meritocráticas e da educação como equalizadora social, afirmam que a ampliação de acesso ao sistema educacional nas sociedades, resultaria no enfraquecimento paulatino da influência da origem social sobre o nível educacional e destino ocupacional dos jovens. Em contrapartida, haveria o fortalecimento gradual da relação entre o nível educacional e o destino ocupacional. Contudo, apesar da possibilidade de enfraquecimento da relação entre origem social e os alcances educacionais e laborais dos jovens, a hipótese deste trabalho buscou analisar se o processo de transição escola-trabalho ainda está sob a influência da origem social, apesar dos avanços de políticas públicas e relativa melhora do contexto econômico.

Retomando nossas questões centrais: o enfraquecimento da influência da origem social seria o suficiente para afirmarmos que há chances igualitárias de acesso aos níveis educacionais mais elevados e a uma inserção ocupacional igualitária? Poderíamos falar em equalização social decorrente da educação, a partir desses diferenciais, tendo em vista as desigualdades sociais enraizadas na sociedade brasileira?

De acordo com a nossa perspectiva analítica, responderíamos a todas essas indagações com um sonoro não.

Frente a variáveis relacionadas à origem social, o nível educacional do jovem é o fator mais fortemente relacionado com seu destino ocupacional. Junto a isto, os resultados indicam que, com o avançar da escolaridade dos jovens, a influência da ocupação e escolaridade materna diminuem.

Essas evidências poderiam levar a crer em argumentos puramente meritocráticos, de acordo com os quais bastaria o jovem se esforçar dentro do sistema educacional para que logre se distanciar das condições vulneráveis de sua origem. De fato, tendo em vista os resultados mencionados, a interpretação poderia caminhar em parte neste sentido. Contudo, não podemos desprezar que ainda há efeitos expressivos que geram desigualdades sobre o nível educacional do jovem e seu destino ocupacional advindos de sua origem, sexo e

raça/cor. Todas essas variáveis se revelaram significativas em ambas as modelagens em que este estudo se fundamenta.

Como vimos, as políticas públicas empregadas na ampliação do acesso ao ensino superior contribuíram para a inclusão de indivíduos com origem social desvantajosa, do sexo feminino e negros no ensino superior. As mulheres, paulatinamente apresentam maior participação nas classes ocupacionais de maior prestígio, porém os homens são maioria em todas as classes ocupacionais. Ademais, uma parcela significativa de jovens supera o nível educacional e classe de ocupação de suas mães.

Ainda assim, há proporções consideráveis de jovens que permanecem no mesmo nível educacional e ocupacional de seus pais. As chances de jovens com origens sociais mais vulneráveis de continuarem em situação de vulnerabilidade são expressivas.

Ao compreendermos as classes de ocupação como uma *proxy* do lugar dos indivíduos na estrutura ocupacional brasileira, temos que a falta de acesso igualitário às ocupações mais elevadas resultam, conseqüentemente, no comprometimento do acesso aos rendimentos mais altos, reduzem as chances de conquista de status social de maior prestígio, bem como dificultam o exercício de direitos políticos, tecendo aqui uma analogia com as reflexões de Quadros e Maia (2010).

A análise descritiva nos mostrou dois pontos relevantes quanto à relação entre origem social e destino educacional e ocupacional dos jovens. Embora seja real que os jovens dos estratos sociais mais desprivilegiados estão tendo melhores oportunidades, não basta ressaltarmos apenas os que superam a escolaridade e classe ocupacional de suas mães. Devemos olhar com mais atenção aqueles que reproduzem as condições de desvantagem social da geração anterior.

Em suma, a diminuição paulatina dos efeitos da origem sobre os resultados educacionais e laborais dos jovens, até o momento é insuficiente para afirmarmos que o Brasil apresenta uma estrutura de transição escola-trabalho exclusivamente meritocrática, ou até mesmo democrática de fato. O enfraquecimento da influência da origem social sobre os resultados educacionais e ocupacionais dos jovens indicam que nossa sociedade manifesta uma tendência de gradual democratização, e algum movimento na direção do aumento da fluidez social.

Nesta dissertação tratamos apenas de um ponto no tempo, composto por um contexto político e econômico específico. Trabalhos seguintes poderiam explorar a variação do aqui exposto em outros momentos da história brasileira, principalmente cenários de crises no qual a população vulnerável tende a ser mais impactada negativamente. Além disso, a

curiosa condição das mulheres no sistema educacional e produtivo ainda merece investigações, assim como a condição da população negra.

O potencial equalizador da educação e sua articulação com a pirâmide ocupacional brasileira é um tema que deve ser acompanhado ao longo dos anos. Visando embasar políticas públicas que suavizem de fato a transição escola-trabalho dos jovens de forma igualitária.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, J. Entre a escola e o mercado de trabalho: um olhar crítico sobre as transições. In: SEMINÁRIO – FRACASO ESCOLAR Y TRANSICIÓN A LA VIDA LABORAL, 2002, Madrid. **Anais...** Espanha: Fundación por la Modernización de España, 2002.
- BALLARINO, G.; BERNARDI, F. The intergenerational transmission of inequality and education in fourteen countries: a comparison. In: BERNARDI, F.; BALLARINO, G. (ed.). **Education, occupation and social origin**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2016. p. 255-281.
- BERNARDI, F.; BALLARINO, G. Introduction: education as the great equalizer: a theoretical framework. In: BERNARDI, F.; BALLARINO, G. (ed.). **Education, occupation and social origin**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2016. P. 1-19.
- BERNARDI, F. Compensatory advantage as a mechanism of educational inequality: a regression discontinuity based on month of birth. **Sociology of Education**, Albany, v. 87, n. 2, p. 74-88, 2014.
- BJÖRN, N. The school-to-work transition in developing countries. **Journal of Development Studies**, London, v. 55, n. 5, p. 1-20, 2018. doi: 10.1080/00220388.2018.1475649.
- BLAU, P.; DUNCAN, O. D. **The American occupational structure**. New York, NY: Academic Press, 1967.
- BOURDIEU, P. Cultural reproduction and social reproduction. In: KARABEL, J.; HALSEY, A. H. (ed.). **Power and ideology in education**. New York, NY: Oxford University Press, 1977, p. 487-511.
- CAMARANO, A. A. (org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro, RJ: Ipea, 2006.
- CAMARANO, A. A. et al. Os jovens brasileiros no mercado de trabalho. **Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise**, Rio de Janeiro, RJ, 2001.
- CARDOSO, A. Transições da escola para o trabalho no Brasil: persistência da desigualdade e frustração de expectativas **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, RJ, v. 51, n. 3, p. 569-616, 2008.
- CARDOSO, G.; HERMETO, A. Detalhando o perfil de atividade dos jovens brasileiros que não estudam nem trabalham: o papel da busca por trabalho e dos afazeres domésticos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, RJ, v. 38, p. 1-20, 2021. doi.org/10.20947/S0102-3098a0164
- CASTRO, J. A.; MODESTO, L. Apresentação. In: CASTRO, J. A.; MODESTO, L. (org.). **Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília, DF: Ipea, 2010.
- COMIN, B. Trabalhar para estudar: sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, SP, n. 91, p. 75-95, 2011.
- CORBUCCI, P. R. Avanços, limites e desafios das políticas do MEC para a educação superior na década de 1990: ensino de graduação. **Texto para Discussão 869**, Brasília, DF, 2002.
- DEBERT, G. G. Velhice e o curso da vida pós-moderno. **Revista USP**, São Paulo, SP, n. 42, p. 70-83, 1999.
- ELDER, S. **ILO school-to-work transition survey: a methodological guide** International Labour Office. Geneva, 2009.

ERIKSON, R.; GOLDTHORPE, J. H.; PORTOCARERO, L. Intergenerational class mobility in three Western European societies: England, France and Sweden. **The British Journal of Sociology**, London, v. 30, n. 4, p. 415-441, 1979.

FÁVERO, L. P. et al. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. [S. l.]: Campus, 2009.

FRESNEDA, B. Transição da escola para o trabalho e estratificação social. **Revista Segurança Urbana e Juventude**, Araraquara, SP, v. 2, n. 1/2, p. 1-18, 2009.

GOLDTHORPE, J. The myth of education-based meritocracy: why the theory isn't working. **New Economy**, New York, NY, v. 10, n. 4, p. 189-193, 2003.

GONZALEZ, R. Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída? In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. (org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília, DF: Ipea, 2009.

GOUVEIA, A. B.; SOUZA, A. R. A política de fundos em perspectiva histórica: mudanças de concepção da política na transição Fundef e Fundeb. **Em Aberto**, Brasília, DF, v. 28, n. 93, p. 45-65, 2015.

HOUT, M. More universalism, less structural mobility: the American occupational structure in the 1980s. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 93, n. 6, p. 1358-1400, 1988.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Transiciones en el mercado de trabajo de las mujeres y hombres jóvenes en la República Dominicana**. Ginebra, 2016.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **School-to-work transition survey (SWTS): micro data files**. Geneva, 2013. Disponível em: https://www.ilo.org/employment/areas/WCMS_234860/lang--en/index.htm. Acesso em: 20 abr. 2022.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **School-to-work transition: evidence from Egypt employment policy papers**. Geneva, 2007.

LEONE, E. T.; PORTILHO, L. Inserção de mulheres e homens com nível superior de escolaridade no mercado de trabalho brasileiro. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 26, n. 52, p. 227-246, 2018.

LEONE, E. T.; BALTAR, P. Diferenças de rendimento do trabalho de homens e mulheres com educação superior nas metrópoles. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 23, n. 2, p. 355-367, 2006.

LIMA, C. R.; CABRAL, V. L. M.; GASPARINO, E. Políticas públicas educacionais brasileiras: o ensino médio no contexto da LDB, PNE e PDE. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 9., e ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA – ESBP, 3., 2009, Curitiba, PR. **Anais...** 2009.

LIMA, M.; PRATES, I. Desigualdades raciais no Brasil: um desafio persistente. In: ARRETICHE, M. (org.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo, SP: Editora da Unesp, 2015.

MATSUMOTO, M.; ELDER, S. **Characterizing the school-to-work transitions of young men and women: evidence from the ILO school-to-work transition surveys**. Geneva: ILO, 2010. (Employment Working Paper, n. 51).

MENEZES-FILHO, N. A.; CABANAS, F. P. H.; KOMATSU, B. K. **A Condição “Nem-nem” entre os jovens é permanente?** São Paulo, SP: Insper, 2013. (Policy Paper, nº 7).

- MENEZES-FILHO, N. A. **A Evolução da educação no Brasil e seu impacto no mercado de trabalho**. São Paulo, SP: Instituto Futuro Brasil, 2001.
- MORAES, J. P.; ROCHA-DE-OLIVEIRA, S. Juventude, formação e trabalho: aproximando as teorias de inserção profissional e school-to-work. **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, v. 42, e223807, 2021.
- PASCHOAL, I. P. **Mobilidade Intergeracional de educação no Brasil**. 2008. 81f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Departamento de Economia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, 2007.
- QUADROS, W.; MAIA, A. G. Estrutura sócio-ocupacional no Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, RJ, v. 14, n. 3, p. 443-468, 2010.
- QUADROS, W. **Classes sociais e desemprego no Brasil dos anos noventa**. Campinas, SP: Cesis – IE/Unicamp, 2003. (Mimeo).
- REIS, M. C.; CAMARGO, J. M. Desemprego dos jovens no Brasil: os efeitos da estabilização da inflação em um mercado de trabalho com escassez de informação. **RBE**, Rio de Janeiro, RJ, v. 61 n. 4, p. 493-518, 2007.
- REMY, M. A. P. A.; QUEIROZ, S. N.; SILVA FILHO, L. A. Evolução recente do emprego formal no Brasil: 2000-2008. **Revista da ABET**, Uberlândia, MG, v. 10, n. 1, p. 57-78, 2011.
- RIBEIRO, C. A. C. Mudanças nas famílias dos jovens e tendências da mobilidade social de brancos e negros no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, SP, v. 39, n. 2, p. 257-279, 2020. 10.25091/s01013300202000020002.
- RIBEIRO, C. A. C.; CARVALHAES, F. Estratificação e mobilidade social no Brasil: uma revisão da literatura na sociologia de 2000 a 2018. **BIB**, São Paulo, SP, n. 92, p. 1-46, 2020.
- RIBEIRO, C. A. C. **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil**. Bauru, SP: EsUSC, 2007.
- RIBEIRO, C. A. C. Classe, raça e mobilidade social no Brasil **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, RJ, v. 49, n. 4, p. 833-873, Rio de Janeiro, RJ, 2006. Disponível em: <http://old.scielo.br/pdf/dados/v49n4/06.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.
- ROSSETTO, C. B.; GONÇALVES, F. Equidade na Educação Superior no Brasil: uma análise multinomial das políticas públicas de acesso. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, RJ, v. 58, n. 3, p. 791-824, 2015.
- SANTOS, A. L.; GIMENEZ, D. M. Inserção dos jovens no mercado de trabalho. **Estudos Avançados**, São Paulo, SP, v. 29, n. 85, p. 153-168, 2015.
- SANTOS, M. O. **Cotas raciais nas universidades federais brasileiras: desigualdade no acesso e estratificação horizontal em 2010 e 2016**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2018.
- SILVA, N. V.; HASENBALG, C. Recursos familiares e transições educacionais. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 18, supl., p. 67-76, 2002.
- SOARES, S. et al. Os impactos do benefício do programa bolsa família sobre a desigualdade e a pobreza. In: CASTRO, J. A.; MODESTO, L. (org.). **Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília, DF: Ipea, 2010.
- TORCHE, F. Intergenerational mobility and inequality: the Latin American case. **Annual Reviews of Sociology**, USA, v. 40, p. 619-642, 2014.

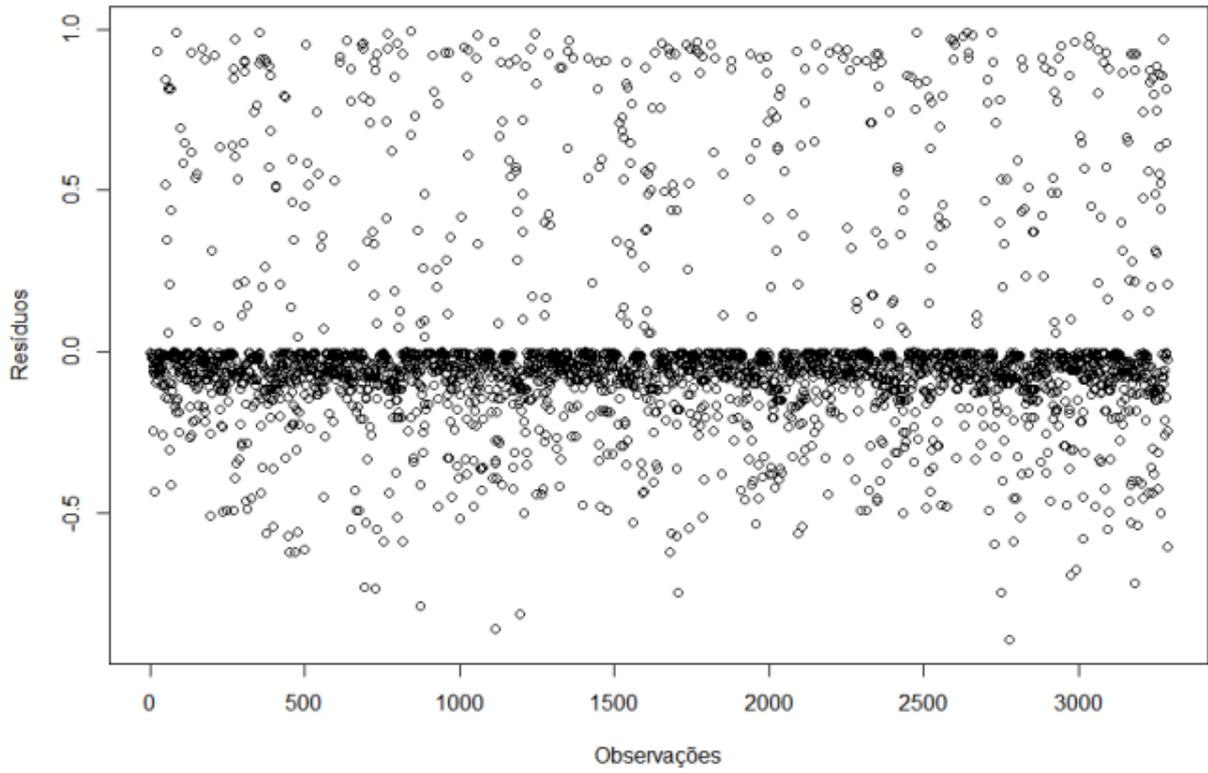
VALLE SILVA, N. Expansão escolar e estratificação educacional no Brasil. In: HASENBALG, C.; VALLE SILVA, N. (org.). **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro, RJ: Topbooks Editora, 2003.

VENTURI, G.; TORINI, D. **Transições do mercado de trabalho de mulheres e homens jovens no Brasil**. Genebra: OIT, 2014.

WUNSCH, G.; TERMOTE, M. **Introduction to demographic analysis**. New York, NY: Springer, 1978.

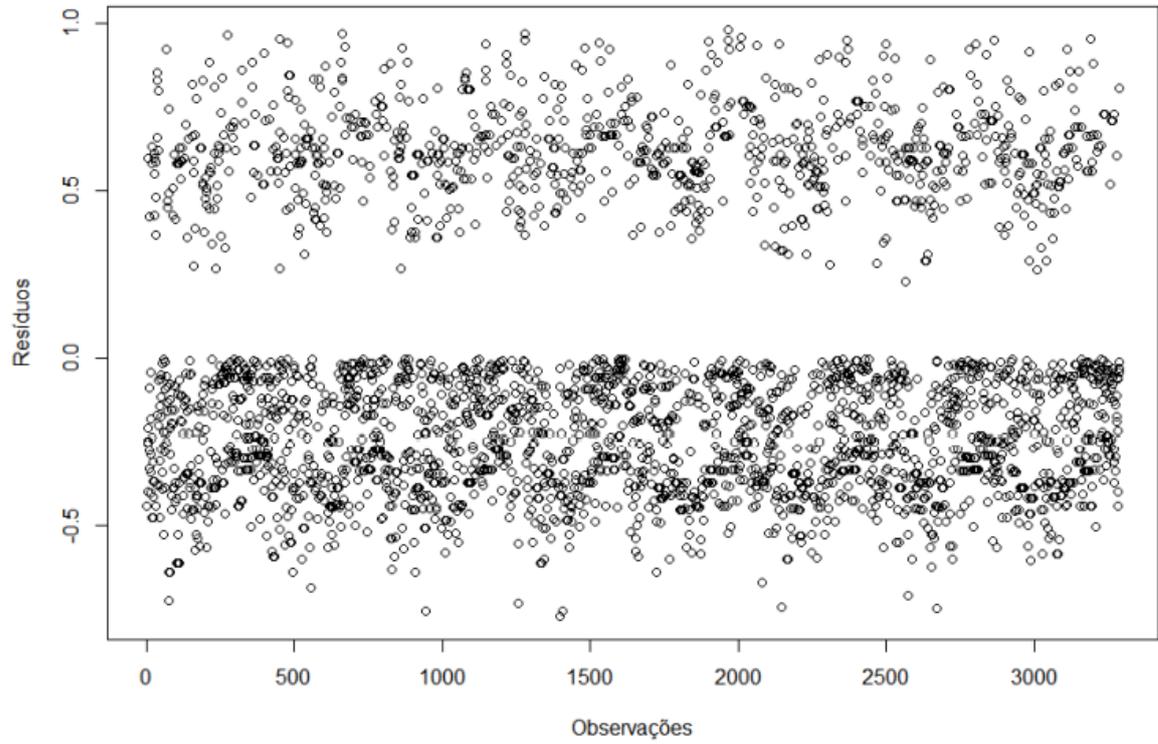
ANEXOS

GRÁFICO 16 – Resíduos da categoria “Fundamental incompleto ou menos” segundo o número de observações obtidas a partir do Modelo 1, Brasil, 2013



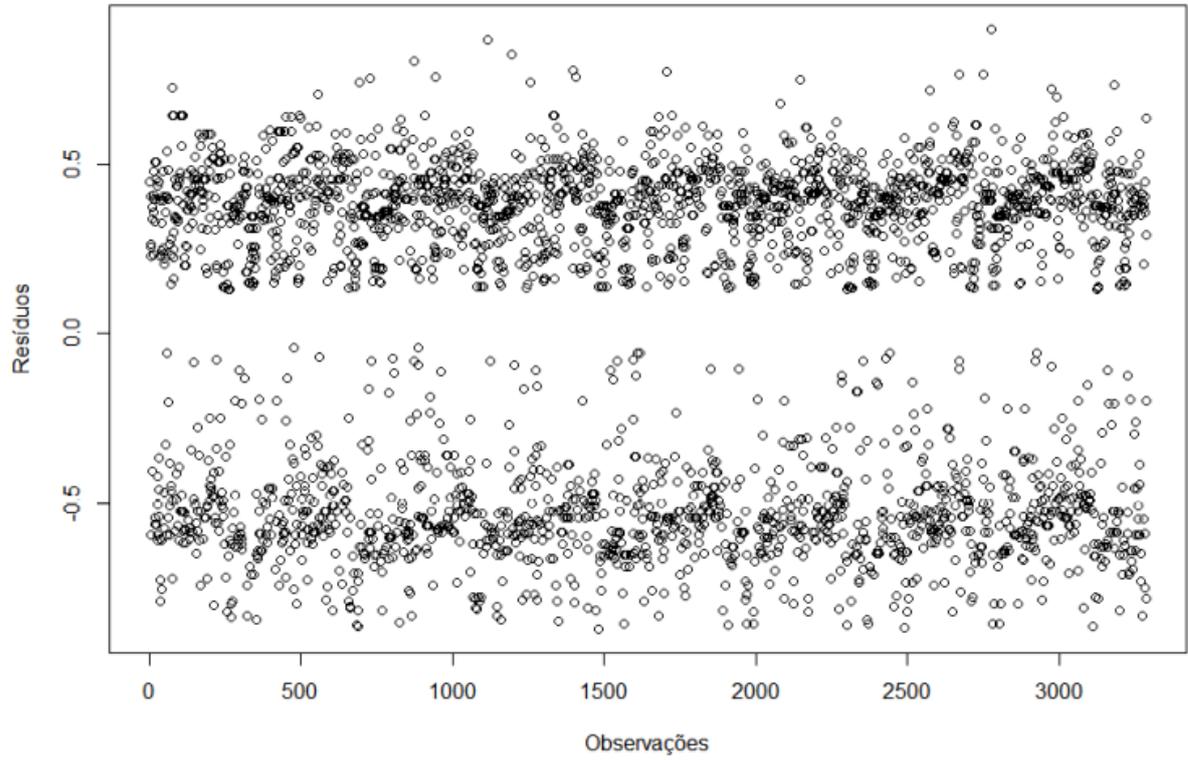
Fonte: Elaboração própria – Modelo 1.

GRÁFICO 17 – Resíduos da categoria “Fundamental completo ou Médio incompleto” segundo o número de observações obtidas a partir do Modelo 1, Brasil, 2013



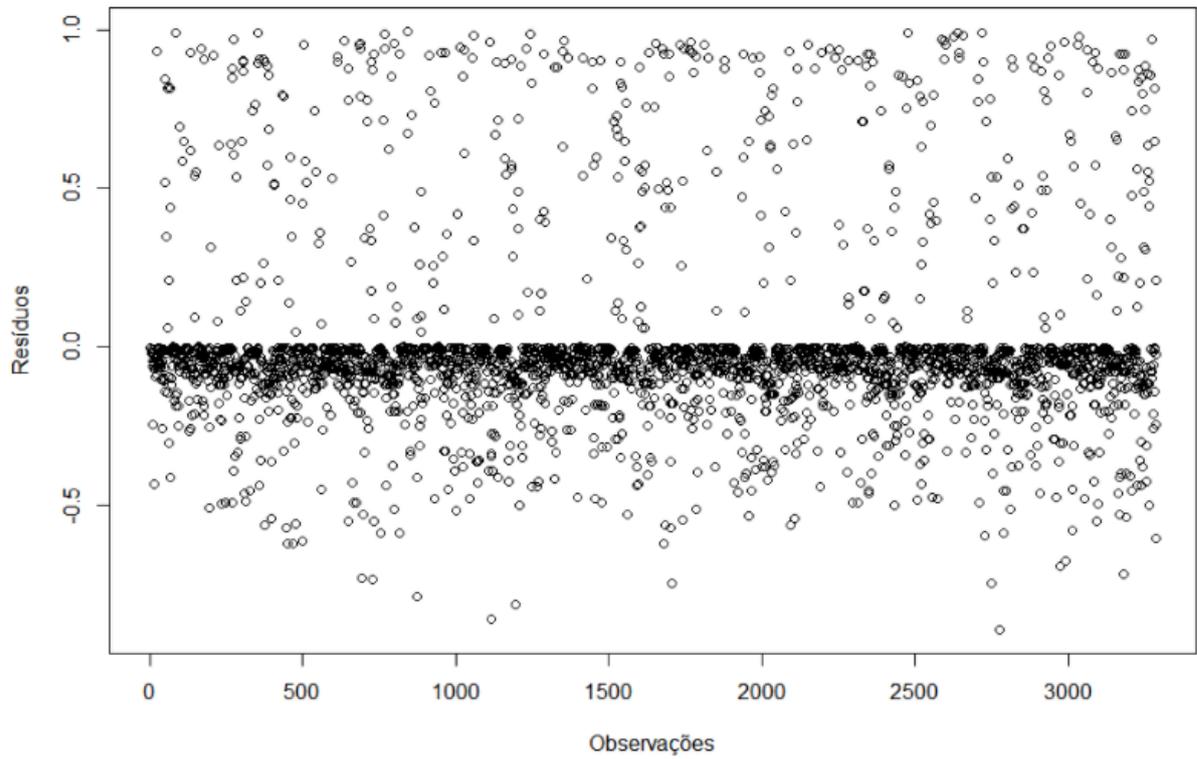
Fonte: Elaboração própria – Modelo 1.

GRÁFICO 18 – Resíduos da categoria “Médio completo até superior incompleto” segundo o número de observações obtidas a partir do Modelo 1, Brasil, 2013



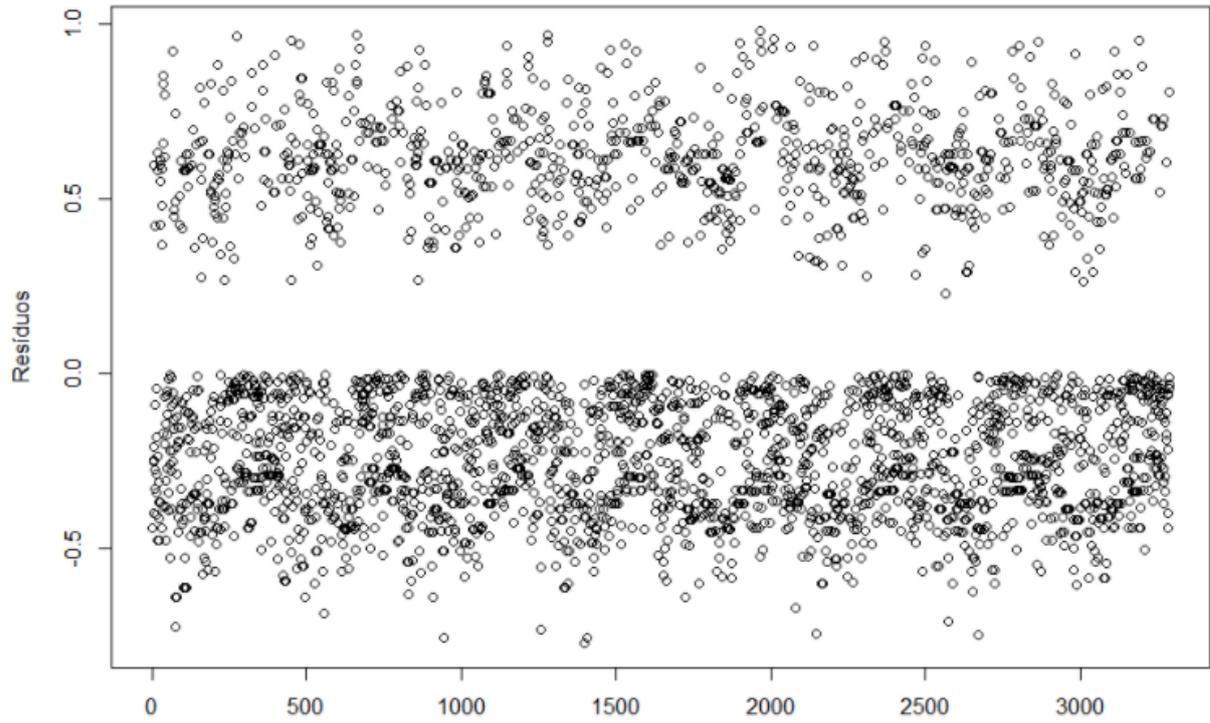
Fonte: Elaboração própria – Modelo 1.

GRÁFICO 19 – Resíduos da categoria “Classe 2” segundo o número de observações obtidas a partir do Modelo 2, Brasil, 2013



Fonte: Elaboração própria – Modelo 2.

GRÁFICO 20 – Resíduos da categoria “Classe 3” segundo o número de observações obtidas a partir do Modelo 2, Brasil, 2013



Fonte: Elaboração própria – Modelo 2.